

brasilíia

82

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
ASSESSORIA ESPECIAL DE DOCUMENTAÇÃO
SAIN - PARQUE RURAL - SUBSOLO
70.086 — BRASÍLIA - DF

NOVA FASE/ANO I
ABRIL, MAIO, JUNHO/1988

A saudação do Prefeito de Roma
O Museu do Índio
Centro Cultural Nacional
Patrimônio da Humanidade
Uma indústria incipiente

A razão do aparecimento, em janeiro de 1957, da revista *Brasília*, foi a documentação das obras da nova Capital. Eram algumas páginas noticiosas, seguidas dos atos administrativos da Novacap, de publicação obrigatória.

Ampliada, e cumprindo os seus propósitos iniciais, circulou até a primeira metade dos anos 60. Ressurge, pelas mãos do Governador José Aparecido de Oliveira, como marca de uma nova etapa: a da inclusão, pela Unesco, da Capital brasileira no Patrimônio da Humanidade.



Aqui, a capa do nº 1 da revista *Brasília*, em sua primeira fase, editada pela Novacap



Lúcio Costa e Niemeyer revisitam Brasília, onde a rodoviária (alto) é o coração da cidade, e a catedral (esq) ganha novo visual, com vitrais de Marianne Peretti



O Governador José Aparecido, com o Embaixador Josué Montello, visitou o Diretor-Geral da Unesco, Federico Mayor (acima), para agradecer a inclusão de Brasília na lista do Patrimônio da Humanidade, que o selo (dir.) comemora.

BRASÍLIA



UNESCO DEZEMBRO/87

CAPITAL DE TODOS

PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
NOVA REPÚBLICA/PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
GOVERNO JOSÉ APARECIDO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

Diretor: José Aparecido de Oliveira.

Editor: Osvaldo Peralva.

Conselho de Redação: Alan Viggiano, Antônio Carlos Osório, Bernardo Elis, Domingos Carvalho da Silva, Francisco de Assis Barbosa, Gerardo Mello Mourão, Guy de Almeida, José Santiago Naud, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer.

Projeto Gráfico: Cristina Barbosa.

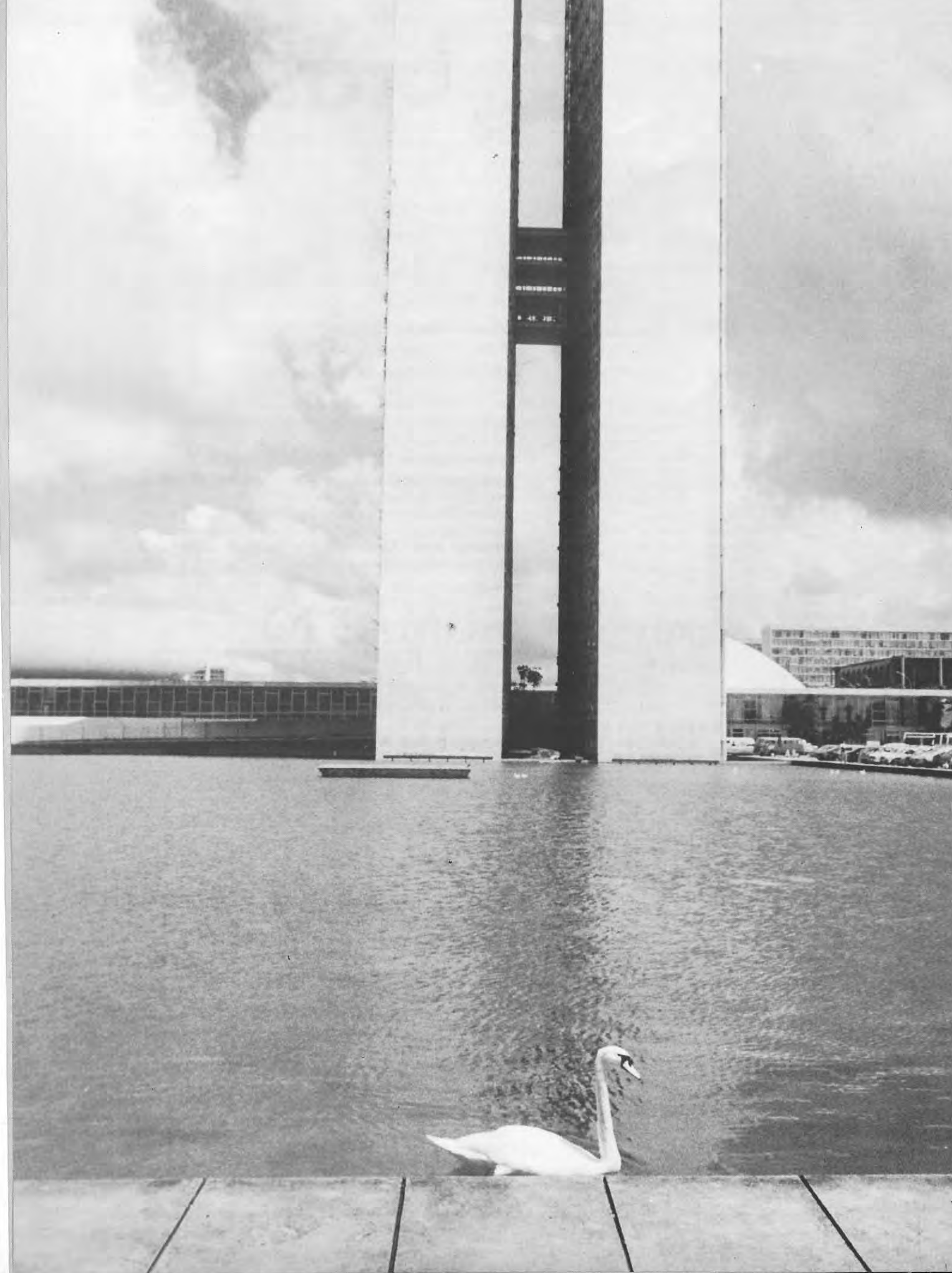
Colaboram neste número: José Aparecido de Oliveira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Augusto C. Silva Telles, Osvaldo Peralva, Berta Ribeiro, Virgílio Costa, Edson Nery da Fonseca, Egidio Viganò, Alan Viggiano, Newton Egídio Rossi, Arlécio Gazal, Ernesto Silva, Gilberto Paim e Marlos Nobre.

SUMÁRIO

Editorial: Medida da grandeza	5
História de uma idéia	6
Minas, a Abolição e D. Bosco no Patrimônio Cultural da Humanidade	7
A invenção de Brasília	12
A difícil recuperação	20
Brasília: patrimônio cultural	24
A histórica decisão da Unesco	26
O parecer de Pressouyre	32
O Decreto da Preservação	33
A saudação de Roma	36
Por que um Museu do Índio	37
O Vôo dos pássaros, do avião, dos homens ..	41
Idéias para um Centro Cultural	44
Dom Bosco, a verdade na caridade	48
Mística de Brasília	51
Fundação Ballet do Brasil	54
A reforma administrativa	56
A epopéia de Brasília	58
As armas de Brasília	62
Os claros de uma indústria incipiente	64
Um plano bienal para a cultura	71

BRASÍLIA é uma revista trimestral, editada pela Secretaria de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal.
 Redação, Publicidade e Administração: Palácio do Buriti / Térreo / Praça do Buriti / Brasília / D.F. Telex: 061.1968
 Telefone: 225.7055, ramais 129 e 130
 Preço do exemplar: CZ\$ 250,00. Assinatura anual: CZ\$ 1.000,00. Remeta cheque personalizado e cruzado à Secretaria de Comunicação Social do GDF.

Composta e impressa no Departamento de Imprensa Nacional



Medida da grandeza

A revista *Brasília* foi criada nos dias em que nascia a nova capital. Seus fundadores e construtores fizeram dela testemunha e documentário da metrópole planejada para ser o coração e o pulso do país. *Brasília* revista existe desde quando a Brasília cidade começava a balbuciar. Interrompida sua circulação por longos anos, ressurgiu hoje, quando a capital completa vinte e oito anos de idade e é declarada pela Unesco patrimônio universal.

A grandeza do gesto dos brasileiros que inventaram Brasília não foi medida apenas pelo metro dos recursos econômicos nela investidos. O grande investimento desta cidade foi o investimento da inteligência, do engenho e da arte de Lúcio Costa ao riscar os espaços urbanos e a presença arquitetônica na amplidão de suas vias e no porte esgalgo e imperecível dos edifícios de Oscar Niemeyer.

O grande investimento envolve a fidelidade dos brasileiros à pátria continental que tivemos o privilégio de herdar. No patrimônio moderno, Brasília tem a vocação e o destino de manter intatas as estruturas da unidade nacional. Essa unidade seria sempre precária se o progresso do país permanecesse mutilado por espaços históricos e geográficos de abandono e subdesenvolvimento, com um povo plantado na orla marítima, durante mais de quatro séculos, de costas voltadas para aquilo que Euclides da Cunha chamava as grandes Sibérias caniculares e para a promissora região dos mediterrâneos do centro-oeste, na mesopotâmia das bacias fluviais.

A fundação de Brasília veio completar o gesto audaz do bandeirante, evocado pelo poeta como o «desvirginizador da terra brasileira». Aqui, neste planalto central, o chão inteiro e nossa alma inteira se encontraram, para a madrugada de nosso destino. Os profetas maiores de nosso futuro haviam anunciado que o Brasil se haveria de incorporar realmente à história, no dia em que seus estadistas ouvissem a «voz do oeste». A voz do homem telúrico das Américas, como disse o sociólogo mexicano José de Vasconcellos.

Apontado como o primeiro país do mundo a enfrentar a experiência de construir uma nova civilização no trópico, Brasília passa a ser, por isto mesmo, o exemplo mais alto do sucesso desta experiência.

Quando a Unesco incluiu a cidade adolescente, às vésperas de seus 28 anos, como Patrimônio Cultural da Humanidade, sabia o que estava fazendo.

Foto da capa:
arquivo de
Oscar Niemeyer



A idéia de transferir a capital para o interior é do período colonial. Mas só em maio de 1892 formou-se uma comissão com poderes para demarcar o sítio onde ela se localizaria, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls.

História de uma idéia

Brasília é uma cidade com peculiaridades que a fazem única: foi idealizada com mais de dois séculos de antecedência; a determinação de seu sítio foi feita quase cem anos antes de sua construção; é a mais recente grande cidade construída com a finalidade de ser Capital de país.

A idéia da mudança da Capital para o interior remonta ao período colonial. A principal motivação era o fator segurança, já que a posição do Rio de Janeiro, como porto, tornava-a muito vulnerável a uma invasão marítima.

A segurança entretanto, não era a única razão. O reconhecimento de que apenas a faixa litorânea estava sendo efetivamente povoada e, assim mesmo, de maneira nucleada, levou alguns políticos e intelectuais a desenvolver a idéia da interiorização da Capital, na certeza de que esse fato traria o desenvolvimento para o interior do País.

É atribuída ao marquês de Pombal, em 1761, a idéia mais antiga que se conhece de transferir a Capital para o interior, como sede do Governo da Colônia e do próprio Reino de Portugal.

A partir de então, as propostas se sucedem: nos autos da devassa feita após a derrota da Inconfidência Mineira aparece, entre outros, o seguinte texto: «A Capital se havia de mudar para São João Del Rei, por ser aquela vila mais bem-situada e farta de mantimentos e que nesta se haviam de abrir estudos como em Coimbra, em que também se aprendessem as leis». (4, p. 15)

A própria Corte portuguesa reconheceu a necessidade da mudança quando de sua transferência para o Rio de Janeiro, em 1808.

O jornalista Hipolyto da Costa fundou, em 1808, em Londres, o Jornal Correio Braziliense, de onde divulga idéias liberais e sugestões para interiorização da Capital. Dizia ele:

«Esta paragem, bastante central, onde se deve construir a Capital do Império, está indicada pela Natureza na própria região elevada do seu território, de onde baixariam as ordens como baixam as águas, que vão pelo Tocantins, ao norte; pelo Paraná, ao sul e, pelo São Francisco, às vertentes do litoral». Na obra «Brasil Reino e Brasil Império», de Melo Moraes, estão contidas as instruções dadas pelo governo provisório de São Paulo aos deputados, em 1821, nos seguintes termos:

«Parece-nos, também, muito útil que se levante uma cidade, no interior do Brasil, para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo ficaria a Corte, ou assento da Regência, livre de qualquer assalto e surpresa, e se chamaria para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis».

De fato, a idéia da interiorização foi tomado vulto até que, em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva encaminhou à Assembléia Constituinte a «Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova Capital», sugerindo para sede a Comarca de Paracatu, em Minas Gerais, com os nomes de Petrópole ou Brasília.

O Visconde de Porto Seguro fez vários manifestos a respeito. Inicialmente, ele sugeriu São João Del Rei. Depois, preferiu o Planalto Central por considerá-lo mais importante.

Como resultado de toda a campanha pró-mudança (da Capital), Holanda Cavalcante apresenta ao Senado, em 1852, um projeto de lei dispondo sobre a construção da nova Capital, sendo mantido o topônimo Brasília, sugerido por José Bonifácio.

Com o advento da República, foi inserido na Constituição Federal, em 24 de fevereiro de 1891, o seguinte texto: «Art. 3º — Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400Km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal».

Em maio de 1892, foi finalmente efetivada a escolha da área destinada à futura capital e para isso constituiu-se uma comissão com a finalidade de demarcar os 14.400km² estabelecidos na Constituição de 1891. Denominada «Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil», coube sua chefia ao astrônomo Luiz Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

Minas, a Abolição e Dom Bosco no Patrimônio Cultural da Humanidade

A Abolição abriu caminho para, enfim, reconstruirmos a civilização brasileira. Agora, a Unesco inscreve Brasília na lista do patrimônio mundial no ano em que se comemora o centenário da Abolição — e da morte de Dom Bosco, que anteviu em sonho a nova Capital.

No almoço oferecido em Águas Claras pelo Governador José Aparecido ao Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, estiveram reunidos, em certo momento, o Chanceler Abreu Sodré, o cacique Raoni, o homenageado, a Deputada constituinte Maria de Lourdes Abadia e o anfitrião

RODOLFO STUCKERT/GDF



No Conselho Federal de Cultura, há pouco, presentes muitas expressões da inteligência nacional, relembrei Tancredo Neves dizendo que o outro nome de Minas é Liberdade.

As montanhas azuladas nos põem mais perto de Deus, e a força telúrica de Minas, como escreveu Teófilo Otoni, no «Sentinela do Serro», nos conduz à responsabilidade social. Venho dessa região, do alto do Ibiturui, que se alcança pelos velhos e poéticos caminhos da Serra do Cipó, onde as lutas da liberdade deixaram memória e lição.

Os serranos Joaquim Felício dos Santos e Nelson de Sena foram historiadores, como Hélio Silva, e o primeiro, pela primeira vez, colocou o povo como protagonista da história brasileira. Desde criança, esse trecho da consciência serrana me ensinou a ver na solidariedade a convivência e a cultura. Na minha Conceição do Mato Dentro, antiga Conceição do Serro, em São Sebastião do Rio Preto, em São João Evangelista, depois em Ouro Preto, Araxá, Belo Horizonte, Minas me ensinou a olhar a vida sem preconceitos, sem prevenções, sem limites sociais.

Na escola primária, já aprendíamos que Dom Silvério, Arcebispo de Mariana, mostrou em Roma, com sua pele escura e sua sabedoria iluminada à luz de lamparina, a personalidade de nossa gente. No Vaticano, ao levantar-se para falar, alguém murmurou:

— «Esse negro também fala?

E ele, sereno e seguro:

— Fala, sim. E na língua que escolherem entre o latim e o italiano».

Os homens valem pelo que valem e não pelo que aparentam, e a vida pública me ensinou que a Nação é o plantio de todos. Em determinado instante de minha militância política, participei de uma ação pioneira e fecunda para a descolonização e independência dos povos africanos.

Com a minha ajuda, no gabinete presidencial do Governo Jânio Quadros, o então jovem pro-

fessor Eduardo Portela fundou o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, para lutarmos por uma nova política e uma nova atitude do Brasil diante da África e da Ásia.

Mais de um quarto de século passado, se pode ver, com essa distância, como foi lúcida a visão do Presidente Jânio Quadros diante de larga parte do universo ferido, que tentava levantar-se de séculos de colonização. As ações concretas, iniciadas em 1961, sobretudo porque suspensas em 1964, não foram suficientes. Mas a força da posição política e moral do Brasil junto aos povos miseráveis do terceiro mundo lhes serviu de apoio que, com o decorrer do tempo, se vai somando à solidariedade de outros governos e nações.

A África, naqueles idos de sessenta, tentava lançar fora, à custa de muita dor e sofrimento, as cangalhas da dominação. Surgiram os grandes movimentos libertários do continente, como os das nações de língua portuguesa — Angola, Moçambique, Guiné-Bissau. O apoio do Brasil ampliou esperanças e fez ganhar batalhas. Algumas, decisivas, embora aparentemente subjetivas ou distantes.

Com o «Instituto de Estudos Afro-Asiáticos», apoiado por Jorge Amado e dirigido por Eduardo Portela, mobilizamos a opinião pública e a entidade promoveu debates, acionou a imprensa, editou livros. Com «África-Colonos e Cúmplices», Eduardo Portela denunciou, em 61, a antiga cumplicidade brasileira com o colonialismo, acusação ampliada por Moacyr Werneck de Castro em «Os Dois Caminhos da Revolução Africana», por Jesus Soares Pereira, em «Terceiro Mundo: Unidade e Emergência», e por Cândido Mendes de Almeida, em «Nacionalismo e Desenvolvimento».

Isso foi apenas o início do movimento editorial, pois ligado diretamente à Presidência da República, o Instituto ajudou o Governo a promover iniciativas que logo tiveram repercussão internacional, como a escolha de intelectuais para algumas embaixadas africanas — Raimundo Souza Dantas (Gana), Cícero Dias (Dakar), Rubem Braga (Marrocos). Os pronunciamentos e declarações de Jânio repercutiram na imprensa mundial, ao lado de líderes do terceiro mundo: Nehru na Índia, Nasser no Egito, Khrumá em Gana, Fidel Castro em Cuba. Tentava-se marcar uma posição ativa e inovadora no panorama internacional. A própria composição do Conselho Diretor do Instituto de Estudos Afro-Asiáticos mostrou a abertura que ele representava, através dos nomes de Josué de Castro, Maria Yeda Linhares, Cândido Mendes de Almeida, Fernando Henrique Cardoso.

Passam-se os anos, e as circunstâncias do meu destino público me permitem participar novamente da luta pelos direitos da raça negra. Ao estruturar o Ministério da Cultura, uma das minhas primeiras providências, como já tinha feito na Secretaria da Cultura de Minas, em que convidei para implantá-la o serrano poeta Adão Ventura, foi criar a «Coordenadoria do Negro». O Ministério nascia com o compromisso de um trabalho de crítica e análise do comportamento da sociedade e dos nossos Governos diante das realidades econômicas, sociais, políticas, culturais, dos negros. Entreguei a Assessoria ao músico Carlos Moura. Na experiência nacional contemporânea o povo se mistura, se interpenetra, se funde numa só realidade sócio-cultural e faz ainda mais necessário estudar, compreender, pesar a contribuição da raça negra em todos os ângulos de nossa vida.

Agora, temos os 100 anos da Abolição e é hora de nos perguntarmos se ela está sendo cumprida. A realidade econômica, social e cultural não autoriza dizer que está abolida a escravidão, sem embargo de a Constituinte acabar de estabelecer o racismo como

crime, inafiançável. Maspouco valerá a letra correta da Lei, enquanto a dramática paisagem das penitenciárias e prisões permanecer com as cores da esmagadora maioria negra, muito acima das proporções da divisão demográfica. No mercado de trabalho, pior ainda. Continuam os negros com os índices mais altos nos níveis mais baixos de salários. Trata-se de discriminação social, um século depois da Abolição.

Afonso Arinos, nome da lei, disse que não podemos ficar de olhos fechados, mas ampliar o protesto de Abdias do Nascimento, cumprindo o dever de lutar permanentemente, para mudar essa realidade. Nossa dívida não foi paga e ainda vai demorar muito, então as novas gerações, na escola e na imprensa, precisam conhecer esse trecho de nossa história. O mecanismo de defesa psíquica envolve os dados sobre a dolorosa saga. Os números são muitas vezes esquecidos, como se tentássemos uma amnésia coletiva, pois eles ainda hoje continuam alarmantes. De cada dois negros que embarcavam para o Brasil, apenas um sobrevivia à viagem e 100 milhões de africanos foram escravizados para atender ao sistema escravocrata das Américas.

Fomos o País das Américas que mais recebeu escravos, 37,6% do total, entre 1502 a 1870. E quando, em 1660, tínhamos 184 mil habitantes, a divisão era de 30% brancos, 10% índios, e 60% escravos. Um século e meio depois, em 1800, com uma população já de 3 milhões e meio, 48% ainda eram escravos.

No censo de 1980, éramos 120 milhões, dos quais 55% brancos, 39% pardos, 6% pretos e menos de 1% amarelos, mas 45% da população são descendentes de negros e de índios.

São números da verdade nacional, que nos advertem no centenário da Abolição da escravatura racial, que ela sobrevive em muitos aspectos sociais.

Com a Abolição, o país abriu caminho para, afinal, construir-se uma civilização brasileira. Esta estrada veio chegar a seu destino com a construção de Brasília, que alcança a honra de patrimônio cultural da humanidade, exatamente quando celebramos os 100 anos da Abolição. A mão do destino exerce uma espécie de regência sobre nossas datas, para que não se perca a memória da vocação nacional. Sem a abolição, não poderíamos ter construído a nova Capital da latitudes no terceiro milênio.

Ao completar 28 anos no dia 21 de abril, neste primeiro ano de sua inclusão pela UNESCO no Patrimônio Universal, Brasília comemora, também, o centenário da libertação dos escravos e o centenário da morte do profeta que a anunciou. Antes que ela existisse, muito antes de incorporar-se na prancheta de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, um visionário de nossos tempos, o fundador da Congregação dos Salesianos, Dom João Bosco, ergueu-se certa manhã do fundo de sua cela ascética, no Cottolengo de Turim, para contar que Deus o transportara, durante a noite, à sede de uma nova civilização, no coração das fontes das águas, sob os céus dos paralelos 15 e 20. E mais: que aquela cidade, mais que a cidade do sonho de Campanella, brotaria como um dos momentos mais altos da cultura da Humanidade e como o marco do que seriam capazes os homens a partir do século XX.

Como ex-seminarista, Juscelino poderia conhecer a profecia, mas nada assegura que os que deram corpo ao projeto que vinha de Tiradentes, passando pelo Patriarca da Independência, José Bonifácio, pelos constituintes do Império e da República, pelo trabalho da Missão Cruls e pelos documentos cartográficos do General José Pessoa, tenham sabido, de alguma forma, da visão de Dom Bosco. A viagem onírica foi confirmada pelas três grandes bacias fluviais do Continente, que têm como vertente o Planalto Central. Brasília está localizada no triângulo das fontes das águas do São Francisco, do Paraná e do Amazonas-Tocantins.

O heraldista Luiz Marques Poliano, na pégula do projeto de brasão da cidade, entregue ao construtor Israel Pinheiro, simboliza, em três hastes, as outras tantas bacias fluviais da nossa geopolítica. Na justificação, escreve o heraldista: — «O São Francisco, que vai do Centro-Oeste ao Nordeste, é o chamado rio da unidade nacional. O seu papel, na vida do Brasil, notável no passado, não é menos importante no presente. O Tocantins é formado por diversos rios, que nascem na região de Brasília. Infilete para o Nordeste e se lança no rio-mar, depois de receber o Araguaia. Tem agora a acompanhá-lo, no seu longo curso pela floresta amazônica, a estrada Brasília-Belém, cuja construção somente o empreendimento da nova Capital tornou possível. Finalmente, o Paraná, o rio de nossos limites geográficos do Sul, que tem um de seus formadores partindo da área do Distrito Federal — o São Bartolomeu, que se junta ao Paraná, engrossa e se transforma no Paranaíba. Este, com o Rio Grande, forma o Paraná, que deságua no Estuário do Prata, de tanta expressão histórica na formação nacional. Acompanhando a direção destes rios, veio um sistema rodoviário — a espinha dorsal do Brasil, como o chamava o Presidente Juscelino Kubitschek — representado pela Brasília-Belém, para o Norte, a Brasília-Fortaleza para o Nordeste e, finalmente, a Brasília-Porto Alegre, para o Sul. É um sistema flúvio-rodoviário, em que a mão do homem se congrega à natureza para fomentar o progresso e a civilização do Brasil».

A função civilizadora dos rios, tão bem acentuada pelo saudoso Viana Moog, testemunhou a penetração do território, pois a grande obra fica, em linha reta, a um milhar de quilômetros do litoral, no espaço que antes era apenas um vazio no mapa. Cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados passaram a integrar nossa comunhão territorial, para o país tomar conta de si mesmo.

Como na abertura dos portos, quando deixamos de ser uma colônia fechada, e nos preparamos

para a independência, o maior passo dado pelo poder público, a partir de 1808, foi abrir, com a ocupação do Centro-Oeste, os caminhos para o Norte e o Nordeste, na conquista do Brasil moderno. Em Brasília chegamos, realmente, «*ad fontes aquarum*» — senha cuja tradução textual, segundo o erudito latinista Gerardo Mello Mourão, pode ser, a um tempo: — «junto às nascentes das águas» — ou «rumo às nascentes das águas» — ou ainda «para as nascentes das águas».

A UNESCO já patrocina, em Brasília, entre os dias 18 e 25 de abril próximo, o «Simpósio Internacional de Escritores sobre o papel dinâmico das literaturas da América-Latina e do Caribe na criação literária universal». A cidade fundada «junto às nascentes das águas» passa a ser a sede — a «*Plaza Mayor*» da Cultura, decisão do colégio mais alto da política cultural das nações. E a homenagem sobre a decisão histórica de 7 de dezembro de 1987 está gravada na ficha técnica da Medalha comemorativa criada pela Casa da Moeda: — «Por proposta do Presidente José Sarney, através de iniciativa, em 1985, do Governador José Aparecido de Oliveira, sustentada na UNESCO pelo Embaixador Josué Montello, o Patrimônio Cultural da Humanidade acolheu, pela primeira vez, uma obra do século XX, ao aprovar, em Paris, por unanimidade, a inclusão de Brasília naquele elenco. O plano urbanístico de Lúcio Costa e a arquitetura de Oscar Niemeyer incorporam-se, assim, às mais altas expressões da criatividade humana. Aquelas que o mundo espera que sejam preservadas como a herança básica de todas as gerações».

LÚCIO COSTA

A invenção de Brasília

Preservar em Brasília as características fundamentais que a tornam singular, esta a premissa básica de Lúcio Costa, neste artigo, em que o criador do traçado urbanístico da capital revisita a cidade, com a volta do poder civil. Acompanha Lúcio Costa, na sua visita, o fotógrafo Zeca Linhares, do Corredor Cultural da Rioarte.

Vendo Brasília atualmente, o que surpreende, mais que as alterações, é exatamente a semelhança entre o que existe e a concepção original. É evidente que uma cidade inaugurada há pouco mais de 25 anos está no começo de sua existência; passada a fase de consolidação, a vitalidade urbana é manifesta e crescente, sobretudo agora, com o restabelecimento do poder civil que a gerou — Brasília preenche suas áreas ainda desocupadas e quer se expandir.

Não menos evidente é o fato de que — por todas as razões — a capital é histórica de nascença, o que não apenas justifica mas exige que se preservem, para as gerações futuras, as características fundamentais que a singularizam.

É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial que Brasília hoje atravessa: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original; de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem.

«A liberação do acesso ao concurso reduziu



de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele; a sua fundação é que dará ensejo a ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como, no entender de cada concorrente, uma tal cidade deve ser concebida.» (Introdução à memória descritiva do Plano Piloto).

Assim, o Plano Piloto (como de resto as outras propostas apresentadas) foi, na realidade, uma concepção já traduzida em termos de projeto urbano, e não apenas uma definição preliminar de partido e diretrizes gerais relativas a uso e ocupação do solo; e isto porque o objetivo era a transferência da capital — e não a elaboração de projeto — em três anos.

«Se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida.» (Memória descritiva do Plano Piloto).



A Catedral e o Eixo, referências fundamentais da «escala monumental»

Características fundamentais do Plano Piloto

A interação de quatro escalas urbanas

A concepção urbana de Brasília se traduz em quatro escalas distintas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

A presença da escala monumental — «não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa» — conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva Capital do País.

A escala residencial, com a proposta inovadora da superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras.

A escala gregária, prevista para o centro da cidade — até hoje ainda em grande parte desocupado —, teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro.

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contíguas a áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica.

A escala monumental comanda o eixo retilíneo — Eixo Monumental — e foi introduzida através da aplicação da «técnica milenar dos teraplenos» (Praça dos Três Poderes, Esplanada

dos Ministérios), da disposição disciplinada porém rica das massas edificadas, das referências verticais do Congresso Nacional e da Torre de Televisão e do canteiro central gramado e livre de ocupação que atravessa a cidade do nascente ao poente.

As superquadras residenciais, intercaladas pelas entrequadras (comércio local, recreio, equipamentos de uso comum), se sucedem, regular e linearmente dispostas ao longo dos 6 Km de cada ramo do eixo arqueado — Eixo Rodoviário-Residencial. A escala definida por esta seqüência entrosa-se com a escala monumental não apenas pelo gabarito das edificações, como pela definição geométrica do território de cada quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de «pátio interno» urbano.

A escala gregária surge, logicamente, em torno da interseção dos dois eixos, a plataforma rodoviária, elemento de vital importância na concepção da cidade e que se tornou, além do mais, o ponto de ligação de Brasília com as cidades-satélites. No centro urbano, a densidade de ocupação se previu maior e os gabaritos mais altos, à exceção dos dois setores de diversões.

E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado — em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas.

A estrutura viária

O plano de Brasília teve a expressa intenção de trazer até o centro urbano a fluência de tráfego própria, até então, das rodovias; quem conheceu o que era a situação do trânsito no Rio de Ja-

Na biblioteca da UnB, o intenso movimento que vai tomando conta da cidade inteira



neiro, por exemplo, na época, entenderá talvez melhor a vantagem de desafogo viário, a idéia de se poder atravessar a cidade de ponta a ponta livre de engarrafamentos.

O que permanece incompreensível é até hoje não existir — pelo menos na área urbana — um serviço de ônibus municipal impecável, que se beneficie das facilidades existentes (apenas a título de exemplo: as pistas laterais do Eixo Rodoviário-Residencial — destinadas prioritariamente ao transporte coletivo — têm mão nos dois sentidos; no entanto, sua utilização pelos ônibus só se faz numa direção em cada uma delas). Bem como não se ter ainda introduzido o sistema de «transferência» que se impõe para que o passageiro não seja onerado indevidamente.

A estrutura viária da cidade funciona como arcabouço integrador das várias escalas urbanas.

A questão residencial

O Plano Piloto optou por concentrar a população próximo ao centro (Eixo Rodoviário-Residencial), através da criação de áreas de vizinhança que só admitem habitação multifamiliar; mas habitação multifamiliar não na forma de apartamentos construídos em terrenos inadequados e estrangendo os moradores das residências vizinhas, como geralmente ocorre.

A proposta de Brasília mudou a imagem de

«morar em apartamento», e isto porque morar em apartamento na superquadra significa dispor de chão livre e gramados generosos contíguos à «casa» numa escala que um lote individual normal não tem possibilidade de oferecer.

E prevaleceu a idéia de distribuir a ocupação residencial em áreas definidas *a priori* para apartamentos (superquadras) e para casas isoladas — estas, mais afastadas do centro.

Orla do lago

O Plano Piloto refuga a imagem tradicional no Brasil da barreira edificada ao longo da água; a orla do lago se pretendeu de livre acesso a todos, apenas privatizada no caso dos clubes. É onde prevalece a escala bucólica.

A importância do paisagismo

«De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins.» (Memória descritiva do Plano Piloto).

A memória descritiva do Plano deixou clara a importância da volumetria paisagística na interação das quatro escalas urbanas da cidade: o canteiro central da Esplanada gramado, as cercaduras verdes das superquadras, a massa densamente arborizada prevista para os setores culturais (até hoje ainda desprovidos de vegetação).

Daí a importância da remoção — enquanto é tempo — das palmeiras-imperiais indevidamente plantadas ao longo do Eixo Rodoviário-Residencial para o Eixo Monumental; as razões desta impugnação foram claramente explicadas em dois pareceres anexados a este relato.



A Rodoviária, na concepção de Lúcio Costa (fotos acima e à dir.), deve ser preservada na função de «alma da cidade». Ele recomenda sua total recuperação



São de recomendar, ainda, providências imediatas para a criação de massas compactas de araucária na área abaixo do terraço da Praça dos Três Poderes, para que seu verde-escuro sirva de fundo e valorize o branco dos palácios, bem como o plantio de renques de pau-rei no entorno direto do edifício do Tribunal de Contas da União — imperdoável aberração no local onde se encontra — a fim de atenuar sua lamentável interferência visual no conjunto da Praça.

A presença do céu

Da proposta do Plano Piloto resultou a incorporação à cidade do imenso céu do planalto, como parte integrante e onipresente da própria concepção urbana — os «vazios» são por ele preenchidos; a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda.

O não-alastramento suburbano

A implantação de Brasília partiu do pressuposto de que sua expansão se faria através de cidades-satélites, e não da ocupação urbana gradativa das áreas contíguas ao núcleo original. Previa-se alternância definida de áreas urbanas e áreas rurais — proposição contrária à idéia do alastramento suburbano extenso e rasteiro.

Assim, a partir do surgimento precoce e improvisado das cidades-satélites, prevaleceu até agora a intenção de manter entre estes núcleos e a Capital uma larga faixa verde, destinada a uso ru-

ral. Tal abordagem teve como consequência positiva a manutenção, ao longo de todos estes anos, da feição original de Brasília. Mas, em contrapartida, a longa distância entre as satélites e o Plano Piloto isolou demais a matriz dos dois terços de sua população metropolitana que residem nos núcleos periféricos, além de gerar problemas de custo para o transporte coletivo.

Daí a proposta apresentada no início do atual governo da implantação de quadras econômicas — ou comunitárias — ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades-satélites, sendo mantida a destinação das áreas aos fundos desta orla urbanizada à cultura hortigranjeira.

Complementação e preservação

Completar e preservar estas características significa, por conseguinte:

1. Proceder ao tombamento do conjunto urbanístico-arquitetônico da Praça dos Três Poderes, incluindo-se os palácios do Itamaraty e da Justiça, de vez que constituem sua vinculação arquitetônica com a Esplanada dos Ministérios, cuja perspectiva ficará valorizada com a transferência das palmeiras-imperiais.

2. Manter os gabaritos vigentes nos dois eixos e em seu entorno direto (até os setores de grandes áreas, inclusive), permanecendo não-edificáveis as áreas livres diretamente contíguas, e baixa a densidade, com gabaritos igualmente baixos, nas áreas onde já é prevista ocupação entre a cidade e a orla do lago. Isto é fundamental.

Brasília, a Capital, deverá manter-se «diferente» de todas as demais cidades do País: não terá apartamentos de moradia em edifícios altos, o gabarito residencial não deverá ultrapassar os seis pavimentos iniciais, sempre soltos do chão. Este será o traço diferenciador — gabarito alto no centro comercial, mas deliberadamente contido nas áreas residenciais, a fim de restabelecer, em ambiente moderno, escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional.

3. Garantir a estrutura das unidades de vizinhança do Eixo Rodoviário-Residencial, mantendo a entrada única nas superquadras, a interrupção das vias que lhes dão acesso — para evitar tráfego de passagem, bem como ocupando devidamente as entrequadras não-comerciais com instalações para esporte e recreio e demais equipamentos de interesse comunitário, sobretudo escolas públicas destinadas ao ensino médio. Proibir a vedação das áreas cobertas de acesso aos prédios (pilotis) e dos parqueamentos — cobertos ou não.

4. Reexaminar os projetos dos setores centrais, sobretudo os ainda pouco edificadas, no sentido de propiciar a efetiva existência da escala gregária — além da rodoviária e dos dois setores de diversões —, prevendo percursos contínuos e animados para pedestres e circulação de veículos dentro dos vários quarteirões, cuja ocupação deve, em princípio, voltar-se mais para as vias internas do que para as periféricas.



A Feira da Torre está dentro do espírito de fazer de Brasília um foco de cultura

Neste mesmo sentido, não insistir na excessiva setorialização de usos no centro urbano — aliás, de um modo geral, nas áreas não-residenciais da cidade, excetuando o centro cívico. O que o Plano propôs foi apenas a predominância de certos usos, como ocorre naturalmente nas cidades espontâneas.

5. Providenciar as articulações viárias necessárias para fazer prevalecer na cidade de hoje a mesma clareza e fluência viárias contidas no risco original e, paralelamente, «arrematar» a cidade como um todo (recomendo neste sentido consulta ao trabalho «Brasília 57-85»).

6. Proceder urgentemente às obras de recuperação da plataforma rodoviária, que devem ser coordenadas por arquiteto identificado com o projeto original, a ser mantido com rigorosa fidelidade.

7. Acabar devidamente e manter sempre limpos os logradouros de estar. A começar pelas duas praças da plataforma rodoviária — cuidar das plantas, dos bancos e do permanente funcionamento das fontes.

8. Atribuir a profissional identificado com as diretrizes paisagísticas contidas no Plano Piloto a tarefa de interpretá-las continuamente junto ao Departamento de Parques e Jardins, para evitar equívocos como o plantio das palmeiras-imperiais no Eixo Rodoviário.

9. Criar grupo de trabalho permanente, orientado por pessoa com bagagem cultural e sensi-

bilidade, com atribuição exclusiva de coordenar todas as intervenções «em tom menor» no espaço urbano: pisos de passeios, localização de bancos, de mastros, sinalização urbana, publicidade e propaganda, cabines telefônicas, enfim um departamento de comunicação visual urbana, vinculado aos de urbanismo, arquitetura e parques e jardins.

10. Legitimar juridicamente as recomendações que implicam normas de uso e ocupação do solo através de legislação a ser respaldada pelo Governo Federal.

Adensamento e expansão urbana do Plano Piloto

Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação — predominantemente residencial — em áreas próximas ao Plano Piloto, ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade-parque — «derramada e concisa» — sugerida como traço urbano diferenciador da Capital.

Como já foi mencionado, a primeira proposição neste sentido foi a implantação intermitente de seqüências de quadras econômicas ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades-satélites. A proposta visou aproximar de Brasília as populações de menor renda, hoje praticamente expulsas da cidade — apesar de a intenção do plano original ter sido a oposta —, e, ao mesmo tempo, dar também a elas acesso à maneira de viver própria da cidade e introduzida pela superquadra.

Na quadra econômica — espécie de «pré-moldado» urbano — a disposição escalonada dos blocos (pilotis e três pavimentos) ao longo da trama



Nas escolas de Brasília, forja-se o brasileiro, que é afetado pelos grandes espaços livres da cidade.



viária losangular abre, no interior de cada quadra, espaço livre para instalação dos complementos da moradia: lugar para jogos ao ar livre, «áreas de encontro» cobertas para os moços e para os velhos, creches, jardins de infância. A existência deste «quintal comum», com a quase totalidade do chão aberta ao uso de todos, e desses complementos ou «extensões da habitação», ensejando desafogo de tensões, possibilita convívio doméstico em clima de descontração, mesmo em apartamentos mínimos, além de assegurar boa densidade populacional (cerca de quinhentos habitantes por hectare). Ao mesmo tempo, essa implantação compacta reduz sensivelmente o custo da infra-estrutura urbana, uma vez que não compromete grandes superfícies.

Quando, ao longo das vias de ligação, for fisicamente inviável a implantação de quadras econômicas, podem ser admitidos núcleos residenciais multifamiliares de outro tipo, desde que com gabarito máximo de pilotis e quatro pavimentos e taxas de ocupação do terreno análogas às das quadras. Em qualquer caso, deve ser reservada faixa contígua à estrada para densa arborização.

Chegando a Brasília propriamente dita, seis áreas comportam ocupação residencial multifamiliar; sendo diretamente vinculadas ao Plano Piloto, passam, por conseguinte, a interferir no jogo das escalas urbanas.

No Parque da Cidade, a piscina de ondas atrai muita gente (à dir. e abaixo) nos fins de semana



As duas primeiras (A e B), na parte oeste da cidade, resultam da distância excessiva entre a Praça Municipal e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento, decorrente do deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago recomendado por Sir William Holford no julgamento do concurso.

A terceira (C), já proposta em 1984, está ligada à intenção de se fixar a Vila Planalto.

A quarta (D) é sugerida pela existência de centros comerciais consolidados na área fronteira.

E as duas últimas (E e F) visam abrir perspectiva futura de maior oferta habitacional multifamiliar em áreas que, embora afastadas, vinculam-se ao núcleo original tanto através da presença do lago como pelas duas pontes que se pretende construir (a primeira pessoa a me alertar para tal possibilidade foi o economista Eduardo Sobral, mais de dez anos atrás). Poderiam ser



No Iate, o mais tradicional clube da cidade, o lazer garantido



chamadas «Asas Novas» — Asa Nova Sul e Asa Nova Norte.

Na implantação dos dois novos bairros a oeste — Oeste Sul e Oeste Norte — foram previstas quadras econômicas (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto.

A idéia de se implantar um renque de pequenas quadras (240 x 240 m) com gabarito de quatro pavimentos sobre pilotis ao longo da via localizada entre a Vila Planalto e o Palácio da Alvorada (área C) surgiu como única forma realista de, uma vez admitida a fixação da vila, barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais naquela direção, o que interferiria de forma não apenas inadequada mas desastrosa com a escala monumental tão próxima: à primeira vista, a presença destas quadras — quadras planalto — pode parecer contraditória com a recomendação de se manterem baixos a densidade e os gabaritos nas áreas onde é admitida ocupação entre o Plano Piloto e a orla do lago; na realidade, entretanto, o gabarito uniforme de quatro pavimentos ao longo de cerca de 1.800m cria uma dominante horizontal serena que, aliada à presença — indispensável — dos enquadramentos arborizados das quadras, assegura a harmonia do conjunto com seu entorno.

A ocupação residencial da quarta área (D) só é admissível na forma de renque singelo de pequenas quadras (como as quadras planalto, com pilotis e quatro pavimentos) ou de quadras econômicas (pilotis e três). Em razão da localização desta área, a fim de evitar interferência negativa com o Eixo Rodoviário Sul, além de o gabarito ser mais baixo, toda a extensão de terreno compreendida

entre as novas quadras e o Eixo deve permanecer não edificada ou destinada a usos que impliquem baixa densidade de ocupação, e sempre cobertas de verde para diluir no arvoredo as construções.

A área E — Asa Nova Sul — sugere ocupação linear, também na forma de pequenas quadras como as quadras planalto, com gabarito uniforme de quatro pavimentos sobre pilotis e cerca-dura arborizada.

Já na área F, muito mais extensa e com topografia peculiar, a ocupação deve prever quadras econômicas ou conjuntos geminados, para atender à população de menor renda, e considerar a eventual possibilidade da fixação, em termos adequados, da atual Vila Paranoá. Os demais núcleos de edifícios residenciais devem ser soltos do chão, tendo, no máximo, quatro pavimentos e com gabarito de preferência uniforme, para que se mantenha, apesar da ocupação, a serenidade da linha do horizonte, sendo cada conjunto — desta vez de fato e de saída — emoldurado por farta arborização. Os centros de bairro, mais densamente ocupados, devem sempre ter gabaritos mais baixos.

Nessas «Asas Novas», mesmo quando de configuração diversificada, deve também prevalecer a mesma conotação de cidade-parque, vale dizer pilotis livres, predomínio de verde, gabaritos baixos.



«em lugar de muralhas (...), áreas livres arborizadas». O Parque da Cidade (à esq.) e a Água Mineral (dir.) são bons exemplos



Convém ainda destinar parte da Asa Nova Norte a parcelamento em lotes individuais, aproveitando os caprichos da topografia — respeitada a proteção arborizada dos córregos e nascentes. Assim, esta expansão futura atenderá às três faixas de renda.

No intuito de tornar as áreas das «mansões», criadas por Israel Pinheiro, economicamente mais adequadas, propõe-se admitir nelas uso condominial, onde metade da área original, ou seja, 10.000m², seria preservada para a casa matriz, podendo a outra metade comportar até cinco novas unidades, todas com entrada comum — independente ou não da entrada principal — e constituindo um só conjunto, embora sendo, eventualmente, delimitadas por cercas vivas; seria também admissível nessas áreas a instalação de clubes de recreio.

E convém insistir no atendimento à necessidade de habitação popular através da implantação, em grande escala, de quadras econômicas, apelando inclusive para as possibilidades da fabricação em série, dentro da tecnologia desenvolvida pelo arquiteto João Filgueiras Lima, e que já conta com fábrica montada em Brasília.

Tudo depende, em última análise, de decisão convicta neste sentido — os meios de fazer acabam aparecendo. Como Capital, cabe a Brasília inovar na matéria, mostrando ao País que existe esta alternativa aos tristes aglomerados monótonos de casinhas pseudo-isoladas que proliferam, e se tornaram a imagem melancólica do BNH.

Se computado o custo verdadeiro de cada unidade residencial — incluindo terreno, infraestrutura urbana e construção dos blocos de apar-

tamentos e dos «complementos da moradia» —, cai por terra a idéia de a casa isolada ser a solução economicamente mais viável para o problema da habitação popular. Tanto assim que em países como Cuba e China, onde o caixa é único e o dinheiro pouco, não se cogita de assentamentos residenciais rasteiros, até mesmo em áreas rurais. Além do que, o lote mínimo, com janelas se confrontando e seu quintal inexistente, porque em geral ocupado por outra família, nada tem a ver com a imagem romântica que se propaga da «casa própria».

Em todo caso, para atendimento à demanda popular nos moldes tradicionais — lotes individuais —, existe o projeto Samambaia, elaborado por técnicos do Governo do Distrito Federal na administração passada, inclusive com esta intenção.

Conclusão

O *quantum* populacional atingido pela abertura à ocupação dessas novas áreas, pelos adensamentos previstos, pela ocupação residencial multifamiliar nas margens das vias de ligação entre Brasília e as satélites, pelo adensamento controlado destes núcleos e pela implantação do Samambaia, deve ser considerado a população limite para a Capital Federal, a fim de não desvirtuar a função

A rampa do Congresso virou palco de manifestações populares (à dir. e abaixo). Assim se humaniza a cidade, que deve ser, acima de tudo, «viva e aprazível»



primeira — político-administrativa — que lhe deu origem. A Brasília não interessa ser grande metrópole.

Como nossa estrutura econômico-social induz à migração de populações carentes para os grandes centros urbanos, é essencial pensar-se desde já no desenvolvimento, em áreas próximas à Capital, de núcleos industriais capazes de absorver, na medida do possível, essas migrações com efetiva oferta de trabalho. Brasília é, no caso, uma simples miragem. Cidade fundamentalmente político-administrativa e de prestação de serviços, a demanda de mão-de-obra, sobretudo não-qualificada, é necessariamente menor, embora a proximidade do poder central crie a ilusão de facilidades que, de fato, não existem.

Quanto ao escalonamento, no tempo, das implantações aqui sugeridas, cabe ao Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras coordenar os estudos a serem feitos conjuntamente com as demais secretarias e concessionárias de serviços públicos, a fim de definir com segurança o melhor procedimento, bem como as tecnologias a serem utilizadas tendo em vista o abastecimento de água e energia, o transporte, o saneamento e a preservação do meio ambiente, o controle da poluição do Lago Paranoá e a proteção da área a ser ocupada pela futura represa do São Bartolomeu — integrando, enfim, como um todo, as novas proposições e o planejamento do território do Distrito Federal.

Finalmente, o importante, ao se pensar na complementação, na preservação, no adensamento ou na expansão de Brasília, é não perder de vista a postura original, é estar imbuído de lucidez e sensibilidade no trato dos problemas urba-

nos; é perceber que coisas maiores e coisas menores têm importância análoga, consideradas cada uma em sua escala; é enfrentar os inúmeros problemas do dia-a-dia com disposição, firmeza e flexibilidade; é tanto saber dizer não como dizer sim na busca contínua da resposta adequada — tarefa tantas vezes ingrata e inglória para os técnicos que participam dedicadamente de sucessivas administrações; é fazer prevalecer o senso comum, fugindo das teorizações acadêmicas e protelatórias, e da improvisação irresponsável; é lembrar-se de que a cidade foi pensada «para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e a administração, um foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do País».

O Plano Piloto de Brasília não se propôs visões prospectivas de esperanto tecnológico, tampouco resultou de promiscuidade urbanística, ou de elaborada e falsa «espontaneidade».

Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu *facies* urbano é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade e adquiriu personalidade própria graças à arquitetura de Oscar Niemeyer e à sua gente.

Lúcio Costa é arquiteto, urbanista e autor do Plano-Piloto de Brasília

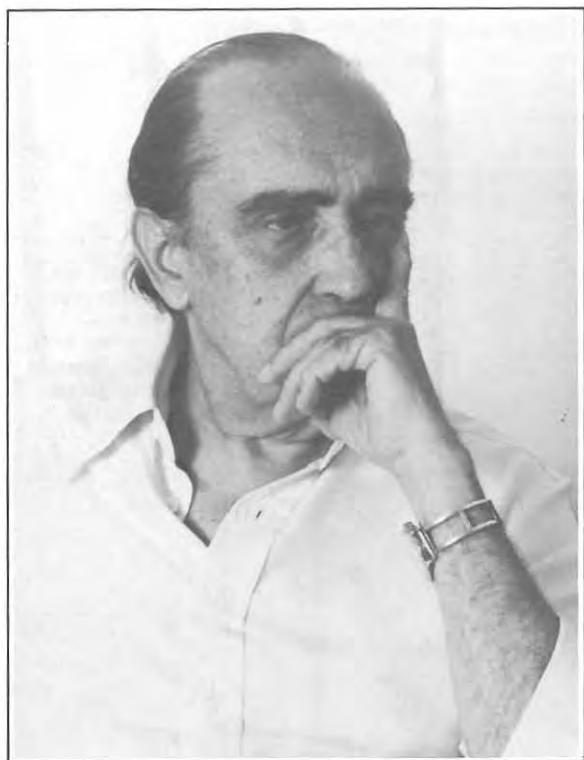


Na Praça dos Três Poderes, com o Congresso ao fundo, funciona um restaurante popular (esq.)

OSCAR NIEMEYER

A cidade monumental e acolhedora de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer recebe o aval da Unesco, declarada Patrimônio da Humanidade.

A difícil recuperação



Brasília é confirmada monumento da humanidade, e esse título, que tão útil será para esta cidade, ficará no tempo como nova e importante iniciativa do Governador José Aparecido de Oliveira.

Graças a ele, somente a ele, ao seu indomável entusiasmo, ao amor com que se deixou possuir por esta cidade, coube tão significativa conquista.

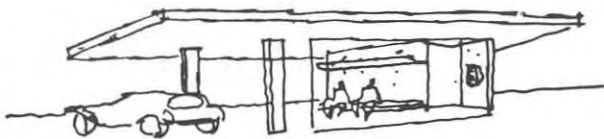
Valeram-lhe nessa tarefa os aspectos inéditos que Brasília apresenta. A cidade monumental/acolhedora que Lúcio Costa projetou e a arquitetura diferente, a criar as surpresas, que a

FOTO DO LIVRO "OSCAR NIEMEYER", DA ALMED





Na sua volta a Brasília, Niemeyer fez desde pequenas obras (como o ponto de táxis, no desenho) até o Panteão (foto)



caracterizam. Tudo isso: Brasília verdejante, coberta de sombras e flores; as estradas interestaduais a correrem terras vazias, criando pontes e barragens; o progresso que delas decorre a crescer e se expandir; tudo isso nos leva a um passado heróico, se assim podemos chamar, impossível de esquecer.

Refiro-me aos primeiros tempos da Nova Capital e nós afundados na lama, cobertos pela poeira vermelha do cerrado, longe da família e dos amigos, a lutar de braço dado com Israel Pinheiro para a concretização do sonho, tão sonhado, de Juscelino Kubitschek.

Mas como foi difícil realizá-lo! Como surgiram obstáculos! Como tentaram paralisar essa obra que marca um período de liberdade, otimismo e esperanças! E o mesmo vai acontecer no futuro quando for lembrado o período que agora vivemos. Quantas realizações até então



FOTO DO LIVRO «OSCAR NIEMEYER» DA ALMED



O Memorial JK (à dir.) e o Teatro Nacional, marcos de uma cidade que completa 28 anos



FOTO ARQUIVO NIEMEYER

desprezadas vão surgir na história desta cidade como uma etapa importante e fundamental! Quantas angústias a procurar meios de construir as obras programadas serão sentidas na sua escala verdadeira. Quantas incompreensões serão reformuladas vendo como Brasília foi amada e seu povo defendido nesses tempos de José Aparecido. Como foi difícil, meus amigos, sua recuperação. Concluir edifícios, completar a Praça dos Três Poderes ainda inacabada, construir o Panteão e a Pira, fazer funcionar o Museu da Cidade, iniciar os belos vitrais da Catedral, atender reivindicações menores, inclusive das cidades-satélites. Como foi penoso restabelecer os direitos públicos, realizar a ciclovia que Carlos Magalhães tão bem defendeu, recuperar áreas invadidas, lotes vendidos arbitrariamente, combater privilégios que se eternizavam, apoiar os mais pobres, tão humilhados e esquecidos. E essa foi a atitude do Governo atual, decidido a restaurar o clima de correção que tempos ruins haviam deteriorado e afirmar dentro do curto prazo que lhe foi oferecido, a grandeza desta Capital que a incompreensão dos homens comprometia.

Eis o que me ocorre dizer sobre a evolução de Brasília, nas suas quatro fases definitivas. Primeiro, o sonho de JK; depois, o Plano Piloto e a cidade em quatro anos construída; depois ainda, vinte anos de desamor e indiferença e, finalmente, o Governo de José Aparecido e sua recuperação.

Oscar Niemeyer é arquiteto, criador dos principais monumentos de Brasília.

Augusto C. da Silva Telles

Brasília, Patrimônio Cultural

Brasília é o único bem contemporâneo inscrito na lista do patrimônio mundial. Agora, cabe lutar por sua preservação.

Brasília foi o primeiro bem, primeiro núcleo urbano, a ser considerado digno de ser inscrito na lista dos bens de valor universal pelo Comitê do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da Unesco. Foi ela inscrita ao lado dos mais notáveis sítios urbanos, alguns de origem milenar, como Florença, Veneza, Cuzco, Quito, Quebec, Havana, Toledo, Évora Lübeck, Roma e a cidade do Vaticano, a Medina de Tunis, entre outros, além dos brasileiros Ouro Preto, Olinda e Salvador.

A proposta apresentada pelo Governo brasileiro, em dezembro de 1986, partiu da iniciativa do Governador José Aparecido de Oliveira, e a documentação elucidativa foi elaborada pelo GT-Brasília, composto por técnicos pertencentes ao Ministério da Cultura/SPHAN/Pró-Memória, à Universidade de Brasília e ao Governo do Distrito Federal.

De acordo com o procedimento habitual, a documentação de Brasília foi examinada, inicialmente, pela direção técnica, «Bureau» do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), a partir de um relatório competente e conciso do Professor Léon Pressouyre, da Sorbonne I. Esse relatório enfatizou as principais características e os valores do plano urbano de Brasília,

cidade concebida por Lúcio Costa, com base nos conceitos urbanísticos deste século, discutidos e propostos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), e divulgados pela Carta de Atenas de 1933 (publicada pela primeira vez por Le Corbusier, em 1943).

Apenas dois núcleos urbanos foram concebidos a partir desses conceitos: Chandigarh, na Índia, capital regional do Punjab, projetado por Le Corbusier. E Brasília, cidade idealizada por Lúcio Costa para ser, desde sua fundação, «não uma urbs, mas uma civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital», como acentua Lúcio Costa no relatório do «Plano Piloto».

Assim, foi considerada sítio urbano de valor universal a Brasília de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, respectivamente o idealizador do plano urbano e o criador dos mais marcantes edifícios que definem sua paisagem urbana.

Para essa inscrição, o Comitê do Patrimônio Mundial, em sua décima primeira sessão, realizada em Paris, em dezembro de 1987, entendeu que Brasília se enquadrava em dois dos critérios que definem um bem de valor universal: I — «Representar uma realização artística única, uma obra-prima do espírito criador do Homem» e IV — «Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico que ilustra um período histórico significativo».

Brasília, cidade jovem, completando agora vinte e oito anos de existência, contados a partir de sua inauguração formal em 21 de abril de 1960, necessita, evidentemente, de mecanismos e de estrutura administrativa capazes de garantir a preservação de suas características fundamentais que constam do Plano Piloto de Lúcio Costa e das adaptações realizadas ao longo de sua implantação. Esses mecanismos, no entanto, deverão ter a flexibilidade necessária para permitir que a cidade possa viver, crescer e adaptar-se às injunções histórico-sociais do seu vir-a-ser.

Assim, após impedir alterações desfiguradoras provocadas pelas especulações imobiliárias, travestidas por vezes de propostas de pseudo-soluções de questões sociais, esses mecanismos deverão atender ao crescimento natural da cidade e às necessidades de adaptação a problemas que venham surgir com os novos tempos: alterações tecnológicas ou econômicas, por exemplo, dos meios de transporte.

Lúcio Costa, ao final do relatório do Plano Piloto, resume as características fundamentais de Brasília: «Capital aérea e rodoviária, cidade-

parque», assim ela é, ao mesmo tempo, a Capital de nossos dias e uma cidade verde, onde extensas áreas, ao longo dos dois eixos, apresentam amplos gramados e bosques de árvores que se repetem nas superquadras, inclusive envolvendo-as, ao longo das amplísimas superfícies entre as casas residenciais, a Praça dos Três Poderes e o Lago. Nesses trechos permanecem ainda, e deverão ser preservadas, manchas mais ou menos extensas do cerrado, da vegetação nativa.

A existência, em Brasília, ao longo de todo o núcleo urbano, dessas amplas áreas gratuitas, livres de edificações, gramadas, arborizadas ou de cerrado nativo, e que constituem justamente uma de suas características mais notáveis, traz consigo um problema permanente para sua preservação: o constante risco de invasões, mas igualmente de ocupação irregular, de loteamentos e de edificações não previstas ou desfiguradoras do espaço urbano.

Por tudo isso, a necessidade de uma legislação moderna e eficiente, e a criação de um órgão administrativo independente e flexível, impõem-se desde logo.

Em um primeiro momento, o Governador do Distrito Federal baixou o Decreto nº 10.829, de 14.10.1987, no sentido da preservação da concepção urbanística de Brasília, para atender, com presteza, ao condicionamento apresentado pelo Comitê do Patrimônio Mundial para que o exame do dossiê de Brasília fosse realizado na reunião de dezembro do ano passado. Esse decreto regulamentou o artigo da Lei Santiago Dantas, uma vez que a expedição de lei mais abrangente e, ao mesmo tempo, flexível, exigiria, de um lado, aprovação do Congresso Nacional e, de outro, maior tempo para discussão e elaboração.

Agora, no entanto, a adoção dessas medidas constitui decisão já tomada pelo Governador José Aparecido de Oliveira. A seu pedido, tenho assessorado os técnicos do Governo do Distrito Federal na elaboração de uma série de minutas que já lhe foram encaminhadas para deliberação final dos órgãos técnicos competentes.

O texto de projeto de lei de preservação de Brasília como um todo — do denominado Plano Piloto, de sua ambiência até o coroamento do horizonte, dos núcleos e edificações que precederam a nova Capital e dos acampamentos que constituem documentos significativos da fase pioneira da construção da cidade — havia sido elaborado pelos técnicos que constituem o Grupo de Trabalho de Brasília. Essa minuta foi agora revista e ajustada às necessidades jurídicas com o auxílio permanente do Dr. Célio Afonso, da Procuradoria Jurídica do Distrito Federal. Contando com esse mesmo apoio, constante e indispensável para o acerto jurídico das propostas, mas, igualmente, com a colaboração do Chefe de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal e de sua equipe, foram concluídos os textos das minutas da Lei de Tombamento a ser encaminhada pelo Governador ao Congresso Nacional.

Além disso, os dois decretos de criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal e de um Instituto, órgão executor da política de preservação, de direção superior, relativamente autônomo, e a ser vinculado à Secretaria de Cultura.

Outro assunto que mereceu exame detalhado foi o do tombamento e do assentamento da Vila Planalto, que constitui o documento urbano mais íntegro e característico dos remanescentes de uma série de acampamentos de engenheiros e operários que trabalharam na construção de Brasília. Este conjunto urbano localizado em área nobre da cidade, ao fundo do Palácio do Planalto, mimetizado, imerso em densa arborização, não compromete a paisagem e, assim, por razões históricas, arquitetônicas e paisagísticas, será preservado. A Vila Planalto é constituída por um conjunto de casas de madeira, que formam grupamentos diversificados, e a população que nela habita será assentada a partir de critérios que serão definidos em decreto próprio. A colaboração de técnicos do Grupo de Trabalho de Brasília, da Diretoria do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras e do Chefe, foi fundamental para que se pudesse chegar a um denominador comum factível, política, social e juridicamente.

Assim, julgamos que Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, terá dado um largo passo à frente na consolidação da política cultural graças à deliberação do Governo de dotá-la de medidas jurídicas e de órgãos técnicos competentes e ágeis para a execução da política de preservação dos bens culturais do Distrito Federal.

OSVALDO PERALVA

A histórica decisão da Unesco

Íntegra da carta em que Osvaldo Peralva, Secretário de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, relata ao Governador José Aparecido de Oliveira detalhes da histórica reunião de 7 de dezembro de 1987, em Paris, quando Brasília foi incluída entre os bens culturais da Humanidade. Peralva acompanhou a reunião como enviado especial do GDF.

Brasília, 5 de janeiro de 1988

Exmo. Senhor
Governador José Aparecido de Oliveira
Brasília — Distrito Federal

Senhor Governador,

1. Em cumprimento da missão recebida de Vossa Excelência, cheguei a Paris em 4 de dezembro de 1987, a fim de acompanhar os trabalhos da décima primeira reunião ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, marcada para os dias 7 a 11 daquele mês, no edifício da Rue Miollis núme-

ro 1, XV Arrondissement, onde têm sua sede a representação brasileira e outros departamentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Na manhã do dia 7, segunda-feira, houve uma reformulação da pauta, daí resultando a antecipação do debate sobre a inclusão de Brasília na lista dos bens culturais da Humanidade.

Antes do meio dia, foi dada a palavra à nossa delegação, constituída dos membros da representação brasileira junto à UNESCO — Embaixador Josué Montello, Ministro Luiz Felipe de Macedo Soares, Conselheiros João Carlos de Souza Gomes e Sérgio de Abreu e Lima, e a Primeira Secretária Isis Martins Ribeiro de Andrade, além do professor Augusto Carlos da Silva Telles, Diretor Técnico da SPHAN, antigo membro do

UNESCO/M. CLAUDE



Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

Em nome da delegação, fez a justificativa do pedido de inscrição o Ministro Macedo Soares, em francês, um dos idiomas oficiais da reunião. Assim concluiu-se a parte matinal da sessão, reaberta às 3 da tarde.

Falou então, em nome do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Léon Pressouyre professor de Arqueologia da Universidade de Paris I (Sorbonne) e Relator do processo de Brasília.

Enquanto lia seu parecer técnico, favorável, ilustrava-o com *slides* projetados sobre um telão acima da mesa da presidência, destacando-se cenas do Eixo Monumental, os palácios do Congresso e do Itamaraty, a Esplanada dos Ministérios e a Catedral, cuja imagem foi a derradeira e ficou exposta por mais tempo.

2. Havia de início dois elementos negativos. O primeiro consistia na própria inovação nos conceitos da entidade, pois até o momento somente bens culturais seculares ingressavam na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Quando Vossa Excelência, em dezembro de 1985, visitou em Paris o Diretor-Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, e defendeu a tese de que também monumentos contemporâneos deveriam ter abrigo no Patrimônio Mundial, deflagrou uma controvérsia que iria perdurar até à reunião de 7.12.87. O segundo é que a legislação do Distrito Federal, de preservação das características arquitetônicas e urbanísticas da cidade, reclamada pelo ICOMOS, foi considerada insuficiente.

Mas logo notou-se que a atmosfera se achava desanuviada. O parecer do professor Pressouyre, acompanhado de imagens da cidade-monumento,

terá causado funda impressão nos membros do Comitê. Quanto à insuficiência das leis, a delegação brasileira chamou a atenção do ICOMOS para o Ofício nº 1.585/87, de 14 de outubro de 1987, em que Vossa Excelência, dirigindo-se ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Ministro (interino) das Relações Exteriores, esclarecia: «... o anteprojeto de lei de preservação estudado para todo o Distrito Federal deverá estar no Congresso Nacional, através da Presidência da República, garantindo as linhas de Brasília como bem cultural universal».

Esse esclarecimento removeu o obstáculo.

Agora tinha chegado a vez de o plenário se pronunciar. O Presidente do Comitê, o canadense J. D. Collinson, franqueou a palavra. Aí a chefe da representação dos Estados Unidos, Sr.^a Susan Recce, opôs-se à inclusão de Brasília, por entender que assim se consagraria prematuramente determinado tipo de arquitetura.

Além disso, invocou o parágrafo 29 das «Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial», no qual se propunha que o exame das novas cidades do século XX ficasse «adiado até que o conjunto das cidades históricas tradicionais, pertencentes ao patrimônio da Humanidade e que constituem sua parte mais vulnerável, fossem inscritas na lista do patrimônio mundial».

O relatório final do Comitê afirma que dois outros delegados exprimiram igual preocupação a respeito da inclusão de uma cidade nova na lista do Patrimônio, com base no mesmo dispositivo das «Orientações». Isso terá ocorrido em outra sessão, na qual não me achava presente. Não, de todo modo, na que tratou de Brasília.

Replicando à delegada norte-americana, o professor Pressouyre disse que a questão era outra: tratava-se de proteger uma obra singular, moderna, a única cidade construída, neste século, a partir do nada, *ex nihilo*, para ser a capital de um país, constituindo-se assim em magnífico exemplo histórico. Lembrou que a iniciativa de Le Corbusier, na Índia, com a construção de Chandighâr para servir de capital ao Punjab, era diferente, pois não se completara e era uma capital regional, não nacional.

Pelo silêncio que se seguiu, tornou-se claro que seu argumento foi bem acolhido e que a assembléia plenária aprovava, por consenso, como é usual nessas reuniões, o ingresso de Brasília no Patrimônio Mundial. Mas o Presidente insistiu, querendo saber se alguém mais desejava fazer uso da palavra, pois de acordo com o artigo 14, inciso 8, da Convenção da UNESCO, adotada em 16 de novembro de 1972, em Paris, «as decisões do Comitê são tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes com direito a voto». O representante mexicano, Embaixador Miguel León Portillo, ergueu o braço e também se declarou favorável à inclusão de Brasília, destacando outro aspecto de sua edificação: o de pólo irradiador de desenvolvimento, a partir do centro do imenso



O Governador José Aparecido, ao lado do Embaixador Josué Montello, visita o Diretor-Geral da Unesco, Federico Mayor

território brasileiro. Por fim, em tom emocionado, o Embaixador do Brasil junto à UNESCO, escritor Josué Montello, fez referência às três fases da cidade — o deserto, de onde surgiu; a cidade edificada, de nossos dias; e o bem cultural que se buscava resguardar. Afirmou: «Temos preservado, para o presente, monumentos do passado. Agora, ao contrário, pensamos em preservar para o futuro um monumento do presente».

Estava encerrada a discussão. Brasília acabava de ingressar no Patrimônio Cultural da Humanidade, com a aprovação unânime dos seguintes 21 membros que compõem o atual Comitê do Patrimônio Mundial: Argélia, Austrália, Brasil, Bulgária, Canadá, Cuba, Estados Unidos da América, França, Grécia, Índia, Itália, Líbano, Malawi, México, Noruega, Paquistão, Sri Lanka (Ceilão), Tanzânia, Tunísia, Turquia e Yemen.

Mediante entendimentos prévios com Madame Dario, do Departamento Audiovisual da UNESCO, consegui a filmagem de aspectos da histórica sessão, cujo videocassete encontra-se arquivado nesta Secretaria de Comunicação Social. Providenciei ao mesmo tempo o registro fotográfico do acontecimento. Foram feitas 12 fotos, também arquivadas nesta Secretaria.

Esclareço que, antes, havíamos estabelecido entendimentos com a empresa Radio Television Video Conseil (RTVC), de Paris, através da Meios de Produção e Comunicação Ltda., do Rio, para a cobertura audio-visual da sessão, ao preço de CZ\$ 380.000,00. O acordo com a UNESCO, para filmagem gratuita, permitiu dispensar os serviços da RTVC.

3. Imediatamente após a decisão do Comitê, subi à sede da representação brasileira na UNESCO para dar a notícia. Em primeiro lugar a Vossa Excelência, que se achava no momento em São Paulo (enquanto o Embaixador Josué Montello fazia idêntica comunicação ao Presidente José Sarney), e em seguida ao Brasil e ao mundo.

Comuniquei o fato, ajuntando elementos de *background*, aos correspondentes de jornais brasileiros em Paris: Caio Túlio Costa, da «Folha de São Paulo»; Reali Júnior, de «O Estado de São Paulo»; Any Bournier, de «O Globo», do Rio, e Fritz Utzeri, do «Jornal do Brasil», também do Rio.

Depois, procurei o chefe dos serviços de imprensa, da UNESCO, Edouard Bailby, que havia sido, muitos anos atrás, meu colega na redação da «Última Hora», no Rio de Janeiro, e consegui, através dele, estabelecer contato com três agências internacionais de notícias, às quais transmiti com detalhes a informação: The Associated Press, Interpress e EFE, esta última sediada em Madri e com ampla penetração na imprensa latino-americana.

Com a ajuda da Sra. Violeta Arraes, funcionária da Embaixada brasileira em Paris, realizei outras *démarches* no setor da divulgação: a TV Antenne 2 ficou de entrevistar o Ministro da Cultura, Celso Furtado, ao meio-dia de sexta-feira,

11, quando ele falaria sobre a exposição de artes plásticas do Brasil, Modernidade, então no Museu de Arte Moderna de Paris, e também sobre Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade. Por telefone conversei com um repórter dessa TV, Beniamini, a quem ofereci imagens de Brasília, que eu havia levado e que ele poderia utilizar em noticiário sobre a inclusão da Capital brasileira no Patrimônio Mundial. Mas ele não precisava, pois havia filmado o Plano Piloto quando acompanhara aqui o Presidente François Mitterrand. Não sei se as aproveitou, como sugeri.

Nesse mesmo dia marquei encontro com o jornalista Louis Wiznitzer, que ia entrevistar o novo Diretor-Geral da UNESCO, o espanhol Federico Mayor. Dei-lhe detalhes sobre a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial e ele obteve do entrevistado a declaração de que se fosse membro do Comitê também votaria a favor e que «agora a capital brasileira está sob a proteção da comunidade mundial».

Em companhia de Violeta Arraes e da arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lúcio Costa, estive no jornal *Le Monde* com o editor de cultura, Emmanuel de Roux, a quem expliquei a decisão da UNESCO sobre Brasília e com quem deixei algum material em francês, especialmente o parecer do professor Pressouyre. Esse jornalista me havia sido indicado pelo correspondente do *Monde*, no Rio, Charles Vanhecke. Informei que Brasília, sendo o primeiro bem cultural contemporâneo admitido pela UNESCO, era o sétimo de uma lista de bens culturais e naturais brasileiros sob proteção da comunidade internacional, ao lado do centro histórico de Ouro Preto e do Santuário de Bom Jesus em Congonhas do Campo, Minas Gerais; centro histórico de Olinda, Pernambuco; centro histórico de Salvador (Pelourinho), Bahia; ruínas de São Miguel das Missões e o Parque Nacional de Iguazu (patrimônio natural).

4. Os trabalhos do Comitê do Patrimônio Mundial, iniciados segunda-feira, dia 7, encerraram-se ao final da tarde de sexta-feira, dia 11. Logo no início, o canadense J. D. Collinson foi



reeleito, por aclamação, Presidente do Comitê, tendo como Vice-Presidentes os chefes das delegações da França, México, Sri Lanka, Tunísia e Tanzânia. A senhora Magdalina Stantscheva, búlgara, foi eleita Relatora.

Na qualidade de órgãos consultivos, tomaram parte o UICIN, representado pelo Sr. Janes Thorsell, Diretor Executivo da Comissão de Parques Nacionais e outras áreas sob Proteção, e o ICOMOS, representado pelo Secretário-Geral, Helmut Stelzer; professor Léon Pressouyre, Relator de alguns pedidos de inscrição; Sr. Colin Kaiser, Diretor do Secretariado Internacional, e Sra. Florence Portellette, documentarista.

Havia em pauta 61 propostas de inscrição na lista do Patrimônio Mundial, a partir de recomendações formuladas pelo ICOMOS e pelo UICIN. O Comitê decidiu inscrever 42 bens culturais ou naturais, entre os quais a extensão de um deles.

Foram os seguintes os bens aprovados para entrar na Lista do Patrimônio Mundial:

1. Brasília. O Comitê recomendou o prosseguimento de uma política de conservação das características da criação urbana de 1956 no Distrito Federal do Brasil.

República Popular da China

2. Monte Taishan
3. A Grande Muralha

4. O Palácio Imperial das dinastias Ming e Qing
5. As Grutas de Mogao
6. O Mausoléu do Primeiro Imperador Qin
7. O local de «O Homem de Pequim», em Zhukudian
8. Sian Ka'an

Índia

9. Conjunto de Monumentos de Pattadakal
10. Grutas de Elephanta
11. Templo de Brihadisvara, em Thanjavur
12. Parque Nacional dos Sundarbans

México

13. Cidade Pré-hispânica e Parque Nacional de Palenque
14. Centro histórico de México e Xochimilco
15. Cidade Pré-hispânica de Teotihuacar
16. Zona Histórica de Oaxaca e Zona Arqueológica de Monte Aban
17. Centro Histórico de Puebla

Estados Unidos

18. Parque Nacional Histórico do Chaco
19. Monticello e Universidade de Virgínia
20. Parque Nacional dos Vulcões, em Havai

Inglaterra

21. Palácio de Blenheim
22. Cidade de Bath
23. O Muro de Hadrien
24. O Palácio de Westminster, a Abadia de Westminster e a Igreja de Santa Margarida

Austrália

25. Parque Nacional de Uluru
26. Parque Nacional de Kakadu (inclusão da segunda parte)

Itália

27. Veneza e sua Laguna
28. Piazza del Duomo, em Piza

Grécia

29. Área Arqueológica de Delfos
30. Acrópole de Atenas

Hungria

31. Em Budapeste, o panorama das duas margens do Danúbio e o quarteirão do Castelo de Buda
32. Hollokö



33. Cidade Hanseática de Lübeck, na República Federal da Alemanha
34. A Catedral, o Alcazar e o Arquivo das Índias, em Sevilha, na Espanha
35. Cidade de Potosi, na Bolívia
36. Parque Nacional de Manu, no Peru
37. A reserva da fauna do Dja, República dos Camarões
38. Conjunto de Ait-Bem-Haddou, Marrocos



Os delegados do Brasil (à esq.): conselheiros Souza Gomes e Sérgio Florêncio, e 1ª secretária Isis de Andrade. Antes do debate, Leon Pressouyre, do Icomos, ouve membros (acima) da delegação brasileira



39. Parque Nacional de Kilimandjaro, Tanzânia
40. Forte de Bahla, Oman
41. Nemrut Dag, Turquia
42. Parque Nacional do Gros Morne, Canadá

Até então a lista do Patrimônio Mundial continha 247 bens culturais e naturais. Com o acréscimo de mais 41, aprovados na reunião de 7 a 11 de dezembro de 1987 (o outro aprovado foi mera extensão do Parque Nacional do Kakadu, na Austrália), a participação na lista se eleva a 288.

O Comitê decidiu igualmente transferir para outra oportunidade o exame de 16 propostas de inscrição e não considerar o pedido de inscrição de 4 bens. Registrou ainda a retirada, por parte da Inglaterra, da proposta de inscrição do Pico de Diana e do High Peak, do Recinto, da Catedral e do Palácio Episcopal de Saint David.

Os bens cujo exame foi adiado são os seguintes:

1. Reservas de Panda — República Popular da China
2. Catedral «Unserer Lieben Frau», em Freiburg am Brisgau — República Federal da Alemanha
3. Parque Nacional do Desfiladeiro de Samaria — Grécia
4. As áreas de Ostia, de Porto, e a zona de Isola Sacra — Itália
5. Zona cultural do lago de Patzcuaro — México
6. A necrópole de Bat — Oman
7. A cidade velha de Salamanca — Espanha
8. Reserva florestal de Sinharaja — Sri Lanka (Ceilão)
9. Lugares eclesiásticos do «Lough» Erne — Inglaterra
10. New Lanark — Inglaterra
11. Parque Nacional histórico de Pu'uhonua o'Honaunau — Estados Unidos
12. Cerro Colorado — Argentina
13. Parque arqueológico de Selinonte — Itália
14. Castel del Monte — Itália
15. Parque Nacional de Tongariro — Nova Zelândia
16. Parque Nacional do Distrito dos Lagos — Inglaterra

Os seguintes bens culturais e naturais foram considerados sem condições de ser inscritos na lista do Patrimônio Mundial:

1. Reserva natural nacional de conservação da sequência estratigráfica do proterozóico médio e superior de Jixian — República Popular da China
2. O Porto de Khor Rori — Oman
3. O Centro Histórico de Matrah — Oman
4. Conjunto de Dalt Vila (Ibiza) — Espanha

Revelou-se, durante a reunião, que a Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia organiza anualmente um curso de conservação e de restauração de monumentos e de lugares históricos. Especialistas de vários países da América Latina têm participado nos três últimos cursos. O de 1988 será voltado para a preservação de cidades históricas inscritas ou suscetíveis de serem inscritas na lista do Patrimônio Mundial. O pedido de fundos era de US\$ 40.000, destinando-se a bolsas

de estudos a fim de permitir a arquitetos, engenheiros e urbanistas de Estados-membros latino-americanos fazerem o curso que vai de 1º de março a 15 de dezembro de 1988. As autoridades brasileiras cobririam o restante dos custos.

O pedido chegou após a reunião do Bureau, que assim não pôde examiná-lo, apesar de sua receptividade.

A delegação do Brasil informou ao Comitê sobre a criação de um Parque entre Olinda e Recife, que asseguraria uma zona de não edificações entre as duas cidades. Comunicou também que havia problemas de desabamento do terreno, de circulação intensa e de recrudescimento do turismo em Olinda. Acrescentou que as autoridades brasileiras estavam buscando soluções para esses problemas.

Lembrou ainda o convite repetidas vezes feito para que o Comitê do Patrimônio Mundial tivesse uma de suas reuniões em Brasília, e agora o renovava, ao ensejo da inclusão da capital brasileira entre os bens culturais da humanidade. O representante do Comitê agradeceu o convite, observando que embora normalmente o Comitê devesse reunir-se em Paris, sede da UNESCO, vários de seus membros achavam vantajoso que uma sobre duas reuniões tivesse lugar em outra cidade, a fim de melhor conhecer os trabalhos da entidade em diversos países, além de poder visitar certos bens do Patrimônio Mundial e examinar a aplicação dos projetos de assistência técnica internacional.

Foi apontada a dificuldade de recursos financeiros para um encontro fora de Paris, mas a delegação brasileira informou que nosso país assumiria a responsabilidade pelas despesas.

Ficou então decidido, a título provisório, que a 12ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial se efetuará em Brasília, de 5 a 9 de dezembro de 1988.

5. Encontrava-me ainda na França quando tomei conhecimento de telegramas de agradecimento enviados por V. Exa. a personalidades que atuaram em favor da aprovação da proposta sobre Brasília.

Ao professor Léon Pressouyre, membro do ICOMOS, com o seguinte texto:

«O Governo do Distrito Federal do Brasil vem agradecer ao eminente Professor e Relator do ICOMOS brilhante parecer técnico, que permitiu inclusão Brasília Patrimônio Cultural Mundial. Estamos empenhados complementar legislação protetora das características urbanísticas e arquitetônicas da cidade construída, sob o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, pelo urbanista Lúcio Costa, arquiteto Oscar Niemeyer, paisagista Burle Marx e outros artistas brasileiros. Ao aprovar ingresso nessa lista de um bem cultural contemporâneo, a única cidade deste século, concebida e realizada a partir do nada, para ser capital de um país, como observou V. Exa., a UNESCO, o ICOMOS e o Comitê do Patrimônio Mundial ampliam os critérios para assegurar proteção também aos monumentos modernos».

Ao Embaixador Josué Montello:

«Venho agradecer ilustre Embaixador e querido amigo sua incansável e decisiva atuação, ao longo de dois anos, para que a proposta de meu Governo à UNESCO alcançasse histórica vitória, com a inscrição de Brasília na lista do Patrimônio Mundial. O acontecimento é tanto mais significativo porque amplia os critérios de julgamento da UNESCO, ao admitir nessa privilegiada lista um bem cultural contemporâneo, a meta-síntese do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a obra-prima de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx. Peço estender estas palavras de reconhecimento ao Ministro Luiz Felipe de Macedo Soares, aos Conselheiros João Carlos de Souza Gomes, Sérgio de Abreu e Lima Florêncio, à Primeira Secretária Isis Martins Ribeiro de Andrade e demais membros sua eficiente equipe. Peço igualmente levar ao professor Silva Telles meu abraço de agradecimento pela colaboração que prestou à vitoriosa causa desde o início do processo, especialmente quando participou dos trabalhos do ICOMOS».

Ao Embaixador mexicano junto à UNESCO, licenciado Miguel León Portillo:

«Informado pelo jornalista Osvaldo Peralva da atuação de V. Exa. em favor do ingresso de Brasília na lista do Patrimônio Mundial, venho apresentar-lhe o reconhecimento de meu Governo para essa atitude nobre e solidária, que muito contribuiu para a consagrada aprovação por consenso da obra máxima do Presidente Juscelino Kubitschek e dos artistas-construtores Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx.»

Ao Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial, J. D. Collinson:

«Momento Comitê do Patrimônio Mundial, sob presidência V.Exa., aprova inclusão Brasília lista bens culturais Humanidade, meu governo apresenta sinceros agradecimentos às 21 delegações desse importante organismo internacional. Ao acolher em seu seio a mais moderna capital do mundo, na histórica reunião de 7 a 11 de dezembro de 1987, a UNESCO e seu Comitê do Patrimônio ampliam as fronteiras protetoras da cultura, decisão da qual primeiro beneficiário é a obra

do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e dos artistas-construtores Lúcio Costa e Oscar Niemeyer».

Posteriormente, ao ex-Diretor-Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow:

«No último dia de 1987, ano histórico para Brasília, venho apresentar ilustre homem público internacional profundos agradecimentos meu Governo por sua decisiva atuação em favor da inclusão da capital dos brasileiros na lista dos bens culturais da Humanidade. Este reconhecimento se traduz no Decreto que acabo de assinar agraciando V.Exa. com a mais alta condecoração do Governo do Distrito Federal do Brasil, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Brasília. Formulo votos de um vitorioso 1988 para eminente amigo. Consulto se V.Exa. poderia vir receber aqui condecoração dia 21 de abril de 1988, data 28º aniversário fundação Brasília».

No dia seguinte, Vossa Excelência fez publicar este decreto:

«Decreto de 1º de janeiro de 1988.

O Governador do Distrito Federal, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Brasília, e nos termos do Decreto nº 4.620, de 5 de abril de 1979, Considerando:

— a importância histórica do reconhecimento, pela UNESCO, de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade;

— a sensibilidade inovadora demonstrada pela Direção-Geral daquele órgão das Nações Unidas, ao ampliar o conceito do Patrimônio das gerações, estendendo-o às criações do mundo contemporâneo, de forma a defender as referências do homem moderno das ações predatórias e desfiguradoras;

— a clareza e convicção, desde a proposta informal, com que se manifestou o então Diretor-Geral Amadou Mahtar M'Bow, com relação à necessidade de colocar sob a proteção da UNESCO a concepção urbanística e arquitetônica de Brasília, como uma das obras fundamentais da criatividade humana em nosso tempo;

— finalmente, o papel fundamental desempenhado pelo ex-Diretor-Geral da UNESCO, na



No intervalo da histórica sessão, o jornalista Osvaldo Peralva conversa com o Embaixador Josué Montello

condução do processo que culminou com a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial no dia 7 de dezembro último, declarando Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade;

Resolve:

Admitir, neste primeiro dia de 1988, no Quadro Especial da «Ordem do Mérito Brasília», no grau de Grã-Cruz, o Senhor AMADOU MAHTAR M'BOW».

6. Eis aí, Senhor Governador, um relato sucinto dos fatos ocorridos em torno da histórica reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, quando Brasília foi incluída na lista dos bens culturais da Humanidade.

Para que conste da Memória da Cidade, envio em anexo o dossiê por mim organizado sobre

os trâmites que resultaram na Declaração do dia 7 de dezembro de 1987 e as repercussões nacionais e internacionais do acontecimento.

Ele contém as seguintes partes:

1. Amostragem da repercussão nacional e internacional
2. Estrutura, objetivos e atividades da UNESCO
3. Documentos relacionados com a demanda de Brasília para ingressar no Patrimônio Mundial, ao longo de dois anos (dezembro de 1985 a dezembro de 1987).

Apresento a Vossa Excelência as minhas homenagens.

OSVALDO PERALVA
Secretário de Comunicação Social do GDF

O parecer de Pressouyre

Em maio de 1987, o professor Léon Pressouyre deu parecer favorável à inclusão de Brasília na lista do Patrimônio Cultural Mundial, com a condição de que uma legislação fosse providenciada para assegurar, no Distrito Federal, as características arquitetônicas e urbanísticas da cidade. Um decreto-lei do Governador, nesse sentido, foi baixado em 14 de outubro daquele ano. Sua íntegra vai a seguir.

Em 7 de dezembro do mesmo ano, o professor Pressouyre fez a defesa verbal de Brasília, nos termos desse parecer, que foi aprovado por unanimidade.

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios ICOMOS

Lista do Patrimônio Nacional nº 445

Identificação

Bem Proposto: Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília

Local: Distrito Federal

Estado-Membro: Brasil

Data: 31 de dezembro de 1986

Recomendação do ICOMOS

Que seja adiada a inscrição do bem cultural proposto na lista do Patrimônio Mundial.

Justificativa

Os princípios do urbanismo do século XX, tais como foram expressos em 1943, na *Carta de Atenas* ou em

1946, no *Modo de Pensar o Urbanismo*, de Le Corbusier, foram raramente evidenciados na escala de uma capital; as únicas exceções notáveis são as de Chandigãrh, onde Le Corbusier, nomeado conselheiro do governo de Punjab para assuntos de arquitetura, em 1950, trabalhou durante vários anos em colaboração com Pierre Jeanneret, Maxwell Fry e Jane Drew, e, principalmente a da Capital do Brasil, Brasília, criada *ex nihilo*, no centro de um distrito federal de 5814 km², a partir de 1956.

A idéia de fundar uma capital, no centro do Brasil, é antiga, tendo sido expressa em diversas ocasiões desde o fim do século XVII. Em 1922, quando da comemoração do Centenário da Independência, a escolha da região Centro-Oeste como local da futura capital foi simbolizada pela "Pedra Fundamental", erguida perto de Planaltina, a alguns quilômetros ao nordeste da atual Brasília.

Foi Juscelino Kubitschek, eleito

Presidente da República, em 1955, que fez da criação da capital um símbolo de sua política de valorização do espaço brasileiro, da expansão industrial e de grandes obras.

Já em 1956, o Presidente Kubitschek encarregou uma comissão de escolher o lugar exato da cidade, e um organismo executivo, a NOVACAP, de realizar a compra dos terrenos e a construção. No mesmo ano, Oscar Niemeyer foi nomeado Diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e Lúcio Costa ganhava o concurso aberto para a escolha do Plano de Brasília.

Essas escolhas tornavam a reunir uma equipe que já tinha dado provas de seus trabalhos: de 1936 a 1943, Costa e Niemeyer tinham colaborado na construção do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, quando também fora consultado Le Corbusier para essa grande realização.

A definição de um ideal urbano, baseado na separação das funções, na abertura de grandes espaços naturais e no traçado de grandes vias de circulação, bem diferentes da rua tradicional, estava pressuposta pela formação doutrinária de Costa e Niemeyer, mas a sua própria evolução deixava prever a rejeição do funcionalismo primário do "estilo internacional" em benefício de soluções mais adaptadas à situação brasileira: em relação a isso, devemos lembrar que Niemeyer já construía, de 1942 a 1944, a pedido de Kubitschek, o conjunto da Pampulha, depois de ter criado, em colaboração com Costa, o pavilhão brasileiro da Exposição de Nova York, de 1939.

O Plano Piloto de Brasília, pos-

suidor de uma grande força de expressão, de autoria de Lúcio Costa, nasceu, como ele mesmo diz, "do gesto inicial que designa um lugar e dele se apodera: dois eixos que se cruzam em ângulo reto formando uma cruz". Este sinal foi, depois, adaptado à topografia, à inclinação natural do terreno e a uma melhor orientação: os braços de um dos eixos foram curvados.

O Plano de Brasília não evoca uma cruz, mas sim um pássaro gigante voando em direção ao sudeste. O eixo norte-sul, sem curva, define o traçado da grande via de comunicação rodoviária ao longo da qual alinham-se zonas residenciais articuladas em superquadras, tendo, cada uma delas, uma semi-autonomia graças às suas áreas comerciais e de lazer, seus espaços verdes, suas escolas, igrejas, etc...

Os imóveis com seis andares são construídos sobre pilotis, segundo os princípios tão caros a Le Corbusier.

O eixo perpendicular leste-oeste liga as quadras administrativas e forma o grande eixo monumental da nova cidade que se tornou, efetivamente, capital, em 1960. Oscar Niemeyer, ali, ergueu os seus edifícios mais célebres, notáveis pela pureza de formas e com um caráter monumental evidente, nascido dos sábios contrastes entre construções horizontais e verticais, volumes retangulares e superfícies curvas, materiais em estado natural e o toque acetinado de certas construções.

Entre as mais belas realizações da paisagem urbana de Brasília, podemos citar, ao redor da Praça dos Três Poderes, o Palácio do Planalto ou Palácio do Governo, o Congresso, com seus dois arranha-céus, gêmeos, ladeados pela cúpula do Senado e a da Câmara dos Deputados, essa última virada com a boca para baixo, e o Palácio do Supremo Tribunal.

Outras criações com uma rara qualidade plástica ainda podem ser citadas, tais como a Esplanada dos Ministérios, a Catedral com seus dezesseis parabolóides de concreto, com 40m de altura, o Memorial JK, o Teatro Nacional, etc...

A criação de Brasília, pelo grande desafio, pela ousadia do projeto, a amplitude dos meios empregados, é, incontestavelmente, um fato da maior importância na história do urbanismo.

A partir de 1960, com o fim do mandato presidencial de Kubitschek, e sobretudo a partir de 1964, com a instauração de uma nova política e a dispersão da equipe de arquitetos, a

jovem Capital do Brasil conheceu sérias dificuldades das quais, ainda hoje, algumas não foram superadas.

Kubitschek, Costa e Niemeyer previram de 500.000 a 700.000 habitantes, devendo as cidades-satélites receber a população excedente. Hoje Brasília possui uma população favorecida de 300.000 habitantes e uma grande massa populacional, muitas vezes em trânsito, que se distribui nas sete cidades-satélites, mas também nos arredores miseráveis que apareceram em detrimento do plano de 1956-1957.

Na ausência de qualquer plano regulador e de um código de urbanismo, as normas definidas por Costa e Niemeyer foram transgredidas na maior desordem: edifícios mais altos do que deveriam, em alguns setores, construções em espaços livres, modificações na rede rodoviária, etc... alteraram muito seriamente uma paisagem monumental possuidora de uma grande qualidade inicial.

Essa deterioração e as ameaças que pesam no desenvolvimento de Brasília estimularam Aloísio Magalhães para que criasse, em 1981, um grupo de trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília.

Esse grupo reuniu uma documentação importante e após uma reflexão prospectiva profunda definiu três zonas de proteção propostas para inscrever Brasília na lista do Patrimônio Mundial:

- uma zona de proteção absoluta cobrindo o Plano Piloto de Lúcio Costa;
- uma zona tampão onde a predominância dos espaços verdes estaria garantida;
- uma zona periférica, incluín-

do o lago artificial e suas margens, quase que inteiramente construídas com conjuntos residenciais. Não poderia a proteção ser mais flexível.

O grupo de trabalho também propôs inscrever as testemunhas históricas do nascimento de Brasília, isto é, as cidades e o meio ambiente tradicional da periferia (Planaltina, Brazlândia e oito fazendas antigas) assim como os acampamentos de operários, vestígios comoventes mas frágeis da grande época da construção da capital (1957-1960).

O ICOMOS, ao mesmo tempo que expressa um parecer em princípio favorável à inscrição de Brasília na lista do Patrimônio Mundial, estima que essa inscrição deva ser adiada até que medidas mínimas de proteção garantam a salvaguarda da criação urbana de Costa e Niemeyer.

A adoção do Plano Piloto de Costa deve entrar para a sua fase definitiva em março de 1987 e ser submetida às instâncias concernentes no decorrer do mesmo ano.

Nenhuma data precisa é fornecida no que se refere às medidas de proteção das zonas-tampão, para as quais, evidentemente, os anseios do grupo de trabalho não representam garantia suficiente.

ICOMOS, maio de 1987

Professor Léon Pressouyre
(Sorbonne I)

Relator junto ao Conselho do Patrimônio Mundial

O Decreto da Preservação

DECRETO Nº 10.829, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, considerando que o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 preserva o Plano Piloto de Brasília, tal como apresentado por Lúcio Costa; consi-

derando que, para a exata aplicação do art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, faz-se oportuna a edição de norma regulamentar que explicita o conceito do bem cultural por ela protegido,

DECRETA :

Capítulo I

Do Plano Piloto e sua concepção urbanística

Art. 1º Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cida-

de, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lúcio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.

§ 1º A realidade físico-territorial, correspondente ao Plano Piloto referido no *caput* deste artigo, deve ser entendida como conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer às recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste decreto.

§ 2º A área a que se refere o *caput* deste artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento — EPIA, ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.

Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

Capítulo II

Da escala monumental

Art. 3º A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti, e para a sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:

I — A Praça dos Três Poderes fica preservada tal como se encontra nesta data, no que diz respeito aos Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional, bem como aos elementos escultóricos que a complementam, inclusive o Panteon, a Pira e Monumento ao Fogo Simbólico, construídos fora da Praça, mas que se constituem parte integrante dela;

II — Também ficam incluídas para preservação as sedes vizinhas dos Palácios do Itamaraty e da Justiça, referências integradas da Arquitetura de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes;

III — Os terrenos do canteiro central verde são considerados *non-aedificandi* nos trechos compreendidos entre o Congresso Nacional e a

Plataforma Rodoviária, e entre esta e a Torre de Televisão, e no Trecho não ocupado entre a Torre de Televisão e a Praça do Buriti;

IV — A Esplanada dos Ministérios, ao Sul e ao Norte do canteiro central, à exceção da Catedral de Brasília, será de uso exclusivo dos Ministérios Federais, sendo entretanto admitida, tal como consta do Plano Piloto, edificação de acréscimos com um pavimento em nível de mezanino e sobre pilotis, para instalação de pequeno comércio e serviços de apoio aos servidores, no espaço compreendido entre o meio dos blocos e a escada externa posterior;

V — As áreas compreendidas entre a Esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária, ao Sul e ao Norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural.

Parágrafo único. Quaisquer modificações físicas, nas áreas preservadas nos incisos I e II deste artigo, serão submetidas à aprovação do CAUMA.

Capítulo III

Da escala residencial

Art. 4º A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário-Residencial e para a sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:

I — Cada Superquadra, nas alas Sul e Norte, contará com um único acesso para transporte de automóvel e será cercada, em todo o seu perímetro, por faixa de 20,00m (vinte metros) de largura com densa arborização;

II — Nas duas alas, Sul e Norte, nas seqüências de Superquadras numeradas de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, as unidades de habitações conjuntas terão 6 (seis) pavimentos, sendo edificadas sobre piso térreo em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

III — Nas duas alas, Sul e Norte, nas seqüências de Superquadras duplas numeradas de 402 a 416, as unidades de habitações conjuntas terão três pavimentos, edificadas sobre pisos térreos em pilotis livres de

quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

IV — Em todas as Superquadras, nas alas Sul e Norte, a taxa máxima de ocupação para a totalidade das unidades de habitação conjunta é de 15% (quinze por cento) da área do terreno compreendido pelo perímetro externo da faixa verde;

V — Em todas as Superquadras só será permitida a venda das projeções dos edifícios, permanecendo de domínio público a área remanescente;

VI — Além das unidades de habitações conjuntas serão previstas e permitidas pequenas edificações de uso comunitário;

VII — Na ala Sul os comércios locais correspondentes a cada Superquadra deverão sempre ser edificados na situação em que se encontram na data da edição do presente decreto;

VIII — As áreas entre as Superquadras, nas alas Sul e Norte, denominadas Entrequadras, destinam-se a edificações para atividades de uso comum e de âmbito adequado às áreas de vizinhança próximas, como: ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas.

Art. 5º O sistema viário que se serve às Superquadras manterá os acessos existentes e as interrupções nas vias L-1 e W-1, conforme se verifica na ala Sul, devendo ser o mesmo obedecido na ala Norte.

Art. 6º Nos setores de Habitação Individual Sul e Norte, só serão admitidas edificações para uso residencial unifamiliar, bem como comércio local e equipamentos de uso comunitário, nos termos em que se configura a escala residencial neste capítulo.

Capítulo IV

Da escala gregária

Art. 7º A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária, e nos setores de Diversões Comerciais, Bancários, Hoteleiro, Médico-Hospitais, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Art. 8º Para a preservação da escala gregária referida no artigo anterior, serão obedecidas as seguintes disposições:

I — A Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas

defronte aos setores de Diversões Sul e Norte;

II — Os setores de Diversões Sul e Norte serão mantidos com a atual cota máxima de coroamento, servindo as respectivas fachadas voltadas para a Plataforma Rodoviária, em toda a altura de campo livre, para instalação de painéis luminosos de reclame, permitindo-se o uso misto de cinemas, teatros e casas de espetáculos, bem como restaurantes, cafés, bares, comércio de varejo e outros que propiciem o convívio público;

III — Nos demais setores referidos no artigo anterior o gabarito não será uniforme, sendo que nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de 65,00m (sessenta e cinco metros), sendo permitidos os usos indicados pela denominação dos setores de forma diversificada, ainda que se mantenham as atividades predominantes preconizadas pelo Memorial do Plano Piloto.

Capítulo V

Da escala bucólica

Art. 9º. A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subsequentes.

Art. 10. São consideradas áreas *non-aedificandi* todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º deste decreto que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão predominantemente residencial em Brasília Revisitada.

§ 1º. Nas áreas referidas no *caput* deste artigo onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosques, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes.

§ 2º. Nas áreas *non-aedificandi* poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que aprovadas pelo CAUMA.

Art. 11. Será mantido o acesso público à orla do Lago em todo o seu perímetro, à exceção dos terrenos, inscritos em Cartório de Registro de Imóveis, com acesso privativo à água.

Capítulo VI

Das áreas já ocupadas no entorno direto dos dois eixos

Art. 12. Com o objetivo de assegurar a permanência, no tempo, da presença urbana conjunta, das quatro escalas referidas nos Capítulos II, III, IV e V deste decreto, em todas as áreas já ocupadas no entorno dos dois eixos e contidas no perímetro delimitado nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º deste decreto, ficam mantidos os critérios de ocupação aplicados pela administração nesta data, sendo que nos terrenos destinados a recreação e esporte nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima do coroamento de 7,00m (sete metros), à exceção dos ginásios cobertos, e nos terrenos destinados a hotéis de turismo, onde nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de coroamento de 12,00m (doze metros).

§ 1º. Nos terrenos contíguos à Esplanada dos Ministérios só serão admitidas as edificações necessárias à expansão dos serviços diretamente vinculados aos Ministérios do Governo Federal, não podendo ser ultrapassada a cota máxima do coroamento dos anexos existentes.

§ 2º. Só serão admitidos os remanejamentos decorrentes das recomendações contidas em Brasília Revisitada.

Capítulo VII

Das disposições gerais

Art. 13. Para efeito de aplicação do disposto neste decreto, são considerados setores institucionalizados todas as partes da cidade de Brasília referidas no Memorial do Plano Piloto ou criadas pela administração durante a implantação da capital e consagradas pelo uso popular.

Art. 14. O Governador do Distrito Federal proporá a edição de leis que venham a dispor sobre o uso e ocupação do solo em todo o território do Distrito Federal.

Art. 15. As proposições contidas em Brasília Revisitada deverão

ser objeto de lei especial, em particular no que diz respeito à implantação de Quadras Econômicas ao longo das vias de ligação entre Brasília e as Cidades-Satélites.

Art. 16. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE
OLIVEIRA

Governador do Distrito Federal

Carlos Murilo Felício dos Santos, Marco Aurelio Martins Araujo, Laércio Moreira Valença, Carlos Magalhães da Silveira, Paulo Carvalho Xavier, Fábio Vieira Bruno, Adolfo Lopes Jamel Edin, José Carlos Mello, Leone Teixeira de Vasconcelos, Humberto Gomes de Barros, Lindberg Aziz Cury, Osvaldo de Ribeiro Peralva, Arlécio Alexandre Gazal, Guy Affonso de Almeida Gonçalves, João Manoel Simch Brochado, José Martins Leite Cavalcante, Marco Antonio Tofetti Campagna, Benedito Augusto Domingos, João Sereno Firmo.

A saudação de Roma

O prefeito de Roma, senador Nicola Signorello, comunicou ao Governador José Aparecido a impossibilidade de vir a Brasília, para as festividades da fundação — que coincide com a da capital italiana — porque terá de receber, ali, na mesma data, o Rei Juan Carlos, da Espanha, a quem será outorgado o título de Cidadão Honorário de Roma. Ao agradecer ao Governador de Brasília o convite, que espera aceitar em outra ocasião, enviou a mensagem que aqui publicamos, em fac-símile do texto italiano e na tradução portuguesa.

Senhor Governador,

Tenho o prazer de enviar, por intermédio de Vossa Excelência, a calorosa saudação do Capitólio e da cidadania romana, além da minha própria, aos cidadãos de Brasília, neste dia em que celebramos a fundação de nossas duas cidades.

Brasília e Roma: duas capitais profundamente diferentes, mas unidas pela comum latinidade que as liga e as torna inconfundíveis.

Dois capitais diferentes, dizia: Brasília, jovem metrópole projetada para o futuro, nascida pela vontade do iluminado Presidente Kubitschek, declarada recentemente pela UNESCO Patrimônio Cultural da Humanidade; Roma plurimilenar, pátria comum de todos os povos, cujo nascimento se perde na lenda, vinculadas entre si por uma idêntica vontade de trabalhar pela paz.

Roma recorda a grande satisfação com que acolheu a notícia do nascimento de Brasília, que se quis, significativamente, fazer coincidir com o dia de sua fundação — 21 de abril.

São transcorridos apenas 28 anos, desde então, mas profundos laços culturais e de amizade, consolidados com o decorrer dos anos, fazem com que as nossas duas cidades se considerem estreitamente ligadas.

A Loba de bronze de Roma, símbolo da Urbe, está postada à entrada da sede administrativa de Brasília, assim como os Candangos em bronze, que lembram o trabalho e o sacrifício daqueles que edificaram a Cidade sobre o planalto, estão no Campidoglio.

O sonho de Dom Bosco, no longínquo 1883, tornou-se realidade, fazendo de Brasília uma cidade irrepetível, singular, nascida do gênio de uma cultura para uma nova sociedade e para as gerações futuras.

Ao ilustre colega e amigo José Aparecido de Oliveira, dinâmico Governador de Brasília, e a todos os seus concidadãos, juntem-se os nossos votos mais fervorosos de um futuro de prosperidade e paz num mundo melhor.

Capitólio, 28 de março de 1988.

NICOLA SIGNORELLO

GF/cb



Signor Governatore,

Mi è grato rivolgerle dal Campidoglio per il cortese tramite di V.E. il caloroso saluto della cittadinanza romana e mia ai cittadini di Brasília in questo giorno in cui celebriamo la fondazione delle nostre due città.

Brasília e Roma: due capitali profondamente diverse, ma unite dalla comune latinità che le amalgama e le rende inconfondibili.

Due Capitali diverse dicevo: Brasília, giovane metropoli proiettata verso il futuro, nata per volontà dell'illuminato Presidente Kubitschek, dichiarata recentemente dall'UNESCO Patrimonio Culturale dell'Umanità; Roma plurimilenaria, patria comune di tutte le genti, la cui nascita si perde nella leggenda, vincolate tra loro da un'idêntica volontà di operare per la pace.

Roma ricorda con quanta soddisfazione accolse la notizia della nascita di Brasília che si volle significativamente far coincidere con il giorno della sua fondazione: il 21 aprile.

Sono trascorsi 28 anni appena da allora, ma profondi legami culturali e di amicizia, rinsaldati nel corso degli anni, fanno sì che le nostre due città si considerino strettamente avvinte.

La Lupa bronzea di Roma, simbolo dell'Urbe è posta all'ingresso della sede amministrativa di Brasília, così come i bronzi Candangos ricordanti il lavoro e il sacrificio di coloro che edificarono la Città sull'altipiano, sono in Campidoglio.

Il sogno di Don Bosco nel lontano 1883 è divenuto realtà facendo di Brasília una città irripetibile, singolare, nata dal genio di una cultura per una nuova società e per le generazioni future.

A Lei, Illustre Collega ed Amico José Aparecido de Oliveira, dinamico Governatore di Brasília, ed a tutti i suoi concittadini, giungano i nostri auguri più fervidi per un avvenire di prosperità e pace in un mondo migliore.

Nicola Signorello
Nicola Signorello

Dal Campidoglio, 28. MARZO. 1988



BERTA RIBEIRO

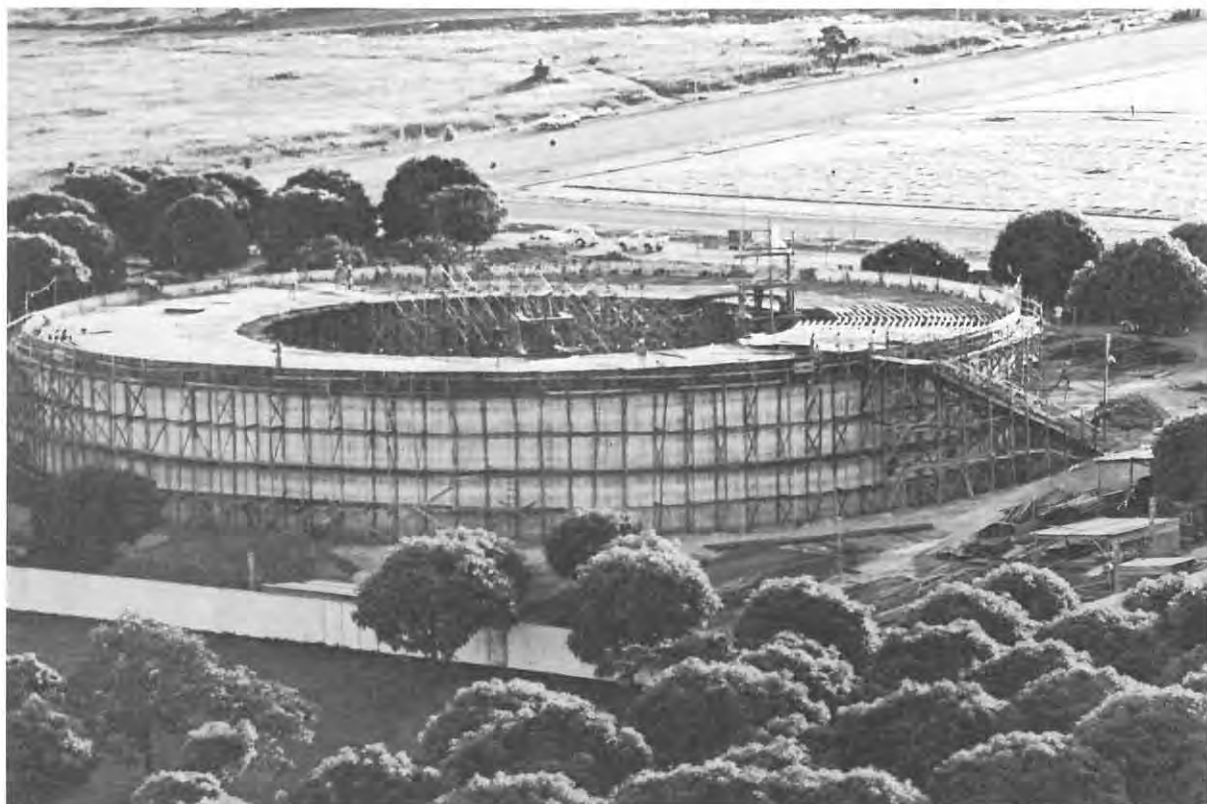
Por que um Museu do Índio

O Museu do Índio de Brasília pode ter a função de evitar que os índios virem peões, mantendo vivo o seu artesanato. A visão do índio Ailton Krenak, sobre o Museu de Brasília, deixou tranqüila a antropóloga Berta Ribeiro, sobre o projeto, do qual ela fala neste artigo.

Muitos brasilienses devem estar se perguntando, ao verem erguer-se o contorno redondo do Museu do Índio de Brasília, se seria essa uma prioridade, uma necessidade, uma inversão adiável ou um emprego inútil do dinheiro público em tempos de vacas magras. Confesso que fiz e faço a mim mesma, continuamente, essa pergunta. E respondo, assolada de dúvidas: construímos um monumento em louvor ao índio, exaltamos sua imagem, rendemos-lhe homenagem, festejamos o dia do índio, mas deixamos que o propriamente dito, em carne e osso, defínhe e desapareça.

Para ficar em paz com minha consciência, perguntei a Ailton Krenak, um dos últimos Krenak ou Botocudo de Minas Gerais, Coordenador da União das Nações Indígenas, o que achava da proposta Museu do Índio de Brasília. Não sou capaz de reproduzir textualmente suas palavras, mas recorro a haver dito mais ou menos o seguinte: «É importante que os parentes façam artesanato, senão vão virar camponeses, peões. O Museu pode ajudar a impedir que isso aconteça».

O Museu do Índio já está em fase adiantada de obras, junto ao Memorial JK



MARCOS DE OLIVEIRA/GDF

Ailton associou o artesanato à identidade indígena, resumindo o drama vivido por ele e por milhares de outros índios que têm de deixar patente, de alguma forma, sua condição étnica. Sintetizou o mesmo dilema ao enegrecer o rosto com tinta de jenipapo quando defendeu da tribuna da Constituinte, em setembro do ano passado, a emenda com 40.000 assinaturas em prol dos direitos indígenas. Nessa ocasião, contrastando o rosto pintado de negro com o impecável terno branco, Ailton quis mostrar, simbolicamente, serem conciliáveis a condição de índio com o relógio de pulso, o terno e a gravata. Para fazer-se entender, mais que com palavras, argumentou com a pintura de jenipapo.

O Museu do Índio teria, segundo presumo, na opinião de Ailton, o mesmo efeito. Plantado na Capital da República, centro do poder, recapitularia a história do contato de índios e brancos, a herança capturada, que é, na realidade, a história do colonialismo, exercido, primeiramente, pelas metrópoles e, depois, pelos estados nacionais em relação às suas populações aborígenes. Obrigar-nos-ia a pensar, a reconciliar-nos com nossas origens, tornadas palpáveis.

Os que querem apoderar-se das terras indígenas e das riquezas que contêm, que chamaríamos, com certa condescendência, de economicistas ou praticistas, pouco diferem dos conquistadores do século XVI. Esses fundaram seu conceito de gênero humano de acordo com o rendimento do indivíduo no trabalho. Aqueles que — como os habitantes do Novo Mundo — eram incapazes de «produzir», de fornecer ouro, eram indignos de viver. A visão do índio como criatura indiferenciada da natureza e até como não-ser-humano, justificou o uso da força, da crueldade, da astúcia para alimentar a ambição e a ganância insaciável de um punhado de aventureiros.

E o índio de 1500 como é que viu o conquistador? Ao registrar o discurso — diríamos hoje, histórico e atual — de um Tupinambá do Rio de Janeiro, o padre calvinista Jean de Lery nos dá a resposta:

«Vós outros mairs (brancos), diz o Tupinambá, sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos — como dizeis quando aqui chegais e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem!

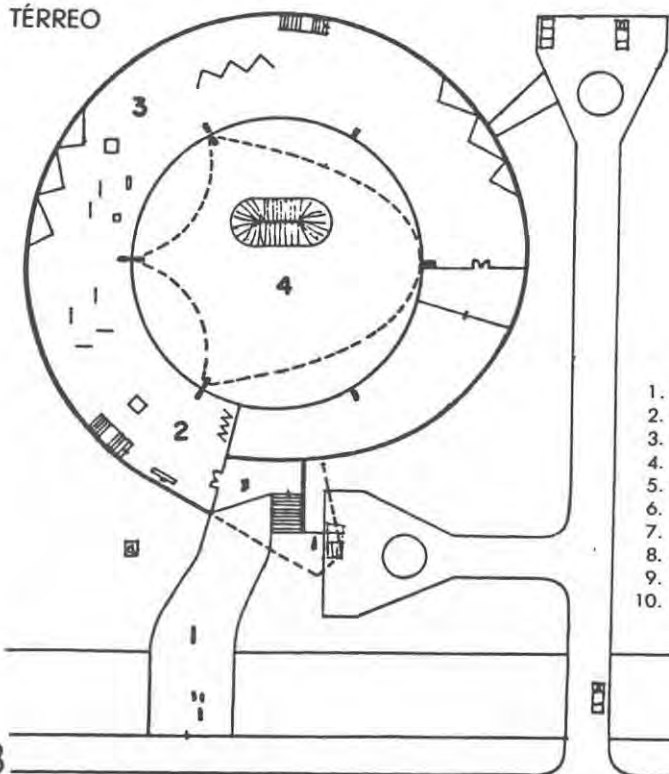
Não será a terra que vos nutriu

suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos. Mas estamos certos de que, a terra que nos nutriu também os nutrirá. Por isso descansamos sem maiores cuidados.»

Pouco mudou, de então para cá, na mentalidade de uns e outros. O índio, garantida a posse do território tribal, consegue desenvolver uma economia comunitária, auto-sustentável, segundo os padrões herdados de seus antepassados. Isto é, nutrindo-se da terra, sem degradar o meio ambiente do qual depende a sua sobrevivência. O branco praticista, envergonha-se do nosso passado histórico e, embora sem confessá-lo, raciocina em termos de «índio bom é índio morto». Esse pragmatismo está na base da categorização do índio em aculturado e não aculturado. Deturpa-se o conceito antropológico de aculturação. O indivíduo que, por circunstâncias históricas, adquire conhecimentos e valores da cultura dominante não perde sua identidade. Ao falarmos inglês não nos tornamos ingleses ou americanos.

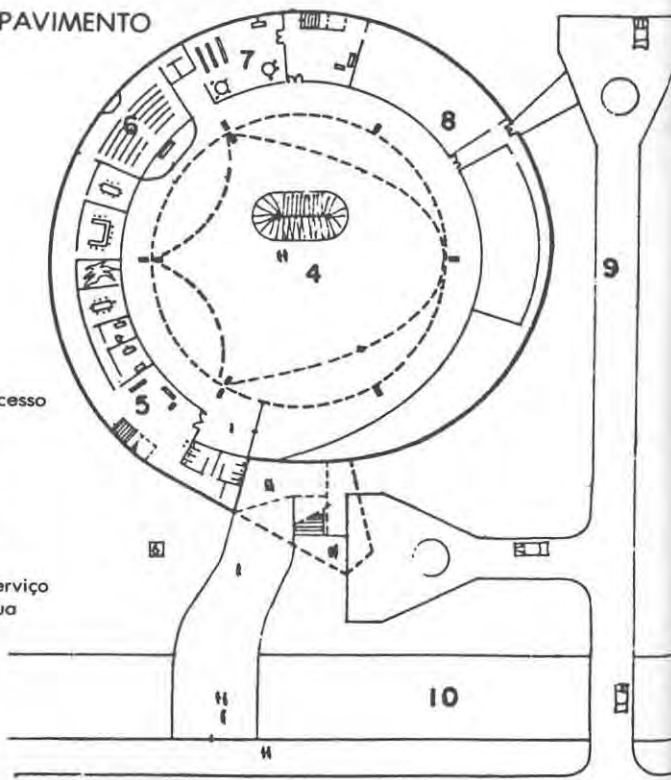
Voltemos à dúvida inicial. Em que medida o Museu do Índio de Brasília poderá contribuir para que seja assegurada aos grupos

TÉRREO



1º PAVIMENTO

1. Rampa de acesso
2. Portaria
3. Exposição
4. Pátio
5. Direção
6. Auditório
7. Biblioteca
8. Depósito
9. Acesso de Serviço
10. Espelho d'água



tribais do Brasil a posse das terras que ocupam milenarmente? Como convencer os pragmáticos de que as populações indígenas não são improdutivas, do ponto de vista nacional, e que sua presença é a única garantia de não dilapidação dos recursos naturais, principalmente da Amazônia? Em que proporção se poderá obstar a opinião corrente de que os grupos tribais, geográfica e culturalmente marginalizados, devem ser integrados à força na sociedade nacional? E que isso significa, na prática, engajá-los compulsoriamente na força de trabalho não qualificada, como seu segmento mais explorado e subalterno?

Antes do contato com o europeu, as culturas indígenas eram tidas como estáticas, seja por falta de capacidade intelectual ou devido a um ajustamento perfeito a seus meios ambientes, o que tornaria desnecessária a mudança. Evidências arqueológicas comprovam que as culturas indígenas não permaneceram imutáveis e estudos de etnobiologia estão trazendo revelações notáveis sobre seu conhecimento e manejo da natureza. Assim, o que era interpretado como arcaico é visto como progressista por biólogos que estudam a Amazônia. Acredita-se que as populações indígenas alcançaram uma adaptação ecológica, a mais ajustada possível às condições locais, ainda não superada até hoje. O traslado de pessoas de outras partes do país, e a implantação de projetos próprios de zonas temperadas pode conduzir a experiências frustrantes, do ponto de vista humano e econômico, e à desastrosa malversação de recursos.

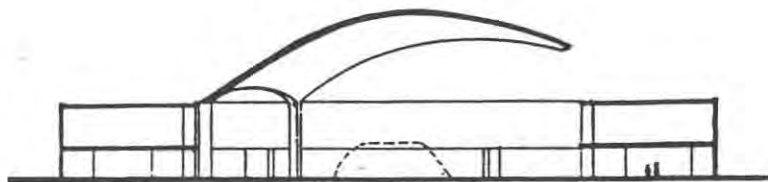
Constituiria uma tarefa nobre do MI de Bsb contribuir para estabelecer um diálogo entre o passado e o presente da Amazônia, mostrando que os seus primeiros habitantes foram os precursores do movimento ecológico atual. Que a preservação das sociedades tribais da Amazônia é uma garantia de futuro para a região. E que as reservas que lhes são destinadas representam, na verdade, repositórios de germoplasma, bancos vivos de dados sobre a flora e a fauna amazônica.

Tão nobre quanto essa seria a tarefa de subverter a lógica perversa, segundo a qual, os mais antigos habitantes do Brasil têm de oferecer prova judicial da legitimidade de posse das terras que utilizam para o seu sustento. É o que está ocorrendo, por exemplo, no Parque Indígena do Xingu e em outras áreas onde interesses espúrios cobiçam solo indígena.

Dir-se-ia que os museus etnográficos — no Brasil e no mundo todo — são instituições científicas, culturais e educativas, não lhes cabendo qualquer tipo de proselitismo político. Para contra-argumentar diria que, dada a gravidade da ameaça que pesa sobre a população indígena e a ecologia da Amazônia, o MI de Bsb, ou qualquer outra instituição do gênero, comprometida com o futuro do País, não pode eximir-se de tomar partido. A omissão significa complacência e cumplicidade. No caso do MI de Bsb, esses princípios e pressupostos estão inscritos no seu Plano-Diretor como justificativas para sua criação. Tratar-se-ia, portanto, de esclarecer a opinião pública, pelos meios ao alcance de um museu — exposições, palestras, audiovisuais — quanto às alternativas à destruição da Amazônia.⁽¹⁾

Para que o MI de Bsb se torne um centro irradiador de informações e debate da problemática indígena e do contexto mais amplo, que com ela se relaciona, a saber, a desenfreada devastação dos recursos madeireiros e minerais em território indígena, as grandes obras de infra-estrutura — estradas, hidrelétricas —, os projetos de implantação de colônias mistas, caboclo-indígenas em área de fronteira, será necessário que, mediante explanações museológicas, esses temas sejam debatidos. Dessa forma, os centros decisórios de poder, os meios de comunicação de massa, a opinião pública, e principalmente os inúmeros líderes indígenas, que transitam por Brasília, tomarão conhecimento e posição quanto a essa temática. Vejamos um exemplo. A médio prazo, quais seriam as conseqüências do projeto colônias indígenas? Antevemos duas hipóteses:

(1) Uma exposição intitulada «A ciência dos Mëbëngôkre: alternativas contra a destruição» foi montada no Museu Paraense Emílio Goeldi obtendo enorme repercussão. Trata dos resultados de uma pesquisa Projeto Kayapó — de etnoecologia, etnopedologia, etnobotânica, etc. O projeto foi discutido com os Kayapó, contando, portanto, com a assessoria dos próprios índios. E sua apresentação obedeceu os parâmetros da museologia mais avançada.



O Museu é uma das obras mais recentes do arquiteto Oscar Niemeyer (na página ao lado descrição do seu interior)

REVISTA MÓDULO



1) uma radicalização contra-aculturativa que anularia a influência de líderes colaboracionistas, isto é, favoráveis a concessões que beneficiariam a eles próprios e a poucos mais. Essa radicalização poderia redundar na migração das tribos para os países vizinhos — Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Guianas — onde encontrariam condições mais favoráveis ao autodis-cernimento;

2) uma solução de compromisso, segundo a qual os índios não se oporiam à cessão de lavra de minérios em seu território, sob a condição de que o restante da área fosse demarcado. E, ainda, que lhes fosse assegurada a exploração do ouro de aluvião, que muitos já praticam, e o recebimento de dízimos sobre o que as mineradoras ou garimpeiros profissionais extraíssem.

Qualquer das duas hipóteses é prejudicial aos interesses indígenas e nacionais. Igualmente desastroso seria o ingresso de colonos com a transformação de área indígena em colônia indígena. A história demonstrou o que resulta de tal fusão. O que fora uma aldeia se transforma em vila, distrito, município, cidade.

Tal como ocorreu ao longo da história, a exploração do ouro terá curta duração. E não fará germinar riquezas duráveis, a exemplo dos plantios de culturas permanentes. O processo histórico tem demonstrado que, cada vez que se descobre uma fonte de riqueza em território indígena — borracha, castanha, madeira, ouro — sua população, ao invés de beneficiar-se, vem a ser a maior vítima: é desculturada, assolada por doenças, dizimada.

O esforço para traduzir essa temática a uma linguagem museológica fará com que se incentive a pesquisa não só do conteúdo como da forma de expô-la. Por exemplo: em que medida a organização social das comunidades indígenas e seus mecanismos tradicionais de controle social, de regularização das relações de produção de acordo com relações de parentesco serão afetadas pelos projetos de desenvolvimento? Não se pode esperar que comunidades afeitas a atividades de sub-

sistência possam ser engajadas em empreendimentos com economia de escala, que exigem aumento de produtividade e aplicação de tecnologia antes desconhecida. Isso se aplica, a meu ver, tanto a índios como a caboclos amazônicos.

Por outro lado, não se pode perder de vista a escassez de proteína animal nas regiões de terra firme na Amazônia, principalmente no alto Rio Negro. E a circunstância de que a concentração populacional com a instalação das colônias de fronteira e o desmatamento das margens dos rios, acarretará a rápida exaustão da fauna aquática. E, sobretudo, a inviabilidade de criação de gado em área de terra firme do tipo oligotrófico. Como se vê, a questão indígena não pode ser desvinculada da nacional e da ecológica, devendo assim ser tratada mediante a linguagem museológica.

Outro propósito do MI de Bsb é o fomento do artesanato, valorizado pelo fato mesmo de sua exibição no museu. Fui das primeiras a escrever a respeito, apontando suas vantagens e percalços. Não resta dúvida de que as expressões materiais da cultura são símbolos visíveis de identidade étnica e o amparo à produção artesanal para fora contribui ao incentivo do artesanato para dentro, isto é, para que as novas gerações preservem a cultura ancestral. Entretanto, está mais do que provado, entre outros, com o caso do alto Rio Negro, que a venda do artesanato, nas condições em que se processa, é insuficiente para suprir as necessidades de bens industriais mais imediatas dos índios. Tanto assim que ela foi praticamente abandonada no Rio Tiquié depois da descoberta do ouro.

Voltando à pergunta inicial: qual o retorno para a população indígena, para a memória nacional, para os brasilienses da criação de um Museu do Índio num momento de crise aguda como o que atravessamos? A primeira condição é evitar que se torne uma daquelas instituições que se justifica unicamente pelos empregos que oferece, que em virtude disso se esteriliza, se torna inamovível, se perpetua na inutilidade, e cuja existência beneficia

apenas os respectivos funcionários. A segunda condição é que o Museu não se justifique apenas para redimir-nos da má consciência do genocídio e etnocídio que se cometeu no passado e ainda em nossos dias.

O MI de Bsb só justificará sua existência na medida em que, desde o início, colocar-se a serviço da causa indígena, como um veículo de conscientização da opinião pública da justeza dessa causa. E na proporção em que, mantendo-se leal a essa proposta, se torne um instrumento cultural, científico e educativo; e ao mesmo tempo, um veículo das grandes questões com que se debatem os descendentes dos primeiros habitantes do Brasil e das Américas.

O Museu do Índio de Brasília é instituído no momento em que a cidade-capital torna-se *patrimônio da humanidade*. A cultura indígena, a mais antiga e autêntica e, quem sabe, em alguns aspectos, a mais duradoura, é igualmente patrimônio da humanidade. Nesse sentido, Brasília tem o duplo dever de salvaguardá-la.

Dentro de quatro anos, em 1992, comemoram-se 500 anos da conquista da América. Seus primitivos habitantes não têm motivos para augúrios, tal como ocorre no caso do negro, neste ano em que se comemora cem anos da abolição da escravatura. Mas de uma forma ou de outra, 1992 terá de ser invocado, ainda que seja para fazer um balanço crítico dos erros do passado e examinar as alternativas e perspectivas para o futuro.

Para ficar em sintonia com o nosso tempo, para atrair o público jovem e para tornar-se uma instituição respeitável, o MI de Bsb deverá ter uma proposta ousada e criativa, transmitida mediante uma linguagem museológica inovadora. Deverá abordar problemas próximos ao nosso dia-a-dia, inserindo a questão indígena na problemática mais ampla da sociedade como um todo. A Capital da República é, por definição, o espaço onde esses temas ressoam com mais vigor.

Berta G. Ribeiro é antropóloga, autora do Plano-Diretor do Museu do Índio de Brasília.

VIRGÍLIO COSTA

*No centro da cruz, das
asas do pássaro ou do
avião, falta o coração,
que é o Centro Cultural.*

O vôo dos pássaros, do avião, dos homens

O correspondente da revista *Life* em Berlim, durante a guerra, acompanhando a ofensiva alemã de 1940, impressionou-se terrivelmente com as cidades belgas e francesas por que passou, tornadas fantasmas pela aproximação das forças invasoras. Mas nada o impressionou mais (contava no despacho do dia 14 de junho) do que entrar na «incomparável capital da França»: «Se você esteve em Paris, imagine essa imagem: na *Place de la Concorde*, nenhum carrossel de carros buzinando, vendedores de jornais gritando, guardas gesticulando, pedestres conversando alegremente, que caracterizam esta magnífica praça. (...) Parecia inconcebível que esta arrojada, alegre, barulhenta metrópole estivesse morta. E no entanto estava».

O que estava morta, no entanto, era mais do que a cidade de Paris. Era a imagem de Paris.

Toda grande cidade tem uma imagem, um espírito, um caráter. Um caráter que transcende sua forma arquitetônica. Cidades grandes ou pequenas: Paris, Veneza, Roma, a pequena vila de pescadores na praia do Raposo, no Maranhão (umas casas de palha no meio do areal que as invade), a aldeia do Senegal, a cidade de pedra nos Andes, os *neons* na beira do deserto em Las Vegas, as fachadas altas de Amsterdam, Ouro Preto e seus telhados, Salvador e seus mares, São Luís e seus sobrados de azulejos, o Rio e as curvas da montanha e das praias.

Elas refletem uma imagem, um modelo, que

o povo faz de si mesmo; no caso das capitais, um pouco como cada país se vê.

Cada cidade com sua face e sua alma.

Às vezes, as almas das cidades se apagam.

O Rio de Janeiro perdeu a sua, na mudança da capital, na posterior fusão, na dilaceração econômica, política e social. Mais de vinte anos depois, ainda não voltou a encontrar seu caminho, e se debate na crise de personalidade (a mesma por que passou um dia Salvador) e crescimento.

Brasília, por outro lado, ainda não encontrou inteiramente o seu espírito. Ainda é um pouco cidade e um pouco projeto, um desenho feito por muitas mãos, que pegam o traço e os espaços de Lúcio Costa e as formas de Niemeyer, e os jogam ao futuro. Ainda é uma cidade de cristal, delicada e leve como as idéias e as intenções. É preciso que o tempo venha, e a cubra de limo, riso, gente, sonho e drama, bons e maus cheiros, inteligência, ação, vida, vida: história.

Agora a Capital da nossa República foi declarada patrimônio da humanidade. Isso é muito importante, mas o povo e a história é que darão consistência a esse patrimônio.

Quantos anos? Cem? Quinhentos? Dois mil foram poucos para Roma. Em Paris os séculos escorreram das paredes. E Moscou? E Istambul (Constantinopla)? E Pequim?

Ainda falta muita construção e muita destruição, água e areia, camadas que se sobreponham, que se refaçam, que sedimentem as paixões e façam a sua história.

Entre as coisas a construir em Brasília está terminar seu traço original, o Plano Piloto. E na última grande etapa, fundamental, é o «centro cultural».

Acontece, muitos não sabem, que, junto ao centro do avião ou pássaro que é Brasília, estava previsto um coração: a área cultural, intelectual e artística, integrando a Universidade e as grandes instituições nacionais de cultura. Um coração pulsando vida nova. O cruzamento da cruz, do pássaro, do avião, o centro da cidade e o centro do país.

O *campus* da Universidade foi deslocado para fora de tal núcleo (mais tarde ela seria ferida de morte, com o corte de seus melhores professores). E o centro cultural propriamente dito ficou no papel.

Esse conjunto (os Setores Culturais Norte e Sul, no Plano Piloto) devia em princípio compreender o Teatro Nacional (construído depois de grande esforço), o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu do Brasil. Há outras sugestões: o Museu da Terra-Mar-e-Ar, a Cinemateca Nacional, um Museu do Brinquedo Brasileiro (ao ar livre, idéia de Ziraldo), um Museu da Cultura Popular, os prédios dos Ministérios da Cultura (lembrado pelo então Ministro José Aparecido, e cujo projeto já foi encomendado a Niemeyer), e o da Ciência e Tecnologia. Esculturas em meio a jardins? Locais para música? Livrarias?

O conjunto será um grande centro de conhecimento e arte, como o Lincoln Center em Nova Iorque, ou o *Mall* de Washington, a fim de marcar definitivamente o caráter federal de Brasília: a Capital da República, a capital de todos os brasileiros, expressão da alma nacional, e não apenas mais uma cidade.

O arquivo, a biblioteca e o museu devem ser desenvolvidos a longo prazo (a ampliação do Louvre, por exemplo, foi prevista demorar cerca de dez anos), em planos globais, seguros, acima desta ou daquela administração. Deverão, também, dentro dos princípios mais modernos, por razões de uso e de segurança, ser apenas partes de sistemas descentralizados, regionalizados e integrados pela informatização eletrônica, ajudando a democratizar geográfica e socialmente a cultura.

O prédio do Arquivo Nacional em Brasília viria resolver um enorme problema. Ele hoje tem à frente Celina Moreira Franco, a quem muito devem os arquivos privados e públicos brasileiros, pelo seu extraordinário esforço de criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil — CPDOC e pelo que vem fazendo no Arquivo Nacional, mas enfrenta ainda grandes dificuldades. Suas instalações dependem de muita melhoria, funcionários e instrumentos de trabalho; muita documentação centenária até hoje não foi para ali encaminhada, como manda a lei; sua autoridade de recolhadora e orientadora da política de arquivo no País não é respeitada; a própria lei precisa ser atualizada. Mas há principalmente o problema de Brasília: com a transferência da capital, os documentos da administração federal não têm para onde ir. Legalmente, eles devem ficar até vinte anos na repartição, daí passar para o arquivo intermediário, e depois, aqueles de interesse para o País, essenciais administrativa e historicamente, para o arquivo permanente. Não podem ir para o Rio, porque não se transfere de cidade uma quantidade dessas de documentos — os arquivos de quase toda a administração federal —; documento não se

leva daqui para ali, como gado. A única solução é a nova sede, na Capital da República, funcionando também como cabeça de um sistema nacional de arquivos.

O Secretário-Geral do Conselho Mundial de Arquivos, Charles Kecskeméti, quando o encontrei há cerca de um ano, me fez um apelo: obter do Presidente ajuda para se conseguir um novo *élan*, para os arquivos brasileiros, tão forte quanto a criação do CPDOC. Que construíssemos o prédio de Brasília. O esforço do novo prédio podia ser esse novo oxigênio.

Já com a Biblioteca Nacional o problema é mais dramático. A biblioteca é hoje, independente dos esforços da grande escritora, a sua excelente diretora Maria Alice Barroso, um grande animal que morrerá se não for socorrido. Uma vez, pesquisando sobre a história do império para livro que escrevia, vi jornais centenários recortados por alunos colegiais: aquelas coleções, que deviam ser abertas apenas a pesquisadores na falta de bibliotecas locais, eram usadas para trabalhos de casa. E que dizer da absoluta falta de espaço, da falta de condições de trabalho, de instalações mais mínimas, de pessoal? E que dizer das goteiras, da falta de estantes até para que possa abrir caixas jamais abertas, cheias de livros, e do mais?

Solução? A criação de um sistema nacional de bibliotecas, com grandes depósitos regionais, enviando-se a eles um ampliado depósito legal de todo livro editado no Brasil. Deve fazer parte dessa rede a do Rio de Janeiro, com seu acervo e sua potencialidade intactos, e com suas deficiências sanadas. E também a futura Biblioteca de Brasília, a cabeça do sistema, de início com pequeno acervo apenas, que se tornará importante daqui a cinquenta, cem anos. A rede toda deve ser informatizada, inclusive para sua ligação com a Biblioteca do Congresso dos EUA e outras do exterior (a Biblioteca Regional de Medicina, da OPAS, localizada em São Paulo, por exemplo, tem ligação com a Biblioteca Nacional de Medicina em Washington, e com uma rede de bibliotecas brasileiras, inclusive as de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, cujo sistema integrado ajudei a montar). Imaginem: grandes bibliotecas, descentralizadas, espalhadas por todo o País, unificadas pela informatização bibliográfica; e, ligadas a esses depósitos regionais, a rede de bibliotecas locais e escolares, para jovens e estudantes primários.

Quanto ao grande museu do Brasil, ele deve ter um norte. Deve ser um museu original, um museu dos museus, um museu da capital, ele também cabeça de sistema: um museu do Brasil. Esse museu poderia ser, talvez, com a ajuda do Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq, a retomada da Enciclopédia Brasileira. Ou então o grande museu da nossa cultura popular, nos moldes da bela exposição “As mãos do povo brasileiro”, que Pietro Maria Bardi certa vez organizou em São Paulo. Um museu de coisas, de referências para os brasileiros. (Uma das coleções, um dos setores do grande museu poderia ser uma Galeria

Primeira reunião de trabalho, em 4 de agosto de 87, para a construção do Centro Nacional de Cultura em Brasília. Na foto, com o Governador José Aparecido de Oliveira, em Águas Claras, estudando o projeto de Oscar Niemeyer, a diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco, a jornalista Rosa Aguiar, o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, o Ministro da Cultura, Celso Furtado, o diretor do Instituto Nacional do Livro, embaixador Wladimir Murтинho, e a Deputada constituinte Márcia Kubitschek.



Nacional, com as coleções de quadros hoje pertencendo aos grandes bancos nacionais, por exemplo, controlados pela União; afinal, eles pertencem também a todo o povo brasileiro e seria ato de grande generosidade que fossem cedidos em comodato para exposição pública).

Museu não é coisa morta: já viu La Villette? O Centro Pompidou? O Museu de História Americana e os outros da Smithsonian Institution? O Museu Britânico? A idéia de que museu é coisa morta é uma idéia pré-histórica. Para muitos, os museus são as escolas do futuro, ligados à massificação da cultura. E quando se vê que mais de 5 (cinco) milhões de pessoas esperaram em filas para ver os Tesouros do Egito, só no Metropolitan de Nova Iorque, imagino que elas estejam certas.

Não seria também o caso de lembrar que a famosa Biblioteca de Alexandria era na verdade um grande centro de pesquisa e saber, com biblioteca, arquivo, museu, jardins zoológico e botânico, até um observatório astronômico? Um verdadeiro depósito legal do saber da antiguidade.

Ou lembrar que São Bento é chamado de Patrono do Ocidente, Pai da Europa, porque tornou seus mosteiros guardiães do saber, pelas trevas dos tempos bárbaros?

Há muitas certezas sobre o que fazer.

Por exemplo: tais instituições nacionais devem ficar na Capital da República e devem ter a dimensão nacional. Ainda que o Rio cresça culturalmente muito mais que o resto do País (o que, como carioca, espero, porque é o caminho pelo qual voltaremos a encontrar nossa alma), Brasília não pode fugir a seu destino, e se tornar província.

Por outro lado, deve-se aproveitar a rara oportunidade de se ter uma constelação de pessoas como as que se têm em alguns lugares-chave. José Sarney, José Aparecido, Celso Furtado, Paulo Brossard, Celina Moreira Franco, Wladimir Murinho e outros. É uma rara conjunção de pessoas com importância cultural ocupando lugares políticos relevantes. E num momento em que, pelas mãos do grande Governador José Aparecido, que trabalha com a persistência dos que acreditam no futuro, Brasília reencontra suas raízes.

Outra certeza é a de que devemos pedir a Oscar Niemeyer e a Lúcio Costa que tracem as formas desse centro. E que isso deve ser feito em conjunto com aqueles que hoje pensam o País, que haja o debate mínimo em torno da questão, sobre quando e o que deveria ser ali localizado.

Dever-se-á também obedecer estritamente às contenções de gastos que a crise econômica impõe. Daí a necessidade, em primeiro lugar, de um exame exaustivo da ordem de prioridade, antes de decidir o que fazer e quando o fazer. Depois, elaborar um projeto arquitetônico geral (até mesmo enquanto os arquitetos fundadores ainda estão trabalhando), e um plano de construção e instalação plurianual, a longo prazo, seguindo a dinâmica das instituições envolvidas.

Há algumas dúvidas, também, a serem sanadas:

Por onde começar? Fazer apenas o projeto, e deixá-lo para o futuro? Interessar a empresa privada e a comunidade para ajudar a União a construí-lo?

Para um país e um continente que enfrentam uma crise de identidade, é fundamental tratar da questão da referência. Como perguntava Gaudin: Que somos? De onde viemos? Para onde vamos?

Um poeta escreveu há muitos anos no *Jornal do Brasil*: um país se faz com políticos, historiadores e poetas. Voltados para o presente, o passado e o futuro.

Será que não temos hoje políticos a mais, candidatos a presidente a mais?

Estamos tão presos a ambições individuais, tão amarrados no presente e no passado...

Falta hoje sonho ao Brasil. Faltam projetos nacionais e faltam sonhos.

Sonhos como o vôo do homem Oscar Niemeyer, que acaba de fazer oitenta anos, e cuja arte é tão jovem! Como o vôo do seu traço sobre a terra do planalto.

Quando voltaremos a construir o Brasil de amanhã? Quando começaremos a pensar nessa Nação com um horizonte de séculos em vez de pensarmos apenas nos próximos sete dias?

Minha geração, apesar de calada, esterilizada e torturada, não foi subjugada — porque nenhuma geração, ao fim e ao cabo, o será —; não fracassou, porque simplesmente ainda não teve sua vez. Ao contrário, sinto muito dizer, da geração de 1946, que já vai tendo sua terceira chance, e que nos levou à ditadura e à miséria, porque não soube colocar juntas as palavras liberdade e justiça social.

A mim, à minha geração, e às gerações mais novas, só nos interessa o futuro. E o que o futuro trará serão as reformas de toda a sociedade; as reformas feitas com liberdade. A liberdade, a solidariedade e o trabalho.

Essas instituições devem ficar em Brasília, repito, primeiro porque a história não volta atrás. Segundo, porque devemos pensar em Brasília daqui a séculos.

O que queremos para a nossa capital? Que caráter queremos para ela?

As cidades são amadas, e uma capital deve ser a mais amada cidade de um país.

Brasília, e o Brasil, daqui a cem, duzentos, quinhentos anos, serão lindos, harmoniosos, justos, grandes, simples, humanos, alegres e vivos.

Senão, não vale a pena viver.

Senão, será como viver em Paris ocupada pelos nazistas. Como um país ocupado pelo pessimismo.

Virgílio Costa é poeta, Secretário do Centro Nacional de Cultura e Assessor Especial da Presidência da República.

EDSON NERY DA FONSECA

Idéias para um Centro Cultural

Em Brasília falta um sistema integrado de arquivos, museus e bibliotecas. É o que o Centro Cultural pretende suprir.

Sabe-se, desde a antigüidade, que a transmissão da cultura é feita, de modo formal, através da escola, e informalmente por meio dos arquivos, das bibliotecas e dos museus. Como o próprio conhecimento, inicialmente unificado e posteriormente diversificado em especializações, o Museu de Alexandria conseguiu reunir atividades bibliotecárias e arquivísticas, e não apenas museológicas, em torno das quais se exercitavam, as diferentes artes, de acordo com a origem grega da palavra Museu, que era o «templo das musas» (*mouseion*).

Graças à UNESCO, com seus conselhos internacionais de arquivos e museus e sua divisão de incremento ao livro e às bibliotecas, as tradicionais

instituições obtiveram um desenvolvimento extraordinário em nossa época. Em nenhum país se discute mais a importância dos arquivos, das bibliotecas e dos museus como instituições dinamicamente integradas no processo de transmissão da cultura. São organizações educativas de caráter paradidático ou extra-escolar.

O problema cultural de Brasília decorre desta grande omissão: não existe na cidade um sistema integrado de arquivos, bibliotecas e museus. A Fundação Cultural e a Universidade de Brasília fazem o que podem, sem essa infra-estrutura fundamental. É preciso criá-la e, com este objetivo, o Presidente José Sarney instituiu, pelo Decreto nº 95.713, de 10.02.1988, uma Comissão Especial da maior relevância para o futuro de Brasília. Este decreto se insere entre os mais importantes diplomas legais respeitantes ao Distrito Federal, podendo ser comparado à Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956: a que determinou medidas preliminares para interiorização e mudança da Capital Federal, dando-lhe o nome de Brasília e autorizando o Poder Executivo a tomar providências para sua construção.

Não exagero nem faço retórica, porque a Comissão Especial agora instituída compete *indicar* «as linhas gerais do conjunto cultural, as atividades a serem nele desenvolvidas e as áreas culturais e científicas que deverão ser ali instaladas», *estabelecer* «o programa, forma e condições de instalação e funcionamento do conjunto, bem assim a ordem de prioridade para a construção de suas diversas partes, segundo rigoroso critério de necessidade, com a utilização dos espaços físicos originalmente reservados para este fim, no Eixo Monumental da Capital da República», *superintender* «o projeto arquitetônico do conjunto cultural, seus prédios, jardins e principais elementos, nos moldes previstos no Plano Piloto de Brasília (Setores Culturais Norte e Sul)», *propor* «os meios para a

A Biblioteca da UnB (dir.) é uma exceção numa cidade sem sistema integrado de bibliotecas



RODOLFO STUCKERT

construção, instalação, manutenção, extensão e melhoramento do conjunto» tanto quanto examinar «a possibilidade da criação de uma entidade, pública ou privada, encarregada de sua implantação e coordenação, capaz de obter apoio da iniciativa privada, a fim de complementar os recursos públicos».

Com tantas e tão relevantes incumbências, a Comissão Especial recentemente instituída se investe de missão somente comparável à da NOVACAP, nos anos gloriosos da construção de Brasília. Presidida pelo Governador José Aparecido de Oliveira — de quem podemos afirmar que é um estadista da cultura, como de Anísio Teixeira disse Hermes Lima que foi «um estadista da educação» — a Comissão é integrada por três Ministros de Estado e por algumas das maiores expressões da inteligência brasileira — com a única exceção do autor deste artigo, que lá está como simples bibliotecário para quem Brasília, sem um sistema de bibliotecas, sempre doeu, como a Espanha a Unamuno — tendo como secretário o Assessor Especial do Presidente José Sarney, poeta e artista plástico Virgílio Costa, que herdou dos pais uma invulgar sensibilidade.

Não se trata — diga-se logo — de um problema puramente local ou municipal, pois Brasília é uma cidade atípica, planejada e construída para ser o centro das altas decisões nacionais. Infelizmente, os diferentes órgãos da administração federal transferiram suas bibliotecas para Brasília sem um planejamento adequado. Somente a Biblioteca Nacional e os museus escaparam ao verdadeiro furor mudancista da década de 60, pela própria natureza de seus vultosos acervos. Ainda bem! Mas as bibliotecas vieram, criando na Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios o mesmo *status quo* da Esplanada do Castelo no antigo Distrito Federal, onde coleções bibliográficas se duplicavam como em nenhuma parte do mundo.

Sou dos que vêem o Conjunto Cultural de Brasília como uma oportunidade — talvez a última — de corrigir-se tão lamentável duplicação de coleções e de processos técnicos e administrativos, com a qual — diga-se de passagem — o Poder Executivo só faz seguir o triste exemplo do Congresso Nacional, em cujo palácio existem duas grandes bibliotecas, adquirindo os mesmos livros, assinando os mesmos periódicos e — o que é pior, considerando os altos salários de bibliotecários, analistas, etc. — processando todo esse acervo isoladamente.

Parece evidente que o Conjunto Cultural agora em estudos não deve ficar alheio a tão grave problema, criando um arquivo, uma biblioteca e museus sem a indispensável articulação com órgãos congêneres da cidade, da região, do país e do mundo. Num ensaio-conferência de 1943, Rubens Borba de Moraes assinalou pioneiramente que «uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural», sendo imprescindível o estabelecimento de redes bibliotecárias e não de unidades isoladas. O mesmo deve ser dito dos arquivos e dos museus. Dinamicamente articulados entre si e com os órgãos congêneres nacionais e estrangeiros, a biblioteca, o

arquivo e os museus do Conjunto Cultural de Brasília estarão em condições de funcionar como infra-estrutura de um Centro Nacional de Referência Cultural: o sonho do saudoso pernambucano Aloísio Magalhães e do, felizmente, ainda vivo e vibrante, Wladimir Murtinho.

Já temos um Sistema Nacional de Arquivos e foi dentro de sua estrutura que Celina Moreira Franco projetou o arquivo de Brasília, em íntima conexão com o Arquivo Nacional por ela tão radicalmente modernizado. A biblioteca e os museus devem seguir este exemplo, sob pena de já nascerem irremediavelmente antiquados, porque as organizações sistêmicas são a marca por excelência da pós-modernidade.

Infelizmente, parece estar faltando à bibliotecologia e à museologia brasileiras lideranças como a de Celina Moreira Franco na arquivologia. As bibliotecas e os museus estão como as ovelhas sem pastor de que falam os Evangelhos. Precisamos de novas Lídias de Queiroz Sambaquy e de novas Heloísa Alberto-Torres que lutem com denodo por sistemas nacionais de bibliotecas e de museus.

Se tais lideranças surgirem da emulação provocada pelo planejamento de um Conjunto Cultural em Brasília, a nova capital terá cumprido mais uma de suas grandes missões: a de desencadear revoluções culturais, como já aconteceu com a Universidade de Brasília, em cujo modelo inovador se inspirou a Reforma Univesitária Brasileira.

Edson Nery da Fonseca é professor titular da Universidade de Brasília e Assessor da Presidência da República.

Exposição de motivos: por que o Centro Cultural

Em 15 de dezembro de 1987

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República

A decisão de V. Exa. de marcar o histórico ato da UNESCO declarando Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, o primeiro monumento contemporâneo urbano a merecer esta distinção, envolve medidas relacionadas com a configuração estrutural da Capital da República. Evidencia-se assim a necessidade de retomada do Centro Cultural de Brasília, previsto no projeto do Plano Piloto da cidade, com conteúdo e funções a serem definidas e dentro da concepção arquitetônica de Oscar Niemeyer, que hoje completa 80 anos.

2. Voltado para funções específicas, a serem previamente

determinadas e orçadas, o Centro pode ser incluído entre as prioridades da política nacional do setor, devido às suas consequências regionais e nacionais, históricas e sociológicas. Nesse sentido impõe-se o desenvolvimento de estudos que permitam identificar as instituições, instalações e atividades culturais, que deverão ali se localizar, bem como conceber seu conjunto e definir prioridades, dentro da política nacional de cultura, para que, no futuro, possam ter implementados os respectivos projetos específicos e a construção, na medida estrita da disponibilidade de recursos.

3. Iniciada a implantação do Centro com o Teatro Nacional, recomenda-se, como obra prioritária, a construção dos prédios em Brasília da Biblioteca e do Arquivo Nacional, dentro do programa que busca solucionar os graves problemas das duas instituições no Rio de Janeiro, em perigo de rápida deterioração.

4. A construção, no Centro Cultural de Brasília, dos prédios da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional enquadra-se na estratégia de salvaguarda dos acervos existentes, bem como na implantação do sistema nacional de arquivos e bibliotecas. Os acervos atuais encontram-se em interação muito difícil, razão por que, dentro de uma concepção descentralizada e federativa, podem e devem ser mantidos nas cidades em que se encontram atualmente, e unidos, com a ajuda da informática, aos prédios dessas mesmas instituições na Capital da República. Aí poderiam talvez ser depositados, a partir de agora, novas aquisições, a se acumularem, nas próximas décadas, e pelo tempo afora. No caso da Biblioteca Nacional, seria iniciado um novo depósito legal em Brasília e talvez em outras cidades, mantido o atual no Rio de Janeiro.

5. Para a cidade de Brasília, trata-se da construção de seu próprio Centro, previsto no Plano Piloto como Setor Cultural Sul e Setor Cultural Norte, onde as atividades e o funcionamento das instituições culturais públicas instaladas devem ser estabelecidas em completa harmonia com a administração municipal. Trata-se,

também, dos últimos prédios públicos de maior porte da cidade, e da conclusão de seu projeto básico.

6. Com efeito, uma cidade com as características de capital administrativa, sem razão econômica própria e espontânea de ser, só pode vir a ter uma visão nacional, não provinciana, através da atividade cultural. Assim sabiam os que criaram, por exemplo, os 16 grandes museus, dos maiores do mundo, em Washington. É dessa visão que surge o sentido de Nação, de representação, de história, de centro federativo, de comunhão social e nacional.

7. Diversas sugestões sobre o que integraria o Centro Cultural de Brasília já foram apresentadas, como sejam, entre outras: o Museu do Brasil; a Galeria Nacional, cujo acervo seria o já pertencente à União, atualmente fora das vistas do público, em gabinetes ou inventários de bancos e empresas estatais; a Biblioteca Nacional, que abrigaria o Museu da Literatura; o Arquivo Nacional,* vinculado ao Ministério da Justiça; a área descoberta para manifestações de cultura popular; o Museu de Cultura Popular; o Museu do Homem; o Museu do Brinquedo Brasileiro; a Cinemateca do Brasil e instituições científicas diversas.

8. Poder-se-ia destinar uma área específica para a cultura do Distrito Federal, complementar a outras áreas municipais já existentes inclusive no próprio Eixo Monumental, e talvez reutilizando o prédio já existente junto ao Eixo norte-sul.

9. Assim sendo, torna-se necessário que os trabalhos referentes à concepção, ao planejamento e ao programa de execução da retomada e complementação do Centro Cultural de Brasília, sejam desenvolvidos por comissão específica de caráter nacional, constituída de personalidades representativas da cultura do País, do Governador do Distrito Federal, do Ministro da Justiça e do Ministro da Cultura.

10. A tarefa primordial dessa comissão será planejar as atividades e áreas culturais que deverão ser instaladas, bem como a forma

e condições de sua instalação e funcionamento, segundo rigorosa ordem de necessidades e prioridades, mediante a utilização dos espaços físicos para esse fim legalmente reservados no eixo central de Brasília. Os projetos arquitetônicos devem ter seu traço básico formulado dentro da concepção global. Dependerá, sua eventual instalação, no futuro, estritamente da situação econômica do País.

11. Cogita-se, outrossim, de interessar a indústria privada de colaborar ativamente, através da Lei Sarney, no custeio da construção dos três principais edifícios do Setor Cultural, isto é, da Biblioteca, do Arquivo Nacional e do Museu de Brasília.

12. Finalmente, deve-se destacar que a construção simultânea de 3 grandes edifícios representará a melhor forma de acabar com o recesso na Capital, utilizando mão-de-obra disponível e reativando a construção civil nesta cidade.

13. Nestas condições, temos a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, solicitando seja autorizada a implementação do esquema apresentado nesta exposição de motivos, bem como a constituição da comissão especial sugerida no item 8, com a incumbência de planejar as correspondentes ações.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

Paulo Brossard, Ministro de Estado da Justiça — Celso Furtado, Ministro de Estado da Cultura — Luís Henrique da Silveira, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia — José Aparecido de Oliveira, Governador do Distrito Federal.

Esta exposição de motivos foi encaminhada ao Presidente da República, José Sarney, propondo a criação do Centro Cultural e a nomeação de uma comissão especial para pensá-lo.

Decretos: Comissão para pensar o Centro

DECRETO Nº 95.713, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1988

Institui a Comissão do conjunto cultural federal da Capital da República e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, junto à Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, Comissão Especial, com a finalidade de promover estudos e propor ao Presidente da República as medidas necessárias à implantação e ao funcionamento do conjunto cultural federal da Capital da República, coordenando e executando as por ele aprovadas, a fim de viabilizar a conclusão da estrutura básica da cidade, a construção de seu setor cultural e a instalação nele das principais instituições culturais e científicas de nível federal.

§ 1º Para o cumprimento de suas finalidades, a Comissão:

I — indicará, ouvidas as instituições culturais e científicas federais, as linhas gerais do conjunto, as atividades a serem nele desenvolvidas e as áreas culturais e científicas que deverão ser ali instaladas;

II — estabelecerá o programa, forma e condições de instalação e funcionamento do conjunto cultural, bem assim a ordem e prioridade para a construção de suas diversas partes, segundo rigoroso critério de necessidade, com a utilização dos espaços físicos legalmente reservados para esse fim, no Eixo Monumental da Capital da República;

III — supervisionará o projeto arquitetônico do conjunto cultural, seus prédios, jardins e principais elementos, nos moldes previstos no Plano Piloto de Brasília (Setores Culturais Norte e Sul);

IV — proporá os meios para a construção, instalação, manutenção, expansão e melhoramento do conjunto, bem assim examinará a possibilidade da criação de uma entidade, pública ou privada, encarregada de sua implantação e coordenação, capaz de obter apoio da iniciativa privada, a fim de complementar os recursos públicos.

§ 2º A Comissão poderá organizar subcomissões e grupos de trabalho, podendo ainda realizar seminários, celebrar convênios com entidades públicas ou privadas e articular-se com instituições culturais e científicas.

Art. 2º O Presidente da República designará, mediante decreto, os membros da Comissão, em número que julgar conveniente, dentre Ministros de Estado ou representantes das áreas, entidades e instituições federais envolvidas e dentre brasileiros de notório saber.

Parágrafo único. O ato de designação indicará o Presidente e o Secretário-Executivo da Comissão.

Art. 3º A Comissão contará com o apoio técnico e administrativo da Presidência da República e dos Ministérios envolvidos.

Art. 4º A Comissão fixará o local e disciplinará a ordem de seus trabalhos.

Art. 5º A participação na Comissão não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY
Ronaldo Costa Couto

GABINETE CIVIL

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1988

O Presidente da República, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 2º do Decreto nº 95.713, de 10 de fevereiro de 1988, resolve

designar os seguintes membros da Comissão do conjunto cultural federal da Capital da República:

— Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira;

— Doutor Paulo Brossard de Souza Pinto, Ministro de Estado da Justiça;

— Doutor Celso Monteiro Furtado, Ministro de Estado da Cultura;

— Doutor Luiz Henrique da Silveira, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;

— Doutor Carlos Magalhães da Silveira, Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal;

— Doutora Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Diretora-Geral do Arquivo Nacional;

— Embaixador Wladimir Murtinho, Diretor do Instituto Nacional do Livro;

— Doutor Eduardo Mattos Portella, Vice-Presidente do Conselho Federal de Cultura;

— Doutor Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP;

— Doutor Crodowaldo Pavan, Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq;

— Arquiteto Oscar Niemeyer;

— Arquiteto Lúcio Costa;

— Arquiteto-Paisagista Roberto Burle Marx;

— Professor Francisco de Assis Barbosa;

— Professor Edson Nery da Fonseca;

— Professor Antônio Houaiss;

— Professor Márcio Tavares D'Amaral;

— Professor Pietro Maria Bardi;

— Escritor Jorge Amado;

— Doutor Virgílio Costa, Assessor para Assuntos Culturais do Presidente da República.

A Comissão será presidida pelo primeiro e secretariada pelo último dos designados.

Brasília, 10 de fevereiro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

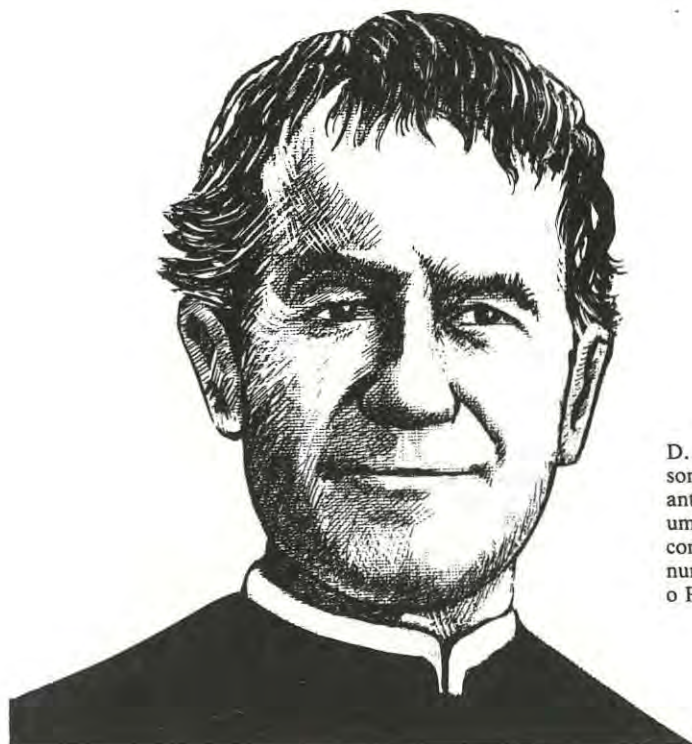
JOSÉ SARNEY
Ronaldo Costa Couto

Estes decretos criam, em resposta à Exposição de motivos dos Ministros Paulo Brossard, Celso Furtado e Luiz Henrique da Silveira, e do Governador José Aparecido de Oliveira, o primeiro uma Comissão Especial para pensar o Centro Cultural, e o segundo designa seus membros.

EGIDIO VIGANÒ

O presente artigo foi traduzido da edição de 28.1.1988 de «L'Osservatore Romano», órgão oficial do Vaticano. O autor veio de Roma a Brasília, onde esteve nos dias 1.º e 2 de março, para a abertura das celebrações do centenário de morte de Dom João Bosco.

Dom Bosco, a verdade na caridade



D. Bosco: no sonho, a antevisão de uma cidade como Brasília, num lugar como o Planalto

Dom Bosco é um santo que desafia os pensadores, encoraja os pastores e entusiasma os jovens. Ele é testemunha daquela caridade que não se contenta em interpretar o mundo, senão que deseja transformá-lo.

É verdade que não é transformando que se conhece, mas é conhecendo que se transforma; também é certo que é mais fecundo o intercâmbio mútuo destes dois aspectos na concretização da ação: «praticando a verdade na caridade — nos ensina o apóstolo — cresceremos em todos os aspectos em direção a Ele, que é a cabeça, Cristo» (Ef. 4,15).

D. Bosco praticou a verdade na caridade, com «coração oratoriano», junto à juventude popular e necessitada.

Por «Oratório», aqui não se entende principalmente uma determinada estrutura, mas, acima de tudo, uma escolha pastoral e uma metodologia para estar entre os jovens, e evangelizá-los educando-os.

1) *O invólucro cultural* — Os santos ultrapassam as culturas. São imersos naquela corrente pascoal que transcende a mentalidade do próprio tempo; sobretudo se se trata de «fundadores» que iniciam uma experiência do Espírito Santo «transmitida aos próprios discípulos para ser por eles vivida, a ser guardada, aprofundada e constantemente desenvolvida em sintonia com o Corpo de Cristo, em perene crescimento» (Mr. 11).

Não se pode, portanto, «submergir» D. Bosco na cultura italiana do século XIX, nem «desmitificá-lo» criticando os ultrapassados enfoques teológicos daquele tempo. Não é aqui que se deve procurar o valor da sua originalidade. Isso o tornaria uma mera figura de museu. O Espírito do Senhor não permanece aprisionado nos esquemas temporais. Necessita-se competência histórica e agudo discernimento de fé para descobrir a riqueza profética dos fundadores.

2) *A identidade ministerial* — D. Bosco quis ser e foi um sacerdote, jamais lhe passou pela mente pensar neste ministério co-

mo uma mera função; considerou-o sempre como uma consagração transformadora que o identificava intimamente com o Cristo, em nome de Quem e na pessoa do Qual deveria viver e agir (cfr. PO 2).

É necessário partir desta ótica para avaliar sua vida e sua herança.

Um episódio significativo pode confirmá-lo. Estamos em dezembro de 1866, em pleno processo de unificação da Itália. A capital foi transferida de Turim para Florença. As relações entre o Reino da Itália e a Igreja estão em crise total. Nos círculos governamentais se pensa nele como um possível intermediário oficioso para melhorar as relações com o Papa, pelo menos em alguns aspectos particularmente urgentes.

É convidado para um encontro com o Presidente do Conselho de Ministros, Ricasoli. D. Bosco vai a Florença, à casa do Arcebispo Gioachino Limberti. E eis duas de suas conversas quase contraditórias. À pergunta do Arcebispo, desesperado pela situação política, se o exército do Rei teria ocupado também Roma, responde sem hesitação que sim, não porque lhe agradasse tal conquista, mas porque julgava o desenvolvimento das coisas com realismo e com visão de futuro.

Mas indo, no dia seguinte, ao Palácio Pitti, onde o esperava o Ministro Ricasoli, antes mesmo de sentar-se na poltrona oferecida, deixou claro, delicadamente, que não se prestaria a servir de instrumento de ninguém: «Excelência — exclamou, sorridente — saiba que D. Bosco é padre no altar, no confissionário, entre seus jovens, e como é padre em Turim, assim o é em Florença, padre na casa do padre, no palácio do Rei e dos Ministros» (MB 8 — 533-534).

O ser padre havia se tornado a expressão genuína da sua personalidade: identificava ao máximo sua pessoa com o ministério. Assim, pastoral era, para ele, uma forma de vida.

3) *A escolha do campo* — Para um padre de coração oratoriano o empenho entre os destinatários é um constante desafio, antes de tudo uma escola na ordem operativa, a inteligência e a personalidade, mas que, na pesquisa e na organização da verdade, está no saber encarnar de fato os valores cristãos com uma metodologia adequada e eficaz. O padre de coração oratoriano deve possuir a criatividade de um artista do método mais do que a agudeza de um investigador do pensamento.

As ruas, as praças, os cárceres, os jovens emigrandos e marginalizados, todos os perigos para a religiosidade popular oferecem diariamente estímulos para o seu coração e a sua mente. A escolha de campo entre os pequenos e os pobres é de fato inspiradora de novidades pastorais; a convivência com os jovens sobretudo no seu tempo livre faziam perceber a inseparabilidade entre educação e evangelização, entre cidadão honesto e bom cristão. Tal escolha de campo convida a refletir sobre o que a realidade social ensina a um padre e sobre o que fazer um padre com coração oratoriano.

4) *De dentro, mais para lá* — Cada escolha pastoral é ligada a um território concreto. D. Bosco era sacerdote diocesano e começou a operar na sua igreja local. Porém, a concretização objetiva, da condição dos jovens o empurrou mais para lá, movido neste, pelo Espírito Santo do Senhor.

Hoje fala-se muito de Igreja Universal e particular. Não são duas Igrejas mas duas dimensões internas, a natureza mesmo da única Igreja de Cristo. O Concílio Vaticano II apresentou a Igreja como «Comunhão», uma comunhão orgânica e hierárquica, que parte, porém, de situações concretas dos homens; de dentro de si mesma a Igreja sente empurrada mais para lá das próprias estruturas territoriais; o seu olhar penetra o mundo todo e em particular não prescinde de

considerar com forte interesse tantos destinatários, que não conhecem ou vivem à margem das suas instituições eclesiais. Um padre de coração oratoriano experimenta a verdade da expressão *slus populi suprema lex*.

Dom Bosco pela sua escolha de campo, constatou de fato que tantos jovens precisam de iniciativas supraparóquias e também transdiocesanas, não para diminuir a importância pastoral das paróquias e o valor concreto e indispensável da Igreja particular, mas para alcançar os destinatários na sua situação de fato e enriquecê-los, assim, também, com o conhecimento e a participação na comunhão da mesma Igreja local.

Se o padre é, conforme o Concílio, cooperador da ordem episcopal (cfr. PO 2) com polivalência de relações ministeriais (PO 8), o padre que pelo coração oratoriano vai mais para lá de certas instituições territoriais, pode resultar um pouco incômodo mas se torna por moção do Espírito, um verdadeiro tesouro pela missão do episcopado.

Pois bem: neste sentido Dom Bosco foi portador de um providencial carisma para todo o povo de Deus.

5) *A índole própria* — Um carisma cresce e vive com uma «índole própria». A Igreja reconhece, defende e sustenta a índole própria dos vários Institutos Religiosos. (LG 44).

A herança do carisma de Dom Bosco comporta um estilo particular de santificação e apostolado que estabelece uma determinada tradição, de tal modo, que se podem convenientemente colher os elementos objetivos (MR). Ele deixou aos seus um espírito original, uma missão específica e uma criteriologia de ação que constituem um estilo particular de santificação e de apostolado: uma verdadeira índole própria. Algum tempo atrás o conhecido teólogo francês p. M. D. Chenu O. P., respondendo à pergunta de um

jornalista que lhe pedia que indicasse o nome de alguns santos portadores de uma mensagem de atualidade para os tempos novos, afirmou sem hesitação: «gosto de lembrar, antes de tudo aquele que antecipou o Concílio de um século: Dom Bosco. Ele é já profeticamente um novo modelo de santidade pela sua obra que é contrária ao modo de pensar e crer dos seus contemporâneos. (Avvenire, Milano 22 Febbraio 1984).

6) *A graça da unidade* — No centro do projeto de Dom Bosco há uma energia pastoral que alimenta uma original «graça de unidade». A congregação dos religiosos, ao tratar o tema da «dimensão contemplativa de cada vida consagrada» afirmou que os membros dos institutos de vida ativa devem cultivar «a graça da unidade» entre a interioridade e a operosidade (Doc. cit. n.º 4, 1980). Esta é talvez a marca mais característica da herança de Dom Bosco, que o qualifica como «um místico do apostolado». É o que afirma um de seus mais penetrantes estudiosos de sua vida, Eugênio Ceria (em livro já clássico: «Dom Bosco com Deus» Sei, Torino, 1946). Cita, a este respeito, o pensamento de De Montmorand: «os verdadeiros místicos são pessoas de prática e de ação, não de raciocínio e de teoria. Têm o senso da organização, o dom do comando, e se revelam plenos de ótimos dotes para os negócios. As obras fundadas por eles são vitais e duradouras; ao conceber e dirigir as suas empresas dão prova de prudência e de tenacidade e daquela idéia correta das possibilidades que é o sinal do bom-senso. E de fato, parece mesmo que o bom-senso seja a sua qualidade predominante: um bom-senso não alterado nem por exaltações nem por imaginações desordenadas, e unido a uma muito rara faculdade de discernimento». E Ceria conclui: isto, se não nos enganamos, é o retrato vivo de D. Bosco».

Entre os binômios com os quais ele testemunhava a «graça da unidade» podemos recordar: Cristo e os jovens; Oração e trabalho; Evangelho e promoção humana; Cristão e cidadão; Igreja e sociedade; Santidade e ale-

gría; Religião e razão; Consagração e profissionalidade; Piedade e estudo; Saber teológico e praxis; Bondade e dever; Esvaziamento de si e fazer-se amor; Fidelidade e invenção; Carisma e instituição; Comunhão e originalidade; etc. São valores que vibravam em uníssono em seu coração oratoriano.

7) *O mistério da cruz* — Não há páscoa sem o caminho do calvário; não há santo sem cruz. D. Bosco foi mestre de imolação incruenta que ele mesmo chamou «martírio de caridade e de sacrifício para o bem dos outros» (MB 13, 315). Só quem não conhece bem a sua vida pode atrever-se a dizer que não se descobre nele o mistério da cruz: esta é uma afirmação leviana que tem a ousadia de querer julgar um padre santo por ouvir dizer. A sua vida está cheia de pungentes espinhos: a mão Margherita havia profetizado na ocasião da sua ordenação.

Nas doenças repetia: «O senhor sofreu mais que eu». Se soubesse que uma jaculatória bastava para que ficasse bem, não a diria. Esta reação faz descobrir nele uma interiorização sacerdotal tão intensa, que quase não se crê, se não se soubesse quanto admirável é a potência do Espírito na vida interior dos seus prediletos.

O coração oratoriano de D. Bosco o incitou a mil batalhas e a afrontar heroicamente tantas dificuldades, tudo e sempre para os jovens. Ele mesmo confessava: «Prometo a Deus que até o meu último sopro de vida estarei com os meus pobres jovens» e se comunicava com eles com toda sincera familiaridade: «Eu, por vocês estudo, para vocês trabalho, por vocês vivo e por vocês estou disposto também, a dar a vida».

Por isto D. Bosco tornou-se o grande amigo dos jovens, o Mestre da pedagogia da bondade, o «Educador Princesps» como o definiu o seu profundo conhecedor Papa Pio XI.

É na Igreja uma espécie de «Doutor» da Educação Cristã.

D. Egidio Viganò é Reitor Maior da Congregação Mundial dos Salesianos



ALAN VIGGIANO

Mística de Brasília

A cidade que nasceu de um sonho que virou profecia é, hoje, uma cidade onde o misticismo está no dia-a-dia.

Quem pode negar a magia de Brasília? Magia em ambos os sentidos, aquele de pegar as pessoas e fazer delas os seus amores; e esse outro de ter em si a origem astral. Magia de ter encanto, charme, borogodó; e magia-magia, quando as encruzilhadas se fazem feitiço, caborge, coisa-feita, mandinga, maleita. Aí, como na encruzilhada, também os dois conceitos se encontram.

No primeiro, é o sujeito que vem chegando, olhando, cabreiro e lá um dia, vou ficando por aqui; ou vem determinado, em busca de um ideal,

O Vale do Amanhecer (na foto, um ritual recente) traduz o misticismo de Brasília



RODOLFO STUCKERT/GDF

de riqueza, do esquecimento de um amor, ou refazer a sua vida. No segundo caso, quem sabe? É o eterno perguntar, sem o qual a vida não teria graça alguma: Brasília foi enfiada na cabeça de Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa pelos espíritos dos faraós? Ou transportada para cá no lombo de legiões de discos voadores?

Esse caráter místico, essa transcendência, essa magia exercida por Brasília no espírito das pessoas começou com São João Bosco, educador italiano, canonizado em 1934 (cujo centenário de morte ocorre neste ano de 1988), muito ligado ao Brasil, fundador da Ordem Salesiana, falou sobre um sonho que tivera, descreveu-o minuciosamente e o sonho se tornou profecia.

Como toda profecia, esse sonho é vago e propicia inúmeras interpretações; mas o local a que se referia era, evidentemente, o Planalto Central brasileiro. O sonho de Dom Bosco está mais completamente relatado no livro *A Mudança da Capital*, do historiador brasileiro Adirson Vasconcelos (págs. 71 a 78):

«Entre os graus 15 e 20, havia uma enseada bastante extensa, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz, repentinamente: quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.»

Do mapa que reproduzimos do livro, conclui-se que Brasília é a cordilheira a que se refere Dom Bosco estão entre aqueles paralelos.

São tantas as cidades, grupos, ajuntamentos, centros de cura (o jornalista Dioclécio Luz dá os endereços de 56 destes, em seu livro *Roteiro Mágico de Brasília*, que houve uma sugestão — e o Governo do Distrito Federal a encampou — de criar-se uma cidade *espiritual* para abrigar a todos. Ela vai chamar-se Alvorada — a Cidade da Paz — e já tem comissão encarregada de “realizar estudos, recolher sugestões de especialistas de

diversas áreas para propor a organização de Alvorada”.

Explicou assim o Governador a idéia dessa nova cidade: “Brasília tem centenas de grupos que se dedicam a atividades espiritualistas e ecológicas, ligados a movimentos pacifistas, com propostas a oferecer”.

Brasília é ou não uma cidade mística? Para o jornalista Mário Garófalo, é: “Brasília — eu a vejo com espírito místico, porque matematicamente falando, tudo que Dom Bosco previu, aconteceu ou está acontecendo. Ele disse: “Antes que termine a segunda geração (ano 2003) quando começarem a explorar as imensas riquezas do subsolo, surgirá a terra onde há de correr leite e mel. Será uma riqueza inconcebível” (*Correio Braziliense*, 11-3-88, pág. 16 — Wilson de Oliveira).

Para o Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, o caráter místico de Brasília deve ser abordado com cautela, através de questionamentos filosóficos, para desembarcar na seguinte pergunta: “As seitas religiosas que povoam o Distrito Federal são uma presença realmente renovadora e transformadora? Ou, antes, não são expressão de uma religiosidade alienante? Testemunham seus adeptos esse amor de Deus pelo homem, o qual consome os místicos?”

É certo, portanto, que a Capital Federal tornou-se o caldo de cultura para a proliferação de religiões, seitas e até mesmo cidades banhadas de um ecletismo e um universalismo um pouco

exagerados, advindos do próprio amálgama de que se compôs a massa humana aqui existente.

Dentro desse cadinho social, dessa verdadeira forja espiritual, destacam-se as figuras humanas extraordinárias de Tia Neiva (Neiva Chaves Zelaia) (1925-1985), criadora do Vale do Amanhecer; e Mestre Yokaanam (Oceano de Sá) (1929-1985), criador da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal (Cidade Eclética). Aqueles que quiserem tomar conhecimento detalhado sobre esses e outros movimentos espiritualistas de Brasília poderão ler o livro de Dioclécio Luz, já citado.

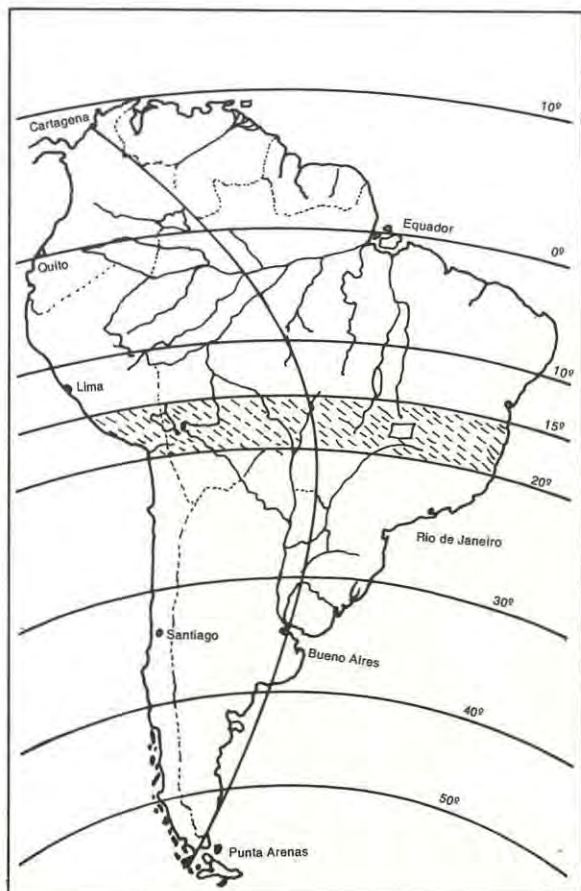
Yokaanam, Mestre Yokaanam, cujo nome de batismo era Oceano de Sá, se não fosse um místico, já teria, em sua vida, peculiaridades suficientes para ser considerado um homem extraordinário: amigo de pessoas influentes, possuidor de bom emprego, abandonou tudo para fundar uma seita e vir instalar a sua sede nos arredores de Brasília, um ano antes de começar-se a falar na construção da Capital.

O jornalista e escritor Aluizio Valle, um dos veteranos credenciados no Palácio do Planalto, entrevistou Yokaanam para o jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, em 1956, quando ele organizava a sua seita e estava de partida para o Planalto Central. Essa reportagem faz parte do museu existente na Cidade Eclética.

Conta-nos ele: “Era eu repórter da *Última Hora*. Nesse dia, estava com a pauta muito fraca. O jornal ficava na Avenida Presidente Vargas. Perto dali, ficava a sede da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, onde grande número de pessoas esperava na fila para se inscrever; resolvi, espontaneamente, entrar, junto com o fotógrafo. Yokaanam lá estava com outras pessoas, todas vestidas de balandrel (aquele roupa branca que eles usavam) e me disse: “Eu a estava aguardando que você chegasse, pois tenho uma grande nova para anunciar: a peregrinação, o exôdo de meu povo para o Planalto Central, onde vai ser construída a nova Capital do Brasil”.

E continua Aluizio Valle: “Para se ter uma idéia, fui eu que dei o furo do resultado do concurso para a construção do Plano Piloto, um ano depois, quando trabalhava nas “Folhas”. Fui informado do resultado dois dias antes. Quando entrevistei Yokaanam, nem se falava em Plano Piloto”.

“Mais tarde, em 1963, já na Cidade Eclética, ele me contou a sua vida: era piloto de Getúlio Vargas, oficial da Aeronáutica. Antes da guerra, esteve na Alemanha, fazendo um treinamento com os aviões “Stuka”, os mais modernos da época. Quando a guerra começou, os americanos quiseram levá-lo para os Estados Unidos, porque ele possuía informações valiosas sobre os aviões alemães. Ele se negou e ficou malvisto na Aeronáutica. Puseram-no então como instrutor no Campo dos Afonsos. Quando dava instruções, ele sofreu um acidente, onde o aluno morreu e ele ficou ferido. Aproveitaram-se do fato para reformá-lo. Então, ele criou a Fraternidade.”



Do livro «A mudança da Capital», de Adirson Vasconcelos (pág. 74), identificando dois aspectos do sonho de Dom Bosco, no mapa da América do Sul: Brasília e a Cordilheira dos Andes, entre os paralelos 15 e 20.

E Tia Neiva? É Dioclécio Luz que nos conta: “A história do Vale do Amanhecer teve início em 1959. Nessa época, por injunção dos seus guias espirituais, a sergipana Neiva Chaves Zelay, mais conhecida por Tia Neiva, fundou a UESB — União Espírita Seta Branca, na Serra do Ouro, município de Alexânia, Goiás”.

E mais: “Em 1963 ocorreram grandes mudanças. Neiva (que fora motorista de caminhão no Núcleo Bandeirante até 1957) mudou-se com o grupo para Taguatinga, desaparecendo a UESB e surgindo a Ordem Espiritualista Cristã. Sua clareza por essa época já estava bem evoluída”.

No dia 3 de maio de 1957, o Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, veio rezar missa em Brasília, já assistida por cinco mil pessoas, declarando nessa oportunidade: “Brasília será o acontecimento máximo depois da Independência do Brasil... será o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional”. Geraldo Irineo Joffily, “Brasília e sua Ideologia”.

“Havia no ar um certo senso de missão. Uma espécie de seriedade quase mística”. Do livro: “Brasília, diálogo com o futuro”, de Antônio Carlos Osório.

E mais: “Os candangos tinham talvez, ao se dizerem moradores de uma “Cidade Livre”, a obscura mas alta consciência de participarem de um episódio que superava a mera construção física de uma cidade, mas se projetava como uma ambição mais ampla. Não se poderá chamar “cidade livre” à sociedade futura que se quer construir, com justiça e riqueza iguais para todos? A cidade da Utopia — seja a *Civitas De'* seja a nova Humanidade —, já não foram chamadas o império da liberdade?”

A professora Iara Kern, em seu livro “De Aknaton a JK”, encontrou uma série de semelhanças entre as edificações do antigo Egito e as de Brasília. Essas semelhanças são palpáveis o suficiente para deixarem de ser coincidências.

Entre as semelhanças mais evidentes se encontra, fundamentalmente, uma, entre o faraó Aknaton e Juscelino Kubitschek: também Aknaton construiu uma nova capital para o seu país, em local ermo e desértico; as motivações se dissemelham: Aknaton construiu Al-El-Mourna para fugir ao domínio dos sacerdotes; Juscelino Kubitschek construiu Brasília para levar o desenvolvimento econômico ao Centro-Oeste brasileiro.

Outra diferença: Brasília deu certo; Al-El-Mourna foi abandonada, o faraó Aknaton envenenado.

Outras semelhanças mais patentes: o Teatro Nacional e a pirâmide de Keóps; a pirâmide de degraus de Sakara e o edifício Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), construído, segundo informa a egiptóloga Iara Kern, nas mesmas dimensões da pirâmide de Sakara.

Ela vê inúmeras outras semelhanças, como a do pássaro Íbis com o formato do Plano Piloto.

A semelhança existe, mas o pássaro, como o avião, são símbolos universais.

Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa são homens de cultura e a inspiração nas esculturas egípcias pode ter passado para eles através de suas profissões, de viagens (a própria Iara Kern lembra, em seu livro, as memórias de Juscelino, quando ele narra uma ida ao Egito). Pode ter sido por meio de leituras, pela intuição e (por que não? não sejamos tão racionais) através dos efeitos paranormais identificados pela professora Iara Kern.

Com relação à Ermida Dom Bosco, todos concordam em que o local escolhido para a sua edificação é excepcionalmente místico. Dali se divisa um ângulo especial da cidade que, com o sanguíneo pôr-do-sol, dá uma visão ao mesmo tempo edêmica e apocalíptica, através de um verdadeiro jogo de luzes, contrastando o *neon* da cidade com o vermelho das nuvens, o azul do céu e, para dar o “toque de Merlin”, introduzem-se os faróis de uma aeronave descendo no aeroporto.

No entanto, mágico mesmo é o local denominado Córrego da Taboquinha, continuação do ambiente da Ermida Dom Bosco. Entra-se pela QI-27 do Lago Sul. Ao atravessar os florestamentos de eucaliptos e pinhos da Proflora, já se sente o perfume da magia; ainda predomina o cerrado, mas já existem algumas chácaras e fazendas; atravessa-se a estrada como se se entrasse em uma porta; do lado de lá, universo inteiramente novo; uma imensa chapada, terminando em um descampado, após o qual íngremes e rugosas escarpas, cobertas de vegetação arbustiva e rasteira; ao fundo, o córrego, afluente do Rio São Bartolomeu, que não se vê de cima; vegetação de cerrado pobre-rico; a variedade de flores é de uma riqueza excepcional; mas, é preciso buscá-las com empenho; tudo é visível e longínquo: a estrada para Unai, na parte mais alta, com seus sinais evidenciados; a Vila do Paranoá, com seus problemas distanciados; o lago e a cidade ao longe; se subirmos no telhado de uma casa com seis metros de altura, nossa vista alcançará um horizonte de 360 graus; o sol se levanta e se põe quase na mesma altura.

Ali se fará o futuro novo lago; pode ser que se quebre a magia, mas (quem sabe?) às vezes até acrescentará o detalhe das águas, elas, por si sós, também mágicas.

NEWTON EGIDIO ROSSI

Brasília terá uma Escola de Dança e uma companhia de Ballet, a exemplo da Inglaterra, França, EUA e URSS. É a Fundação Ballet do Brasil, que já começa a sair do papel.

Fundação Ballet do Brasil



BALLET BOLSHOI/DO LIVRO «LOS JOVENES ARTISTAS DE BALLET DEL TEATRO BOLSHOI»



O Brasil terá, ainda neste ano, a sua companhia de ballet e assim poderá equiparar-se aos mais avançados centros da civilização do mundo. Trata-se de uma oportuna iniciativa, surgida da sensibilidade do Governador José Aparecido de Oliveira, o qual, por acreditar no imenso potencial do artista brasileiro, vislumbrou a possibilidade de termos uma Escola de Dança e uma Companhia de Ballet, sediadas na Capital da República, do nível há muito existente na Inglaterra, França, URSS e Estados Unidos.

Luís XIV, o Rei Sol, ao fundar, em Paris, em 1661, a Academia Real de Dança e depois a Academia Real de Música e Dança, deu ensejo ao surgimento do ballet clássico profissional, passando o ballet da corte para o teatro, embora a dança rítmica se conheça há vários séculos. Serge Diaghilev, Michel Fokine Isadora Duncan, ao lado de Stravinski, Ravel, Satie e Maurice Béjart demonstraram, cabalmente, que o grande sucesso e interesse despertado pelo ballet em todo o mundo não está apenas na dança, mas também por ser um conjunto harmonioso e estético, com argumento, coreografia, cenário, música e luz, uma síntese da arte do espaço e do tempo, um autêntico espetáculo completo. Ressalte-se o trabalho de escritores-argumentistas, pintores e músicos, onde se combinam originalidade, renovação e criatividade na arte excelsa de representar.

Renomados artistas, escritores e poetas têm seus nomes ligados ao ballet, como Molière, Picasso, Jean Cocteau, Benoit, Maurice Béjart, Richard Wagner, Salvador Dali e Stravinski.

A Fundação Ballet do Brasil põe Brasília ao lado das grandes capitais mundiais

São conhecidos, mundialmente, o Ballet Bolshoi, da URSS, o Royal Ballet, da Inglaterra, Ballet da Ópera de Paris e o New York City Ballet, cujas apresentações têm levado a arte, no seu mais elevado grau, a exigentes platéias de vários países do mundo civilizado.

No Brasil, ao se criar, em outubro de 1987, a Fundação Ballet do Brasil, com os seus Estatutos Sociais devidamente aprovados e publicados, ao lado de outras providências objetivas já tomadas, solidificou-se a convicção de que teremos, em breve, uma companhia de ballet de nível internacional, o que demonstrará, sobejamente, o grande potencial do artista brasileiro e, a exemplo da Royal Ballet School, organizaremos aqui, também, uma Escola Nacional de Ballet, onde se pretende formar os futuros bailarinos brasileiros.

Nesse sentido, estaremos publicando editais nos principais jornais do País convocando-os jovens para exames de seleção a serem realizados em sete Capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e Brasília), quando esperamos escolher aqueles que irão compor a companhia de ballet.

Passo importante para viabilizar o projeto foi a cessão, em regime de comodato, pela PETROBRÁS Distribuidora, de um imóvel, situado no Setor de Autarquias Norte, com espaço suficiente para sediar a Fundação Ballet do Brasil e a devida autorização para proceder às necessárias reformas, já em andamento, para o adequar aos fins culturais da entidade.

Foram convidadas numerosas e destacadas personalidades ligadas às artes e à cultura, nacionais e internacionais, as quais não vacilaram em emprestar a sua experiência, esforço e trabalho intenso no desenvolvimento do promissor projeto de criação do ballet do Brasil.

Com o propósito de conferir ao projeto a magnitude que ele merece, buscou-se o endosso de personalidades nacionais e mundiais como Margot Fonteyn, Sir

Frederick Ashton, Márcia Haydée, Natália Makarova, Fernando Bujones, Peter Wright, Jean Yves Lormeau, Enrique Martinez, Tom MacArthur, José Varona, Peter Farmer, Dalal Achcar, Gisele Santoro, Norma Lillian, e outros, cujos nomes, por si sós, já asseguram a necessária grandiosidade ao futuro ballet nacional.

Foi realizado intensivo trabalho de pesquisa por pessoal competente, tendo sido elaborados o orçamento e o plano de aplicação de recursos, com o levantamento das necessidades básicas para implantação da companhia, em todos os seus detalhes artísticos, técnicos e administrativos, necessidades de pessoal, visando à seleção, em breve, de profissionais gabaritados, entre os quais artistas, de nível nacional, para a composição do quadro de bailarinos, a criação de uma Central Técnica de Produção, organismo de apoio e fundamental para o projeto que se propõe, enfim, toda uma infra-estrutura capaz de permitir a realização de grandiosos espetáculos, do mais elevado gabarito técnico e artístico.

Esse trabalho terá como base o reconhecido potencial do artista nacional, seja de Brasília, seja dos demais centros culturais do País. Estamos certos, também, poderá dar a dimensão e o destaque indispensáveis junto à comunidade artística internacional.

Tivemos a honra de ser convocados para presidir a Fundação Ballet do Brasil e, com muito entusiasmo, nos empenhamos em tornar realidade, em Brasília, esse importante projeto, o qual, em pouco tempo, deverá mobilizar a atenção do empresário — que poderá utilizar-se dos incentivos da Lei Sarney — bem como da comunidade artística e da população de nosso País. Certamente, a sociedade brasileira irá orgulhar-se de possuir uma companhia de dança ao nível das mais importantes do mundo, quando mostrar o talento de seus artistas em tournées internacionais, nosso objetivo maior.

São membros instituidores da Fundação Ballet do Brasil emi-

nentes personalidades — jornalistas, escritores, poetas, parlamentares, empresários, — a exemplo do Presidente José Sarney, Deputado Ulysses Guimarães, D. Mora Guimarães, D. Marly Sarney, D. Sarah Kubitschek, Senador Humberto Lucena, Senador Severo Gomes, Dep. Márcia Kubitschek, Governador José Aparecido e muitos outros, brasileiros, enfim, de todas as profissões e procedências, que acreditam, como nós, na necessidade e oportunidade de se criar um Ballet Nacional à altura das mais rigorosas exigências do mundo civilizado.

Esta tarefa é gigantesca, mas haveremos de alcançar os seus elevados e oportunos objetivos.



ARLECIO GAZAL

A reforma administrativa

Reaparelhar a máquina e conter os gastos públicos, eis os princípios da reforma administrativa que o GDF planejou.

A Administração do Distrito Federal, ordenada em nível municipal, exigiu, pelo crescimento vertiginoso de suas atribuições, uma reordenação de estrutura organizacional. Tal propósito efetivou-se em 1964, pela Lei nº 4.545, editada sob os princípios norteadores da reforma administrativa federal e que, até hoje, serve de instrumento básico da organização administrativa do DF.

Brasília, de feições de cidade interiorana, dos idos de 1960, passa hoje à condição incontestada de metrópole em franco desenvolvimento, dignificada, também, com o recém-outorgado título pela UNESCO de patrimônio cultural da humanidade. Urgia que se repensasse em ajustar a sua estrutura administrativa, para torná-la mais eficiente e capaz de atender às reais demandas de serviços públicos da comunidade que abriga.

O momento nacional vem exigindo de todos os brasileiros e, em especial, dos administradores públicos, uma dose maior de sacrifício no sentido de aceitar as medidas restritivas para contenção dos gastos públicos.

Respalado, principalmente, nestes dois princípios, ou seja, o reaparelhamento da máquina, para melhor atender à comunidade e a contenção dos gastos públicos, houve por bem o Governador José Aparecido de Oliveira eleger, dentre suas metas prioritárias, a reforma administrativa do Distrito Federal.

Sua intenção, desde o primeiro momento, foi a de tornar o processo de elaboração dos trabalhos o mais democrático possível. Por ocasiões diversas, tem-se dirigido aos mais diferentes segmentos da população no intuito de colher suges-

tões, oferecer oportunidades de debates com órgãos, entidades de classes, organismos sindicais, lideranças e parlamentares da bancada do Distrito Federal, numa demonstração da transparência de seus atos e da implementação deste projeto que hoje é considerado uma bandeira de seu Governo.

Em nenhum momento pensou o Governador José Aparecido de Oliveira em solicitar ao Presidente da República a utilização de instrumentos capazes de apressar ou pôr em prática seu objetivo. Assim é que o anteprojeto foi elaborado em minuta de lei, o que afasta as hipóteses de edição de decreto-lei ou mesmo o pedido de urgência, prerrogativa que poderia ser solicitada.

A necessidade de atender à comunidade fizeram, ao longo desses anos, significativos acréscimos à estrutura administrativa do Distrito Federal. Diversos órgãos foram criados em desacordo com os princípios básicos que inspiraram sua organização. O resultado foi a hipertrofia da máquina governamental, o que vem dificultando melhor coordenação entre os diversos órgãos, gerando superposições e conflitos de competências, afetando gravemente sua eficácia, como provedor de serviços públicos, além de ampliar a burocracia e a inércia no processo decisório.

Dessas tentativas de acerto ou soluções imediatas que foram dadas a situações emergenciais fizeram surgir uma máquina onerosa, pesada e ineficaz. A superposição de competências é uma evidência. Vários órgãos fazem hoje a mesma coisa ou parte dela. O ônus desse processo desgastante paga o contribuinte, pois, além de ter sua necessidade retardada, não a supre da forma que espera.

A extinção, fusão ou privatização de empresas, fundações e secretarias, como hipóteses veiculadas no documento da reforma, talvez pareça não significar grande redução de custos, à vista da disposição de não dispensa de pessoal. Entretanto, a economia poderá ser evidenciada na extinção de diretorias, extinção de tabelas de empregos em comissão, extinção de conselhos que hoje são remunerados, despesas relacionadas com aluguel e manutenção física, como água, luz, telefones, imobiliário, veículos, combustíveis, etc.

Além do mais, o número de servidores que abriga a máquina administrativa do Distrito Federal é gritante. A proporção alarmante de 1 servidor para cada 18 habitantes no Distrito Federal representa algo assustador. A intenção é de que, apesar da dispensa de pessoal, este número se reduza na medida em que os servidores serão redistribuídos e os órgãos e entidades não mais solici-

tarão o ingresso de mão-de-obra. Com a saída normal de pessoal não haverá reposição, considerando que a lotação estará atendida e, ainda, as normas que hoje vedam a admissão, a qualquer título.

Não é mais admissível que a população assista e o governo conviva com um quadro desalentador de poder arcar somente com 30% daquilo que gasta. É inadmissível que o Governo aceite uma situação de superposição e conflitos de competências e não assuma uma atitude que, talvez, possa parecer drástica, mas que se apresenta como alternativa viável e eficaz.

Vencer essa imagem negativa é o grande desafio a que este Governo se propõe com relação à comunidade. Reorganizar sua administração para descentralizar suas decisões e aproximar o processo decisório do usuário. Reestruturar e diminuir o número de órgãos e entidades para que haja uma significativa redução de gastos e o contribuinte possa ver o produto de seus impostos aplicado mais em saúde, educação, segurança pública e outras áreas consideradas prioritárias. Reorganizar sua administração para adaptá-la às demandas crescentes de uma população que exige participação e democracia nos atos de governo. Reorganizar sua administração para extinguir Secretarias, Empresas ou Fundações que já cumpriram seu papel e hoje sobrevivem às custas de um nome histórico.

A reforma administrativa que hoje se idealiza não é fruto de teorias ou modernismos ideológicos dos que se dizem especialistas. A reforma administrativa do Distrito Federal vem pôr em prática, guardando as peculiaridades da realidade atual, a filosofia reformista que motivou o grande administrador e então prefeito do Distrito Federal, Plínio Cantanhede, a promover a edição da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. A reforma administrativa, que hoje se pretende, será fruto do trabalho consciente e participativo de toda a comunidade e realizada por uma equipe de trabalho constituída de servidores do Distrito Federal que conhecem a sua realidade de máquina pesada, onerosa e distante de atender, a contento, sua função principal — oferecer bons serviços públicos à comunidade.

A reforma administrativa que hoje trazemos à mesa para debate e discussão é uma proposta de mudança consciente, madura e democrática. A reforma administrativa do Distrito Federal, a despeito das informações veiculadas, não está sendo feita por consultores externos, mas apenas recebendo a colaboração gratuita e inestimável de especialistas que aqui vêm trazer sua contribuição, onerando o Governo tão-somente com passagens e, em alguns casos, com hospedagem. Nomes ilustres como Raphael de Almeida Magalhães, Flexa Ribeiro, Diogo Lordello, Gilberto Paim, Maria José Bretas e Expedito Quintas são exemplos vivos dessa contribuição espontânea e descompromissada.

A proposta também contempla disposições que vêm valorizar e dignificar os servidores. No

plano das disposições genéricas está o artigo que assegura o percentual de 80% das funções de confiança, dos órgãos e entidades, para preenchimento por servidores dos quadros e tabelas de pessoal do Distrito Federal. Ainda genérica é a disposição concernente a concurso público em todos os níveis. No plano específico, o projeto resguarda os direitos adquiridos dos servidores das possíveis empresas e fundações que serão fundidas, extintas ou privatizadas.

Na oportunidade de opção também levar-se-á em conta a correção de diferenças significativas de remuneração que hoje acontece entre servidores de iguais categorias pertencentes à Administração Direta e Indireta. Ainda, quando do aproveitamento de servidores nas tabelas das Administrações Regionais, poder-se-á considerar as habilitações e grau de escolaridade dos mesmos para correção de enquadramentos ou valorização de sua capacidade funcional.

Com a instituição do Quadro Único de Carreira e a conseqüente centralização do pagamento, a Administração terá oportunidade de efetuar o cruzamento de informações e detectar as possíveis acumulações ilícitas que atualmente ocorrem. Ao mesmo tempo que beneficiará o servidor, ao corrigir as distorções salariais, o plano único virá contribuir com a Administração na redução de gastos com servidores aos quais não lhes é assegurado o direito de acumular cargos públicos.

A regionalização de atividades, como é prevista, no anteprojeto de reforma, virá permitir que as reivindicações das comunidades de cada cidade-satélites possam ser atendidas nas próprias cidades. Que o Administrador Regional possa ter o comando direto dos serviços locais instalados na Região Administrativa, a fim de possibilitar um melhor suporte para sua manutenção e o encaminhamento ágil de suas necessidades. A realidade de cada cidade é única e, a par disso, cada uma delas terá, proporcionalmente, seu nível de necessidades suprido, dentro das disponibilidades orçamentárias de Governo. Levar todas as funções de governo, muitas hoje concentradas em órgãos sediados no Plano Piloto, para as Administrações Regionais, e lhes assegurar o seu verdadeiro papel, é o principal objetivo do projeto que consubstancia a vontade do Governador José Aparecido de Oliveira.

ERNESTO SILVA

A interiorização da capital é a idéia-força mais antiga e coerente da história do Brasil. E a construção de Brasília foi uma aventura épica

A Epopéia de Brasília

«Administrar Brasília não é administrar uma cidade qualquer, mas uma cidade que já nasceu com «pedigree», o que obriga a umas tantas limitações. A primeira condição para se administrar Brasília é *gostar de Brasília*; a segunda, é *conhecer os planos*; a terceira, *respeitá-los*».

(Lúcio Costa)

No dia 21 de abril de 753 a.C., Rômulo fundava, no monte Palatino, uma cidade que seria o marco de uma nova era no Mundo Pagão — a Roma dos Césares, o berço da Civilização Cristã.

Quis a Providência Divina que, na mesma data, 27 séculos depois, uma plêiade de homens destemidos desse Brasília do Brasil, cumprindo os desígnios eternos manifestados na visão profé-

tica de Dom Bosco: «Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá neste sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, de uma riqueza inconcebível».

Se é certo que o legado da Carta Constitucional de 1891, determinando a interiorização da Capital do País, repetia-se através de nossas Constituições, não menos verdadeiro é que essa medida se impunha à nossa gente como uma necessidade inadiável, oriunda, quem sabe, da ambivalência em que nos habituáramos a viver: a sedução do Atlântico e o apelo do sertão.

O grito de alarme de Euclides da Cunha em «Os Sertões», mostrando o contraste entre a civilização do litoral e o completo abandono do homem brasileiro além da faixa privilegiada, encontrou ressonância na alma nacional.

A transferência da sede do Governo para o Planalto Central seria o meio adequado e a providência ideal para estender o progresso a essas regiões do Brasil e eliminar esse desnível entre a civilização do litoral e a do sertão, entre as condições de vida da orla marítima e as do interior.

Dois motivos fundamentais levaram Brasília ao Planalto Central: a tradição do sonho secular de uma capital no centro demográfico do País e o subdesenvolvimento da região escolhida. Havia, na realidade, duas fronteiras em nosso País: a fronteira política, fixada pelos limites com outras nações sul-americanas, e a fronteira econômica,

REVISTA MÓDULO



correspondente ao espaço de terra que realmente ocupávamos, trabalhávamos e produzíamos. Nos limites da fronteira econômica, a Nação, política e socialmente, estava organizada. Em direção ao Oeste, porém, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável, à espera de que nos dispuséssemos a ocupá-lo efetivamente.

Esse o erro que Brasília pretendeu corrigir. Esse o sentido da obra monumental. Esse o mérito dos pioneiros que, com coragem e fê no empreendimento que então se iniciava, passaram por locais inteiramente desertos, abriram picadas e tomaram posse da terra há tanto tempo desejada.

Como é do conhecimento de todos, Juscelino Kubitschek, ao iniciar sua campanha para a Presidência da República, no dia quatro de abril de 1955, em Jataí, Goiás, não tinha a menor idéia de construir a Nova Capital, tanto assim que já havia concretizado seu programa de METAS e nele não estava incluída a transferência da capital. Mas eis que, ao estabelecer diálogo com o povo, após o discurso de praxe, um dos ouvintes o interrogou:

— *O Senhor disse que, se eleito, irá cumprir a Constituição. Desejo saber, então, se vai transferir a capital para o Planalto Central?*

O Presidente Juscelino confessa que a pergunta o pegou de surpresa. Já havia elaborado suas METAS e nem havia pensado no assunto, mas não vacilou e respondeu:

— *Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a Nova Capital e farei a mudança da sede do Governo.*

Juscelino fixou-se na idéia e acrescentou às suas METAS já definidas mais uma, a que denominou de META SÍNTESE: a construção da capital.

Tomando posse, Juscelino deu curso à idéia imediatamente. Pediu ao jurista Santiago Dantas que elaborasse uma mensagem ao Congresso Nacional e o respectivo projeto de lei, explicando-lhe que desejava um documento de tal forma completo que, uma vez aprovado, lhe desse integral flexibilidade para construir a cidade e promover a transferência da capital sem ter que recorrer novamente ao Congresso. E no dia 18 de abril de 1956, ao romper da aurora, no aeroporto de Anápolis, assinou a mensagem.

Antes da criação da NOVACAP, houve três decisões inquestionáveis que influíram decisivamente para que a obra fosse concretizada no tempo exíguo de três anos:

1. a ação patriótica do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que acompanhou tenazmente os trabalhos da escolha do local e, não se conformando com a negativa do Presidente Café Filho de providenciar a desapropriação da área já delimitada, procurou o então Governador do Estado de Goiás para convencê-lo de tomar essa decisão imprescindível;

2. a coragem indômita e a visão do Governador José Ludovico de Almeida, que assinou decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, toda a superfície do Distrito Federal;

3. a nossa atuação na Presidência da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, ativando as desapropriações das terras, para que a construção da cidade pudesse ser imediatamente iniciada tão logo fosse instalada a NOVACAP; delimitando definitivamente a área do Distrito Federal e lançando o edital do concurso do Plano Piloto.

Deve-se, inegavelmente, a construção de Brasília à coragem e à firme determinação do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A constituição da NOVACAP — a empresa heróica — se deu a 24 de setembro de 1956 e a primeira Diretoria, composta por Israel Pinheiro da Silva, Bernardo Sayão Carvalho Araújo, Ernesto Silva e Iris Meinberg, iniciou os trabalhos imediatamente.

Os homens que aceitaram a incumbência de dar corpo e forma à determinação contida em todas as Cartas Magnas inscritas na história do País, desde 1891, não tinham tempo para o debate estéril e as polêmicas que os descrentes provocavam, visando anular, de início, o que se lhes afigurava um sonho impossível.

Os bandeirantes modernos trilharam o mes-

No início era o
ermo: pensava-se
Brasília em meio
ao cerrado
deserto,
enquanto subia
o concreto



mo caminho dos que, duzentos anos antes, procuravam ouro e pedrarias. A luta agora era maior. O problema era de âmbito nacional. Procurava-se redimir o País, dando-lhe, social e economicamente, a mesma independência obtida em 1822 no terreno político. Eram homens que avançavam pelo interior, com o objetivo de beneficiar 50 milhões de brasileiros, anulando as diferenças impostas pelo regionalismo, forçado pelas circunstâncias a um isolamento que deixava a Nação em perene estagnação.

Nada obstante a má vontade, a descrença e a indiferença dos derrotistas, dos que são contra tudo e contra todos, dos pessimistas que não têm confiança no Brasil, dos que subestimam o interesse nacional ou o condicionam às próprias conveniências, a mudança da Capital estava de tal modo arraigada na opinião pública e tão bravamente defendida pelos brasileiros do interior, que Brasília tornou-se uma realidade.

«Tentaram transformá-la em vítima expiatória de todos os males do passado; tentaram atrair sobre a iniciativa revolucionária e salvadora de obedecer-se a um artigo da Constituição todo o desequilíbrio de uma Nação que cresce. Mas a verdade é que Brasília foi uma operação de largo vulto e, graças a ela, o Brasil deixou de ser apenas um vasto País no mapa para se tornar um País de fato.»

«Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não foi apenas uma mudança de capital, mas o anúncio de uma reforma». Não se visava apenas à construção de uma cidade nem se batalhava unicamente pela emancipação de uma região. Os oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados da terra brasileira receberiam, por igual, os benefícios da interiorização da Capital. Este o OBJETIVO DA LUTA.

«Tornou-se imperativo, portanto, que cada soldado dessa primeira linha de batalha se armasse de bravura absoluta, se revestisse de desambição e se empolgasse do renovado espírito de pioneirismo que deu corpo e alma ao perfil lendário do Bandeirante. Qualidades positivas de operosidade e de renúncia, capacidade realizadora, ânsia de progresso, fé nos destinos do Brasil, se apresentariam libertas das antigas restrições, em toda a sua plenitude, na arrancada inicial. Era, sobretudo, necessário destruir, pelo exemplo e pela realização, o conformismo que acomodava a consciência nacional em morna sonolência. Por isso, ao lidador da primeira hora de Brasília não foram permitidos o ócio, a pausa, a vacilação. Daí, a dureza das obrigações, QUASE DESUMANAS, que todos sentiram nos regimes de serviço e na exigência da rapidez e da perfeição da obra.»

Brasília era, antes de tudo, uma necessidade. Urgia construí-la no menor prazo possível, para recuperar centenas de anos em que a civilização brasileira se concentrou somente na orla marítima, deixando à própria sorte o resto de seu imenso território.

Assim, a implantação da capital no interior do País, em pleno Planalto Central, com a sua rede de modernas estradas de rodagem em direção às várias capitais estaduais, significa um impacto de progresso, um detonador de novos empreendimentos, que surgirão, proporcional, constante e progressivamente, ao redor da cidade, como se formam, na superfície d'água, círculos concêntricos do ponto em que um corpo se choca com o líquido.

Durante três anos ininterruptos, sem descanso de uma só hora, candangos, especialistas, técnicos e diretores da empresa dedicaram todos os momentos de sua vida à concretização da obra monumental. E, durante esse curto lapso, ergueu-se a Capital do Brasil. Surgiram os prédios públicos, as intermináveis avenidas e vias de acesso asfaltadas, o sistema de abastecimento d'água, o serviço de esgotos, a rede de telefones urbanos e interurbanos, o serviço de eletricidade, dezenas de escolas e postos médicos, hospitais, jardins públicos, hotéis, palácios, residências, granjas, cidades-satélites...

Mas não se resumiu nisso o esforço da NOVACAP.

Brasília teria de ser uma cidade totalmente diferente, que servisse de exemplo ao Brasil e ao mundo. Não poderia ser apenas um colosso arquitetônico nem se resumir na construção e fundação de uma cidade no interior do País. A cidade deveria se apresentar revolucionária não só sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, mas também em todos os seus sistemas: agrícola, educacional, social, médico-hospitalar, administrativo.

O plano de abastecimento, sustentado pelas Unidades Sócio-Econômicas Rurais, previa um anel de chácaras em torno dessas Unidades. Haveria um Centro de Abastecimento e supermercados distribuídos ordenadamente no setor residencial.

O plano administrativo, elaborado por João Carlos Vital, revolucionaria os métodos antiquados então em vigor no País.

O plano educacional, ao lado de nova filosofia a ser implantada, se comporia de Jardins de Infância, Escolas-Classe, Escolas-Parque e Centros de Educação Média, levando-se em conta a comodidade da população e a densidade populacional.

O plano médico-hospitalar objetivava dignificar a profissão médica, eliminar a humilhação dos pacientes em filas intermináveis, concedendo-lhes o direito de escolher o médico de sua preferência

e com horário marcado para sua consulta. Continuavam do plano os Postos de Saúde, os Centros de Saúde, os Hospitais Distritais (hoje chamados de Regionais), o Hospital de Base e a Colônia Hospitalar. O sistema previsto já naquela época (1959) era unificado, regionalizado, hierarquizado, de complexidade crescente, com tempo integral para os profissionais de saúde. Estávamos 29 anos avançados! E criamos um Conselho Comunitário de Saúde.

No setor de Assistência Social, desejávamos que um Conselho Comunitário de Bem-Estar Social concentrasse todas as atividades assistenciais da cidade.

«Durante mais de três longos anos, a preocupação dominante de todos, sem exceção, consistiu em dedicar um esforço sem limite para entregar a cidade em condições de ser inaugurada a 21 de abril de 1960. Para atingir esse objetivo, era imprescindível que trabalhássemos como se cada hora fosse a última hora concedida e a madrugada viesse iluminar o dia festivo da inauguração. Era necessário que abandonássemos os estilos normais de trabalho, para que as vigílias e as prorrogações de horários se tornassem o trivial do serviço. Era necessário que não fossem tomados em consideração o pô, a lama, o frio, as soalheiras, as intempéries, a fadiga e o desconforto. Não bastava que cada um desempenhasse bem os seus encargos regulamentares. Era condição de vitória que todos multiplicassem o esforço, para saldar, no vencimento, o compromisso assumido com a Nação, levando, se preciso, seu entusiasmo pelo trabalho e sua identificação com a obra até o limite crucial do próprio sacrifício. Éramos verdadeiros escravos, mas ESCRAVOS DE UM IDEAL.

Finalmente, a 21 de abril de 1960, foi inaugurada a nova Capital do Brasil, que, desde então, resiste a toda sorte de embates.

De qualquer forma, tenham querido ou não os inimigos de Brasília, ninguém pode negar que a nova cidade é o elemento catalisador da economia regional, propiciadora de elevado padrão de vida à população do interior, fulcro do desenvolvimento do País.

Brasília abriu novos horizontes à Pátria, desvendou nossas inexploradas riquezas, integrou o Brasil em si mesmo.

Mas qual será o destino desta cidade «edificada no entusiasmo e na precipitação, mesclando o sonho à planificação», «uma das maiores epopéias da história dos homens»?

Permitindo-se o crescimento desmesurado da população; desprezando-se os PLANOS especificamente traçados para tornar Brasília não apenas uma cidade nova, mas uma cidade moderna; desestimulando-se a fixação do homem ao campo; ignorando-se a importância de um planejamento do entorno do Distrito Federal (que planejamos em 1956); continuando-se, insistente e orgulhosamente, a exaltar o supérfluo e a priorizar as obras suntuárias e adiáveis em detrimento do principal, do simples e das providências que tornem o povo

saudável, produtivo e feliz, Brasília estará caminhando para se tornar uma indesejável megalópolis (para a qual não foi concebida), ingovernável e desumana.

Urge que os administradores, compreendendo as necessidades da população e a importância de Brasília perante o mundo, principalmente agora que foi considerada, pela Unesco, patrimônio cultural da Humanidade, reformulem e atualizem, seus conceitos, suas idéias, suas ações.

Sobre o destino da cidade, afigura-se-nos indispensável citar uma declaração de Niemeyer, em 1974: «Se cuidarem bem de Brasília como prometem, se a CONTIVEREM DEMOGRAFICAMENTE e a DISCIPLINAREM; se a vida se tornar mais justa e digna de ser vivida, neste caso, Brasília será a cidade mais bela e feliz que desejamos».

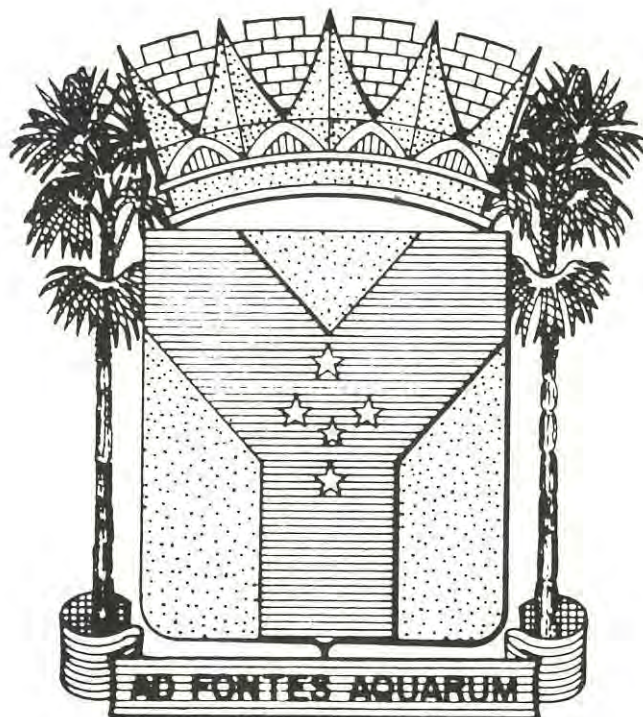
É incontestável que Juscelino Kubitschek inspirou uma época que corria o risco de afogar-se na trivialidade.

Que o seu espírito, neste momento conturbado, nos ilumine e nos dê forças para recuperar Brasília e torná-la, verdadeiramente, um patrimônio cultural da Humanidade.

LUIZ MARQUES POLIANO

Um brasão de armas, com destaque para as palmeiras de buritis e as colunas do Alvorada, é o que descreve aqui Luiz Poliano.

As armas de Brasília



O heraldista Luiz Marques Poliano, a quem a Comissão incumbida da construção de Brasília encomendou, à época, apresentou um brasão de armas para a nova cidade, elaborado dentro das corretas normas heráldicas, cuja descrição e justificação aqui reproduzimos, tal como consta em seu livro *Heráldi-*

ca, págs. 307-311 (edição RIOARTE-GRD-Rio-1987).

Descrição — Escudo português em campo de ouro, uma perla de blau (azul), carregada, ao centro, de uma constelação do Cruzeiro do Sul, em prata. Coroa mural de ouro, estilizada. Suportes, dois buritis em sua cor. Divisa: — «Ad Fontes Aquarum», num listel de azul.

Forma do Escudo — Adotamos o escudo português, mais simples, além do motivo forte da tradição.

Esmaltes e Metais — O campo de ouro, a perla azul, o Cruzeiro em prata e o verde dos buritis são as cores da atual bandeira nacional. Só isto justificaria a sua aplicação no brasão de armas de nossa Cidade-Capital. Mas outros motivos os recomendam. O campo de ouro representaria a região aurífera, em que se assenta a nova Capital; o azul, a cor clássica das águas; o verde, os campos e as florestas. Anotam os heraldistas que o prata representa a riqueza, a nobreza e o poder; o azul, a justiça, a lealdade e o equilíbrio; o verde, a juventude, a força e a alegria.

A Peça Principal — Empregamos a *Perla* (do latim *pergula*), peça considerada nobre por muitos heraldistas, mas rara na armaria internacional. É um «I grego», ocupando um terço dos espaços do campo.

Simbolizam as suas três hastes as outras tantas grandes bacias fluviais que têm como vertente o planalto central, onde se localiza Brasília: a do São Francisco, a do Paraná e a do Amazonas-Tocantins.

O São Francisco, que vai do Centro-Oeste ao Nordeste, é o chamado «rio da união nacional». O seu papel na vida do Brasil, notável no passado, não é menos importante no presente; o Tocantins é formado por diversos rios que nascem na região de Brasília. Inflete para o Norte e se lança no rio-mar, depois de receber o Araguaia. Tem agora a companhia-lo, no seu longo curso pela floresta amazônica, a estrada Brasília-Belém, cuja construção somente o empreendimento da nova Capital tornou possível; finalmente, o Paraná, o rio de nossos limites geográficos do Sul, que tem um de seus formadores partindo da área do Distrito Federal — o S. Bartolomeu, que se junta ao Paranoá, engrossa e se transforma no Paranaíba. Este, com o Rio Grande, forma o Paraná, que deságua no estuário do Prata, de tanta expressão histórica na formação nacional.

Acompanhando a direção destes rios, ultima-se a construção do sistema rodoviário — a espinha dorsal do Brasil, como o chamou recentemente o Presidente Juscelino Kubitschek, representado pela Brasília-Belem, para o Norte; a Brasília-Fortaleza, para o Nordeste; finalmente, a Brasília-Porto Alegre, para o Sul. É um sistema flúvio-rodoviário, em que a mão do homem se congrega à natureza para fomentar o progresso e a civilização do Brasil.

A função civilizadora dos rios é conhecida e não a precisamos justificar. No caso do Brasil, representaria a penetração e ocupação, que é um dos motivos da internação da Capital da República, implantada em território que, apesar de distar em linha reta apenas um milhar de quilômetros do litoral, nada mais tem sido até aqui do que um espaço, um grande vazio no nosso mapa: são cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados, que passarão a integrar a comunhão territorial do Brasil.

O Cruzeiro do Sul — É um símbolo dos mais caros aos brasileiros. Representa o signo sob o qual nascemos: a Cruz de Cristo. Vera Cruz, Santa Cruz — primitivos nomes com que fomos designados. A cruz da ordem religio-militar, que possibilitou as descobertas e que por muitos anos nas «entradas» dos primeiros tempos do desbravamento foi a bandeira do Brasil, representa a nossa destinação cristã e, pois, a da sua nova Capital.

Quando Pedro I nos tornou independentes, criou a Ordem do Cruzeiro do Sul, e lá está no decreto de sua criação a justificativa para o símbolo: «a posição geográfica desta vasta e rica região da América Austral, que forma o império do Brasil, onde se acha a grande constelação do Cruzeiro, e igualmente em memória do nome que sempre teve este Império desde o seu descobrimento, de «Terra de Santa Cruz».

Finalmente, alude à tradicional constelação, à cruz do Plano Piloto de Lúcio Costa, com os braços em curva, infletindo para Oeste num amplo abraço ao ter-

ritório que a nova Capital integrará na comunhão nacional.

No nosso projeto lhe demos a posição de *Coração da Pátria*. É o sentido cristão de nossa formação e anseio; é a tradição honorífica que ornou e dignificou o peito de nossos heróis durante quase um século. Por isso, o colocamos no ponto de junção das três hastas da perla, seja no centro geográfico, político e social do Brasil, em que se transformará a zona hoje deserta, na qual a vontade nacional está tornando Brasília uma realidade.

A Coroa Mural — De ouro, com oito losangos representando torres, dos quais se vêem três completos e dois pela metade, nos extremos. O ouro e as oito torres são representativos das cidades de primeira grandeza, como é o caso de Brasília, Cidade-Capital. Este elemento do brasão sugerido poderá chocar os heraldistas ortodoxos. Utilizamos a mais expressiva característica da arquitetura de Niemeyer — a colunata do Palácio da Alvorada — para tomar o lugar das coroas murais clássicas. Não se diga que os elementos utilizados na heráldica são imutáveis. À medida em que decorreram os séculos, desde os tempos heróicos, as figuras se foram adaptando e evoluindo. Objetos que ocorreram depois passaram a ser utilizados como peças nos brasões pessoais e de coletividades. A colunata do já internacionalmente conhecido monumento, exemplo de arrojo de nossa moderna arquitetura, ganharia, assim, consagração e perpetuidade no símbolo heráldico da cidade.

Suportes — Duas palmeiras de buriti na sua cor. Há desta planta várias espécies, a principal das quais a *Mauriti vinifera M.*, que ocorre do Pará até São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os hispano-americanos a denominam Palma Real, tendo entre nós vários nomes, todos indígenas: — Boriti, Carandaguassu, Moriti, Muriti. É vegetal que foge do litoral, que tem o seu habitat no interior, e nisto encontramos uma grande coincidência com a idéia de Brasília. De grande utilidade para o homem, foi para os desbravadores

guia e sinal de vida: — «onde existe buriti, tem água», diz o povo. Dela, tudo se aproveita: o caule, as folhas, os frutos. De belo porte, altiva, sobranceira, decorativa, como todas as palmeiras, a elegemos como parte dos ornamentos externos do brasão de armas da nova Capital.

Divisa — É de Brasília, pela direção de suas águas, que o Brasil tomará conta de si mesmo. Em 1808, abrimos os nossos portos às nações amigas. Deixamos de ser uma colônia fechada e com isto nos preparamos para a independência política em 1822. Brasília é, a nosso ver, o maior passo dado pelo poder público desde 1808. Com ela abrimos o Oeste do Brasil aos brasileiros, ensinando-lhes o acesso ao seu imenso potencial então praticamente intocado. Depois da independência política, a independência econômica. O motivo central do brasão, erigindo em símbolo a conjunção das grandes bacias fluviais do país, justifica a legenda «*ad fontes aquarum*», cuja tradução textual pode ser, a um tempo: — «junto às nascentes das águas», ou «rumo às nascentes das águas», ou ainda, «para as nascentes das águas». Foi colhida nas primeiras palavras do versículo 1, do Salmo 42, versão da Vulgata, e tornou-se freqüentemente citada para indicar o sentimento de uma busca das origens, do rumo de partida ao rumo certo. Da direção, pois, das águas do Brasil, de que o Planalto é fonte e origem, caminharemos para o futuro, tendo Brasília como elemento propulsor de nosso destino.

Simplicidade — Os símbolos heráldicos devem ser o mais possível simples, sobretudo os de Domínio, não só para facilidade de retenção, como para reprodução. Além disso, os escudos de armas, quanto menos complicados, mais nobres, segundo a maioria dos autores.

GILBERTO PAIM

Os claros de uma indústria incipiente

Aos 28 anos, Brasília assiste ao fim de um modelo de crescimento baseado no setor terciário e nos empregos gerados pelo Governo. A industrialização é vital, mas é preciso pensá-la com extremos cuidados.

Brasília e cidades-satélites encerram o seu terceiro decênio de existência sentindo os efeitos de graves problemas sociais, que se acumularam no período, em consequência de uma expansão populacional imoderada. Avassalador e imprevisível, o enxame humano que cobriu boa parte da superfície do DF encontrou as autoridades governamentais despreparadas para resolver o problema maior do emprego. A dependência da renda gerada quase que exclusivamente pelos serviços só podia produzir um agravamento da situação social, a curto prazo. Pois faltava um parque produtor de bens para completar o circuito econômico.

Nos estágios mais altos da evolução da economia, a sociedade tende a subsistir repousando preponderantemente na renda dos serviços. Mas isso somente ocorrerá, conforme a experiência histórica, depois que são vencidas etapas obrigatórias, preenchidas no começo pela predominância da agricultura e mais tarde pela ascensão firme da manufatura, cujo desenvolvimento pleno gera a sociedade pós-industrial, em que os serviços ocupam a maior parte da força de trabalho. Brasília começou pelo fim. Nasceu sem agricultura e sem indústrias, dependendo dos serviços, com preponderância dos serviços públicos. A sociedade pós-industrial

possui uma força de trabalho caracterizada pelo alto nível da formação profissional, enquanto na população economicamente ativa de Brasília predominava e predomina a massa de iletrados ou de baixa escolaridade. Por sua baixa qualificação, a maior parte da população trabalhadora estava condenada à execução de tarefas simples, mas logo se esgo-

tariam os empregos oferecidos como desdobramento dos empregos bem remunerados, ocupados pelas pessoas de alta renda, que residem no Plano Piloto.

Não podia ter vida longa um modelo de crescimento que nascera com base no setor terciário e continuava a depender, quase que exclusivamente, dos empregos gerados pelo setor governamental. A percepção dessa impossibilidade passou a inquietar a opinião pública esclarecida do Distrito Federal a partir da divulgação dos resultados preliminares do recenseamento de 1980. Os dados então conhecidos da população total e da distribuição da força de trabalho demonstravam o óbvio: sem a montagem de uma sólida estrutura industrial, Brasília e cidades-satélites candidatavam-se a viver em conflito, cujo agravamento seria consequência direta da expansão vertiginosa da população.^(*)

Dois decênios de existência bastaram para demonstrar a Brasília o artificialismo de uma expansão urbana acelerada sem o apoio nas atividades manufatureiras. Pouco se podia esperar da agricultura, de vez que a economia agrícola não retinha mais de dois por cento da população. E apesar desse elevadíssimo grau de urbanização, o setor secundário não se revelava capaz de dar acolhida a uma parcela significativa da força de trabalho disponível.

A manifestação de problemas sociais de várias naturezas denunciava, a cada passo, a falta de uma atividade industrial, diversificada e em crescimento contínuo, capaz de con-

SUZUKI/GDF



tracenar com a administração pública na geração de empregos diretos e indiretos. Estavam as autoridades governamentais e o povo do DF colocados diante de um enorme vácuo, que se reconhece aterrador, em virtude de uma peculiaridade a todos visível: enquanto a população cresce aos saltos, por força dos fluxos migratórios que emanam principalmente de Goiás e Minas e do Nordeste e Norte, a instalação de indústrias é obra lenta e somente ocorre, em escala modesta, depois que se comprova a existência do mercado. Para preencher a lacuna teria sido necessária, desde o começo, uma política deliberada de incentivos diversificados para atrair investimentos e eliminar, pelo menos em parte, o hiato entre o baixo nível do emprego industrial e a força de trabalho crescente.

Um fator político impedia que esses incentivos fossem definidos e oferecidos aos interessados na montagem de indústrias. A crença generalizada de que Brasília era apenas uma cidade administrativa surgia como um freio à industrialização regional. O Plano Piloto deveria ser uma ilha de tranquilidade. Acreditava-se que o vasto contingente de trabalhadores, mobilizado para a construção de Brasília, voltaria para seus pagos ou seria distribuído em pequenas glebas de terra nas redondezas. Não imaginavam os administradores dos primeiros tempos a avalanche humana que veio a produzir Taguatinga e Ceilândia, cidades geminadas, hoje (1988) com mais de setecentos e cinquenta mil habitan-

A cidade-satélite de Taguatinga (foto aérea) vem crescendo acima de qualquer previsão



tes; Gama (180 mil); Guará (150 mil); Sobradinho (85 mil); Cruzeiro (70 mil), e centros menores como Núcleo Bandeirante, Brazlândia e Planaltina. Do total estimado da população de um milhão e oitocentos mil habitantes, apenas cerca de uma quinta parte tem domicílio no Plano Piloto. Vê-se, pois, que cometeram equívocos os administradores que imaginaram o Plano Piloto como a única área urbana do Distrito Federal e não puderam conceber, desde o início, que uma população muitas vezes maior se distribuiria pelas cidades circunvizinhas. Esse fato irretorquível alterava a predestinação de Brasília como cidade exclusivamente dedicada a assuntos administrativos. Desde fins da primeira década de existência da Capital, a realidade social preestabelecia como condição indispensável a criação de um parque manufatureiro capaz de absorver a massa trabalhadora assim criada. Somente na visão curta de políticos bisonhos, nascidos sob o autoritarismo, o DF não deveria abrigar indústrias. Cometeu-se um erro estratégico de conseqüências que podem ser funestas, já que a falta de um parque industrial diversificado deixava ao desamparo, no desemprego, um contingente apreciável da população economicamente ativa.

A postura antiindustrialização ignorava a realidade demográfica circundante. Na impossibilidade de empregar a massa humana considerável que se formava, executava-se uma política paternalista, segundo a qual todos deveriam ter casa para morar, escolas e assistência médica, embora uma parcela substancial da população não tivesse acesso a emprego remunerado. Os empregos gerados pelo comércio, a rede bancária, as profissões liberais e serviços diversos foram logo preenchidos. A renda elevada do Plano Piloto produzia uma demanda que não poderia fazer milagres e logo chegaria a seus limites, restringindo o âmbito do comércio e demais serviços do setor privado como fonte de empregos.

Perdurou, por muito mais tempo do que o necessário, a atitude negativa diante da indústria de transformação, a tal ponto que, somente no Governo José Aparecido de Oliveira, se veio a criar a Secretaria de Indústria e Comércio com a intenção de incentivar as atividades manufatureiras. Quer isso dizer que durante vinte e cinco anos prevaleceu a idéia de que Brasília deveria limitar-se ao setor dos serviços.

Percebe-se a extensão do vácuo quando se reconhece na indústria de transformação o poder de influir na expansão de todas as dependências

do vasto setor terciário. Pois, além do emprego direto, que oferece, o desenvolvimento da manufatura implica a expansão dos transportes e comunicações, do setor financeiro, do comércio e dos serviços em geral, e ainda tem a virtude de impedir a estagnação do setor público como empregador. Pois a expansão industrial determina a necessidade crescente de serviços públicos urbanos de toda natureza.

A evolução das atividades manufatureiras no Distrito Federal causa desalento quando colocada em paralelo com a força de trabalho. Na falta do emprego fabril, parcelas crescentes de trabalhadores disputam a prestação de serviços não-qualificados, são levadas para a economia informal, clandestina, ou caem vítimas do desemprego sem remissão. Torna-se, pois, inevitável o agravamento das disparidades de renda, com a subsequente marginalização social de maior número de habitantes, dando isso como resultado a subversão do estado de tranquilidade social que caracterizou a vida no DF em seus dois primeiros decênios de existência.

Que dizer, além disso, de uma sociedade que se habitua ao espaço irreal de uma renda que em sua quase totalidade é produzida pelos serviços, e com inexpressiva participação dos bens agrícolas e industriais? É muito provável que a psicologia social do brasileiro se confirme como acentuadamente diversa da de São Paulo ou outros centros industriais, onde uma parcela apreciável da força de trabalho emprega suas energias na produção de bens verdadeiros. Não será, portanto, típica da população brasileira a sensação de estar contribuindo com bens materiais para a satisfação de importantes necessidades humanas. Dir-se-á que a sociedade pós-industrial também não lida, em sua maior parte, com bens materiais, mas pode-se aduzir que ela ganhou o bom-senso vinculado ao realismo da existência, mediante a produção manufatureira predominante em certa etapa do desenvolvimento econômico. Brasília surge de cima para baixo. Chega ao topo da pirâmide sem ter passado pela escola do realismo manufatureiro. E não se pode deixar de ver a diferença saliente entre empregados domésticos, que incluem motoristas e jardineiros, de um lado, e operários no desempenho das mais variadas funções dentro da empresa industrial. Em Brasília, a maioria dos empregadores é formada de funcionários públicos, bem remunerados, e não de empresários. Na Capital Federal, portanto, a geração de empregos encon-

TABELA I

Ramos principais da indústria brasileira em 1980			
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Salários (+)
Indústrias de Transformação	680	13.223	2.073
Gêneros de Indústria			
1. Produtos alimentares	213	2.741	263
2. Transformação de produtos de minerais não-metálicos	117	1.519	178
3. Metalúrgica	51	1.423	183
4. Mecânica	26	1.308	266
5. Mobiliário	35	697	82
6. Bebidas	7	510	62
7. Vest., calçados e art. de tecidos	22	239	18
8. Madeira	12	221	50
9. Editorial e Gráfica	115	3.238	712
(+) Cr\$ Milhões	Soma 598	11.896	1.814
	% do total 88,0%	90,0%	87,5%

tra limites fixos, irremovíveis, condenando parcela crescente da população trabalhadora à marginalização social, em comparação com os centros industriais onde a mobilidade do nível do emprego é uma das principais características do sistema econômico.

O Governo do Distrito Federal mantém em sua folha de pagamentos mais de cem mil pessoas. Talvez supere o Governo Federal na geração de empregos. Mas a situação poderá sofrer modificação sensível, se o DF passar à categoria de Estado perdendo, em consequência, boa parte dos subsídios federais que representam 63% (sessenta e três por cento) de sua receita total. Na condição de Estado, o DF terá de sobreviver às custas do Imposto de Circulação de Mercadorias, ICM, e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, que são de competência estadual, associados ao Imposto Predial e Territorial Urbano e ao Imposto de Serviços. A essa arrecadação deverá somar-se a parcela das transferências federais constitucionalmente determinadas, que, no caso de Brasília, são quase inexpressivas. Isto significa que o DF, na qualidade de Estado, perderá contribuições substanciais que hoje são propiciadas pelo Governo Federal ao «município neutro», que serve de sede aos Poderes da República. Qualquer redução nos montantes das transferências federais para o DF diminuirá os investimentos públicos do novo Estado, com o que se reduzirá proporcionalmente a capacidade desta Unidade da Federação para gerar empregos. Os fluxos migratórios ignorarão essas mudanças. Conservarão, impávidos, o seu ritmo, superlotando as cidades-satélites e as cidades do Entorno, cuja população pode ser legitimamente considerada como parte da população do DF, embora não esteja assim computada. (Tabela I)

Esse retrato do parque industrial brasileiro não deixa lugar a dúvidas quanto à insuficiência da oferta de emprego no setor secundário. É isso que os dados estatísticos disponíveis refletem. O censo industrial de 1980 talvez tenha produzido entre os seus principais resultados a advertência de que a cifra da mão-de-obra ocupada na indústria, representando cerca de um por cento da população recenseada naquele ano, estava a exigir um corretivo sério. Já chegaria com atraso o lançamento de uma política de promoção do desenvolvimento industrial, pois o progresso espontâneo comprovadamente não estava dando resposta adequada à questão da força de trabalho excedente. Era indispensável uma acele-

ração do processo de industrialização, de vez que havia sido pouco expressivo o aumento do pessoal ocupado na indústria desde 1975, quando se realizou o censo industrial anterior, no espaço de cinco anos, foram criados apenas 2.079 empregos na indústria de transformação. Entre um censo e outro o pessoal ocupado nessa indústria passou de 11.144 para 13.223. O incremento fora baixo, pois no mesmo quinquênio a população do DF registrou aumento estimado em 340 mil pessoas.

Além disso, alguns ramos industriais acusaram redução em seu pessoal ocupado, como ocorreu com as indústrias de produtos de minerais não-metálicos, madeira, metalurgia, borracha e bebidas. Faltou uma política de apoio aos pequenos e médios empresários que se aventuraram nesse campo da produção. Os noventa e oito estabelecimentos da indústria metalúrgica, recenseados em 1975, estavam reduzidos a apenas 51, cinco anos depois. Na indústria de madeira, o número de trabalhadores se reduziu de 690 para 221, e na transformação de produtos de minerais não-metálicos esse número passou de 1.726 para 1.519, no período. Os dados comparados a seguir não são de molde a causar entusiasmo. (Tabela II).

No período em que a população total do DF se elevou de 860 mil para um milhão e duzentos mil habitantes, alguns gêneros de indústria regrediram no tocante ao pessoal ocupado. Os impulsos para a industrialização parecem ser, assim, fracos, pois estão ligados à atividade da construção urbana os ramos da metalurgia (no caso, principalmente serralherias), transformação de produtos de minerais não-metálicos e madeira. Não figuram, ou deixaram de figurar, na estatística, ramos tais como: produtos farmacêuticos e veterinários, têxtil, fumo, couros, peles e produtos similares.

Não havendo registro do número de trabalhadores nos gêneros perfumaria, sabões e velas e produtos de matérias plásticas, fica-se com a impressão de que também nesses ramos houve declínio.

A falta de dinamismo do setor industrial também pode ser vista no fato de que o ramo que apresentou o maior aumento no número de trabalhadores foi o de produtos alimentares, como reflexo do crescimento vegetativo da população. Mas um incremento de 931 pessoas na folha de pagamento, durante um quinquênio, deixa de ser expressivo diante da pressão exercida pela população em busca de emprego. A indústria editorial e gráfica, por sua vez, empregou

TABELA II

Dados comparados dos censos industriais de 1975 e 1980		
Gêneros de indústria	1975	1980
Metalúrgica		
Estabelecimentos	98	51
Pessoal ocupado	1.831	1.423
Madeira		
Estabelecimentos	18	12
Pessoal ocupado	690	221
Borracha		
Estabelecimentos	9	6
Pessoal ocupado	102	56
Bebidas		
Estabelecimentos	7	7
Pessoal ocupado	611	510
Transf. de produtos de minerais não-metálicos		
Estabelecimentos	95	117
Pessoal ocupado	1.831	1.519

mais 882 pessoas, cifra que não desperta entusiasmo. No entanto, deve-se salientar que essa indústria, ocupando uma quarta parte do pessoal da indústria de transformação, absorvia desta mais de trinta e quatro por cento da massa de salários. Esses dados contrastavam com os da indústria de produtos alimentares, que ocupava 21 por cento do pessoal, mas cuja participação na massa de salários era de apenas 12,6%. Evidentemente, o salário médio na indústria editorial e gráfica era muito mais elevado.

Se considerarmos a força de trabalho total disponível, a indústria de transformação precisará crescer em escala muito mais alta, se é que algum dia se converterá numa fonte substancial de emprego para a população brasileira, cujas taxas de crescimento causam impressão profunda aos administradores públicos. O dilema é sério: ou o DF cederá boa parte dos seus espaços vazios para a instalação de estabelecimentos industriais, capazes de assegurar emprego remunerado a parcela apreciável de sua população, ou a ilha de tranquilidade do Planalto se converterá no seu oposto. Ao invés da paz social, um intolerável clima de desordem.

Flagrantes do parque industrial brasileiro

O quadro que apresenta o parque manufatureiro não é animador, sob vários pontos de vista. Salvo a indústria editorial e gráfica, onde se verifica melhor remuneração do trabalho, quase sem exceção os demais gêneros de indústria primam pelos salários baixos. Ilustremos a assertiva com a indústria de produtos alimentares, onde se encontrava o maior contingente de trabalhadores (2.741) depois da indústria gráfica. O parque instalado da indústria de produtos alimentares se compunha, em 1980, de 213 estabelecimentos, 175 dos quais (82,2%) eram padarias, que ocupavam sessenta por cento da força de trabalho do ramo, isto é, 1.633 pessoas. Essa elevada parcela do pessoal ocupado, representando sessenta por cento dos empregados nesse ramo, recebia apenas quarenta por cento da massa de salários pagos. Em 129 estabelecimentos, a média de trabalhadores por estabelecimento era de 5,5. Aí tínhamos 717 pessoas, representando 26% dos trabalhadores do ramo, que percebiam apenas 13,4% da respectiva folha de pagamento. O nível da remuneração salarial melhora na proporção do aumento da média de

trabalhadores por estabelecimento. Em 60 empresas, a média de trabalhadores por empresa era de 13, e as 777 pessoas aí ocupadas, representando 28,3% do total, recebiam 21,7% da massa de salários. Nas dezessete empresas que ocupavam 459 pessoas, isto é, 16,7% dos trabalhadores do ramo, a média era de 27 pessoas por empresa, cabendo a essa parcela da força de trabalho vinte por cento do montante dos salários pagos. O salário médio já era aí bastante melhor em relação ao primeiro e ao segundo grupo. Os dados da Tabela III ilustram o desequilíbrio na composição do segundo entre os ramos industriais mais importantes, pois aí as padarias representam 82 por cento do total de estabelecimentos, segundo dados do censo industrial de 1980. (Tabela III).

Entre outras atividades com um só estabelecimento figuravam a preparação de especiarias e condimentos, a preparação de produtos de salsicharia e banha, a preparação de leite e a fabricação de produtos de laticínio. Tanto pelo número de estabelecimentos como pelo de pessoas ocupadas, a indústria de produtos alimentares apresenta uma composição rarefeita, que indica a possibilidade de desenvolvimento de algumas atividades, as quais estão certamente à espera de incentivos fiscais e creditícios. Das 213 empresas do ramo, quarenta eram firmas individuais e 161 eram sociedades por cotas de responsabilidade limitada. Havia seis sociedades anônimas e duas cooperativas.

É evidente que só pode ser considerado frágil um parque industrial onde o segundo gênero de indústria mais importante é o de produtos alimentares.

Já a transformação de produtos de minerais não-metálicos, ocupando 1.519 pessoas em seus 117 estabelecimentos, apresenta uma composição melhor, se considerarmos os grupos de empresas com mais de dez trabalhadores, conforme o quadro da Tabela IV (ao lado).

O primeiro grupo tem dezessete por cento da força de trabalho do ramo e percebe dezenove por cento da massa salarial. Já o segundo, com 214 pessoas representando 14% da força de trabalho, recebe vinte e oito por cento do fundo de salários. Vê-se que o seu salário médio é consideravelmente mais elevado. Já o terceiro grupo está em pior situação: o contingente de trabalhadores representa aí 50,6% do total, mas a sua participação no fundo de salários é de apenas 42%. Isto significa que trabalhar em empresas de clínquer e cimento é mais vantajoso pa-

TABELA III

Indústria de Produtos Alimentares		
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
Indústria de Produtos Alimentares	213	2.741
1. Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	175	1.633
2. Beneficiamento de café, cereais e produtos afins	10	—
3. Moagem de trigo	1	—
4. Torrefação de café	5	186
5. Preparação de refeições e alimentos conservados	3	360
6. Abate de animais e preparação de conservas de carne	6	—
7. Fabricação de sorvetes, bolos e tortas gelados	3	36
8. Fabricação de gelo, exclusive gelo seco	4	—

TABELA IV

Transformação de Produtos de Minerais Não-Metálicos (1980)			
	Estabelecimentos	Pessoal	Salários Cr\$ 1.000
Britamento e aparelhamento de pedras para construção e trabalhos em mármore, granito e outras pedras	11	254	30.981
Fabricação de clínquer e de cimento	4	214	44.201
Estruturas de cimento e fibrocimento e peças e ornatos de gesso e amianto	62	770	66.241

ra o pessoal ocupado do que nas empresas que transformam cimento em objetos vários. Do ponto de vista da remuneração do trabalho, era também melhor a situação dos que trabalhavam na preparação de massa de concreto, em número de 173, isto é, 11,4% do total, que recebiam 18,1% dos salários do ramo. Não são conhecidos dados pormenorizados da situação do trabalho nos trinta e cinco estabelecimentos dedicados à fabricação de tijolos, mas é bem conhecido o fato de que as cerâmicas não se destacam pelo pagamento de salários compensadores. A transformação de produtos de minerais não-metálicos compunha um grupo de fato heterogêneo, pois entre os 117 estabelecimentos havia quarenta e cinco sem constituição jurídica, ao lado de nove sociedades anônimas e de quarenta e cinco sociedades por cotas de responsabilidade limitada. Dezesseis pertenciam a firmas individuais e havia duas empresas públicas.

Indústria metalúrgica

Essa indústria se distingue pela absoluta predominância das serralherias, cujos trinta e nove estabelecimentos empregavam 1.185 trabalhadores, ou 83,3 por cento do pessoal ocupado no ramo. Essas empresas, em sua maioria, se dedicavam à fabricação de esquadrias, caixas e chapas metálicas, assim como de perfilados, móveis, pregos, telas e alambrados. Havia dois fabricantes de estruturas metálicas e dois de artefatos de trefilados de ferro e aço. Quanto ao número médio de pessoas ocupadas por empresa, em dezessete delas a média era de apenas três pessoas; em quatorze, a média chegava a seis; em oito, subia para treze; em 9, era de vinte e oito; havia uma empresa com mais de cinquenta pessoas ocupadas; mais uma com mais de cem pessoas e uma terceira com mais de quinhentas. Isto significa que as últimas três empresas ocupavam 65% do pessoal do ramo, ficando 35% para as quarenta e oito empresas restantes. No ramo da metalurgia havia seis empresas individuais, quarenta limitadas, uma sociedade anônima e quatro sem constituição jurídica.

Por sua vez, a indústria mecânica, colocada imediatamente a seguir, pelo número de pessoas ocupadas, possuía em 1980 apenas vinte e seis estabelecimentos. O número de seus trabalhadores era de 1.308 (cerca de dez por cento do total), cujos salários mensais correspondiam a 14% do total da folha de pagamento de toda a indústria de transformação.

Compunham o ramo da mecânica vinte e seis empresas, dezenove das quais dedicavam-se à reparação ou manutenção de caldeiras geradoras de vapor; de máquinas motrizes não-elétricas; máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração, etc. Havia, ainda, três empresas de serviços industriais de usinagem (torno, fresa, etc.), soldas e semelhantes. Na parte da fabricação havia três empresas que se dedicavam a máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação, etc. Com uma, que fabricava caldeiras geradoras de vapor, completava-se o grupo das vinte e seis.

No grupo da mecânica, quatro empresas tinham em média 13 pessoas ocupadas; seis tinham 35 pessoas em média; seis outras tinham 74 pessoas em média; e quatro tinham 161. Vê-se que era bastante mais alta a média do pessoal ocupado por empresa em relação a outros ramos. Quanto ao pessoal ocupado, essas vinte empresas, do grupo de 26, possuíam mais de 98% do total. Do ponto de vista da constituição jurídica das empresas, temos no ramo da mecânica uma composição melhor, pois havia doze sociedades anônimas

e doze sociedades por cotas de responsabilidade limitada. Havia uma firma individual e uma cooperativa.

O ramo de mobiliário compunha-se de trinta e cinco empresas, trinta e duas das quais produziam móveis de madeira, vime e junco, tendo ao lado duas que fabricavam artefatos de colchoaria e uma que fabricava móveis de metal. Com 697 pessoas ocupadas, a folha de pagamento desse ramo industrial representava menos de quatro por cento do montante dos salários pagos na indústria de transformação. Em dez empresas, era de 7,5 pessoas a média do pessoal ocupado; em 5, era de 14; em 3, de 22; havia três empresas cuja média era de 108 pessoas. No grupo de 35 empresas, havia vinte e três que eram sociedades limitadas, duas sociedades anônimas, quatro firmas individuais e cinco sem constituição jurídica.

Outros gêneros de indústria

Menos expressiva, ainda, do ponto de vista da massa de salários pagos a seus 510 trabalhadores, era a indústria de bebidas, cuja folha de pagamentos correspondia a três por cento do valor dos salários pagos na indús-

ZECA LINHARES



tria de transformação. Das sete empresas existentes, cinco produziam refrigerantes, uma engarrafava e gasificava águas minerais e uma fabricava cerveja. Das sete empresas do ramo, cinco eram sociedades limitadas e duas sociedades anônimas.

O Distrito Federal poderia possuir um importante parque produtor de calçados para homens, mulheres e crianças, mas segundo a realidade de então, esse ramo figurava entre os menos significativos da indústria brasileira. Uma orientação bem definida das autoridades locais, abrangendo incentivos fiscais e creditícios e treinamento de mão-de-obra, poderia fazer surgir um grande número de fábricas de calçados para abastecer o mercado local e regional. Segundo o censo industrial de 1980, a indústria de calçados empregava apenas oitenta pessoas, cifra realmente inexpressiva.

Embora possuísse dez empresas fabricantes de estruturas de madeira e artigos de carpintaria, Brasília tinha, em 1980, apenas uma serraria. O número de pessoas ocupadas nesse ramo era de 221 e representava apenas 1,6% do total da indústria de transformação. Das doze empresas do ramo, dez eram sociedades limi-

tadas, uma firma individual e uma não tinha constituição jurídica.

Os claros da indústria brasileira

Não são poucos os claros encontrados em todos os ramos da indústria no Distrito Federal. No ramo de papel e papelão haveria espaço para inúmeras empresas que se dedicassem à fabricação de artefatos de papel, impressos ou não; de artefatos de papelão, cartolina e cartão, simples ou plastificados; de artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão para revestimento; e de artefatos diversos de fibra prensada ou isolante. No ramo da borracha, o censo industrial não encontrou empresas dedicadas à regeneração de borracha natural e sintética; à fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha natural ou sintética; à fabricação de saltos e solados de borracha, de correias de borracha, de artefatos diversos de borracha para usos pessoal e doméstico. Do gênero havia, em Brasília, apenas seis empresas dedicadas ao acondicionamento de pneumáticos.

Em 1980, não havia no DF produção de óleos e de ceras vegetais, de

óleos, gorduras e ceras de origem animal, de óleos essenciais vegetais, nem fabricação de desinfetantes, inseticidas, germicidas e produtos farmacêuticos e veterinários. Era também inexistente a produção local de produtos de perfumaria, sabões e detergentes. O DF não possuía então fábricas de artefatos de material plástico para usos diversos, inclusive embalagem. No ramo têxtil, não havia fiação e tecelagem de algodão, seda animal, lã, linho e rami, caroá, juta e outras fibras têxteis vegetais; nem fiação e tecelagem de fibras artificiais. Não havia fabricação de tecidos de malha, de artefato de tricotagem e de meias, nem de passamanaria, tecidos elásticos, fitas, rendas e bordados. Também não se encontravam empresas dedicadas à fabricação de entretelas de crinas e cerdas de origem animal, de tecidos felpudos, de tecidos impermeáveis, de mantas de fibras artificiais, nem de tecidos a partir de fios adquiridos. Eram inexistentes os artefatos de cordoaria, as redes, os sacos de tecidos, os artefatos de tapeçaria, etc.

Nas indústrias em que o fator tecnologia ressalta a sua importância, apontaríamos os claros verificados na indústria do material elétrico e de comunicações. Nesse vasto campo, a indústria brasileira tocava de leve em alguns pontos com seus dois estabelecimentos na fabricação de conversores, disjuntores e reguladores de voltagem, e um na fabricação de peças e acessórios para máquinas, aparelhos e equipamentos para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Brasília tinha, em 1980, um estabelecimento dedicado à fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia; um dedicado à fabricação de peças e acessórios para aparelhos e equipamentos de telefonia, telegrafia, sinalização e transmissão de rádio e televisão, além de cinco destinados à reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, comerciais, elétricos e eletrônicos. As onze empresas do setor ocupavam, em média, 37 pessoas; seis delas eram sociedades limitadas e cinco eram sociedades anônimas. Mas embora o pessoal ocupado (413 pessoas) representasse 3,1% do total da indústria de transformação, era de 5,8% a sua participação na massa de salários do setor secundário. No entanto, eram inumeráveis os claros no ramo de material elétrico e de comunicações. Não havia estabelecimentos industriais na fabricação de (1) condutores elétricos para redes elétricas; aparelhos, máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos e de comunicação; (2) microtransformadores, relés



A multidão no Parque da Cidade mostra como Brasília cresce

térmicos e/ou magnéticos, termostatos etc.; (3) motores e micromotores elétricos; (4) material para instalações elétricas em circuitos de consumo e para fabricação e montagem de lustres, luminárias, abajures e semelhantes; (5) pilhas e baterias secas; (6) artigos de carvão e grafita para usos em máquinas e aparelhos elétricos; (7) resistência para aquecimentos; (8) eletroímãs, lanternas portáteis a pilha ou a magneto, fita isolante e massa isolante; (9) componentes, peças e acessórios para material elétrico; (10) fabricação de lâmpadas, inclusive peças e acessórios; (11) fabricação de aparelhos e utensílios elétricos para fins industriais e comerciais; (12) de aparelhos e equipamentos elétricos para fins eletroquímicos e outros usos técnicos; (13) fabricação de aparelhos e equipamentos de sinalização e alarme.

Muitas seriam as áreas a preencher no ramo do material elétrico e de comunicações, pois os claros acima apontados não representam todos os segmentos desse gênero de indústria de que Brasília é carente. No ramo do material de transporte são também inúmeros os claros comprovados. Com os seus sete estabelecimentos no ramo da indústria química, Brasília se apresenta, do mesmo modo, em falta com o desenvolvimento manufatureiro, pois não são aí de menor número os lugares a preencher.

Não havia, por ocasião do censo industrial de 1980, empresas dedicadas à lapidação de pedras preciosas e semipreciosas, nem à fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria. Brasília não fabricava instrumentos musicais, nem artefatos para caça e pesca, esporte e jogos recreativos.

Como Brasília não deveria ter indústria para que fosse conservada a paz dos mais altos poderes da República, não se imaginou possível a aplicação de uma política de substituição de importações para dar início à industrialização do DF. Teria sido fácil transferir a experiência nacional para o Planalto, importador de todos os bens de consumo de que necessita.

Os claros apontados, e muitos outros, indicam a viabilidade de uma política de desenvolvimento industrial, com base na concessão de incentivos fiscais e creditícios em escala suficiente para atrair investimentos. Os espaços vazios na superfície territorial do DF representam um convite aos estabelecimentos industriais de todos os ramos, pois não somente Brasília e cidades-satélites constituem mercado de valor apre-

ciável, mas também as indústrias aqui instaladas poderiam ter como escoadouro toda a Região Centro-Oeste. Se a prioridade é o emprego, a aceitação de todos os gêneros de indústria se converte em condição *sine qua non* da paz social, sobretudo se levarmos em conta que o DF não vai parar de crescer. O crescimento natural da população, segundo taxas superiores a três por cento ao ano, nas cidades-satélites, junta-se ao movimento migratório, que nenhuma força poderá deter, para tornar obrigatória uma política de desenvolvimento econômico, que conceda prioridade absoluta ao emprego. Esta é uma questão de primeira ordem.

(*) O presente trabalho tem por base os Censos Industriais de 1975 e 1980, deixando de incorporar os dados do Censo Industrial de 1985 por não estarem ainda publicados (março de 1988). Em 1980, a indústria de transformação ocupava pouco mais de treze mil pessoas e por isso representava um frágil suporte para uma população economicamente ativa integrada por 473.182 pessoas. Não é provável que no primeiro quinquênio da década de 80 se tenha capacitado a empregar número expressivamente maior de trabalhadores. Mas poderia chegar rapidamente a isso, se se implantasse uma política de desenvolvimento industrial capaz de preencher uma parte apreciável dos claros existentes no setor manufatureiro. Esses claros são em grande parte apontados neste trabalho.

Outra observação diz respeito à advertência de que os dados dos censos industriais não coincidem com os encontrados no Vol. 1, Tomo 5, Número 26, do Censo Demográfico, que se ocupa exclusivamente da mão-de-obra. Enquanto nesse volume são computadas todas as pessoas que trabalharam na indústria de uma a trinta e nove horas semanais, o que abrange maior número de pessoas, o Censo Industrial registra apenas as médias do pessoal efetivamente ocupado. Assim, o volume de mão-de-obra registra na indústria de transformação 24.457 pessoas, em 1980, em comparação com as 13.223 do Censo Industrial. Em outro estudo («A Força de Trabalho Brasileira»), analisamos os aspectos das migrações e da mão-de-obra a partir de dados colhidos no volume 1, Tomos 4 e 5, do Censo Demográfico. Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD — 1985), na medida do possível, são aproveitados para confrontos com os de 1980, em particular no tocante à distribuição da mão-de-obra pelos diferentes ramos de atividade.

MARLOS NOBRE

DOCUMENTO

Um plano bienal para a Cultura

Em 30 de janeiro de 1988, Marlos Nobre, Diretor Executivo da Fundação Cultural do DF, submeteu ao Governador José Aparecido de Oliveira o seguinte Plano Bienal de Atividades no Setor da Cultura (1988-89)

No fim de janeiro, na Sala Alberto Nepomuceno, a Fundação reuniu a comunidade de Brasília para pensar a cultura



Como resultado das reuniões realizadas na Semana «Fala Brasília», durante o período de 25 a 30 de janeiro de 1988 na Sala Alberto Nepomuceno, Teatrô Nacional de Brasília, entre o Diretor Executivo da Fundação Cultural, a classe cultural e comunidades culturais do DF, foram feitas as seguintes recomendações finais, apresentadas neste documento em 2 partes, a saber: a) Recomendações gerais; b) Plano Bienal para a Cultura no DF.

a) Recomendações gerais:

1. As categorias culturais do DF, de maneira maciça, tomando conhecimento da Reforma Administrativa que propõe a extinção da Fundação Cultural, são unânimes ao expressarem-se contrariamente à referida extinção.

Em lugar de extinguir a FCDF a classe cultural, reconhecendo falhas na sua estrutura e estatuto, propõe um reexame e mudança na organização da Fundação para adequá-la aos objetivos fundamentais almejados pela classe cultural do DF.

Os estudos prévios e propostas para esta reorganização devem ser feitos em reuniões de trabalho reunindo todos os órgãos representativos da classe cultural do DF, incluindo todas as áreas de produção artística e comunidades.

2. As categorias culturais do DF preocupam-se fundamentalmente com a fragilidade na continuidade de projetos e ações culturais representativas da comunidade, cuja sobrevivência vê-se sempre ameaçada pela eventual mudança de dirigentes das instituições culturais do DF, sobretudo na direção da Fundação Cultural.

Projetos vitais para a classe cultural foram extintos e abandonados, apesar do protesto das categorias culturais na época de seu cancelamento.

A classe cultural acredita que, somente quando possa ter uma função garantida também no po-

der decisório, dar-se-á então a possibilidade de evitar o *partir do zero*, que significa sempre cada nova mudança nas direções culturais do DF.

3. As categorias culturais reivindicam que os projetos anuais de cada área da FCDF, de interesse geral da comunidade cultural, tal como o Festival de Cinema, Encontro de Escritores, de Artes Plásticas, Música, Teatro, Dança e Projetos Comunitários sejam debatidos setorialmente, de modo amplo, com as entidades de classe, através de reuniões de trabalho específicas, antes de mais nada. E que sua elaboração definitiva seja discutida e realizada junto às mesmas entidades representativas da classe.

4. A classe cultural considera fundamental que se proceda à reforma, e devolução à comunidade cultural, dos espaços da 508 Sul, onde funcionavam o Centro de Criatividade e os Teatros Galpão e Galpãozinho e Galerias. Uma reunião de trabalho entre a Secretaria de Cultura, FCDF e classe cultural é pedida como medida urgente e essencial para reabilitar a credibilidade dos órgãos do governo diante da comunidade cultural do DF.

5. As categorias culturais consideram necessária a descentralização da FCDF em função das Cidades-Satélites, enfatizando a necessidade da criação de mecanismos de viabilização dos contatos da FCDF com as comunidades regionais, dentro de uma perspectiva nova, isto é, apoiando de maneira real os projetos propostos pelas comunidades das Satélites e não levando Projetos previamente decididos na FCDF para implantá-los nas comunidades regionais.

6. Construção de Centros Culturais, bem equipados nas Cidades-Satélites, e/ou implan-

tação de um sistema de Circos Culturais.

7. Lei Sarney: FCDF facilita acesso às classes culturais: Intermediação.

8. Subsídio aos artistas do DF para assistirem aos grandes espetáculos e artistas de fora no TNB.

9. Criação na FCDF de uma Assessoria para a área de Marketing de Cultura.

10. Preencher as 2 suplências do Conselho Deliberativo com nomes indicados pelas próprias categorias culturais.

11. Realização de certos Projetos da FCDF em conjunto com a Fundação Educacional, sobretudo aqueles pensados e dirigidos às Satélites com cunho didático, formativo e educativo, aproveitando-se o grande potencial do pessoal de educação artística.

12. Aproveitamento dos espaços abandonados e seu reequipamento para aproveitamento a curto prazo para atividades culturais no Plano Piloto e nas Satélites, em lugar da construção de novos espaços a longo prazo. Urge a solução prática dos problemas de espaços disponíveis para as diferentes atividades culturais.

13. Realização de oficinas de formação artística, sobretudo nas Satélites.

14. Reciclagem dos funcionários técnicos que servem nos diferentes Teatros da Fundação Cultural.

15. Intermediação da FCDF junto ao empresariado para apoio aos artistas e às produções culturais de Brasília, via Lei Sarney.

16. Apoio à formação de microempresas dedicadas à promoção das atividades artísticas/culturais em todos os níveis no DF.

17. Intermediação junto às Embaixadas, UNESCO, OEA e outras entidades internacionais para — através de Convênio — conceder Bolsas de Estudos para aperfeiçoamento no exterior para artistas do DF.

18. Apoio da FCDF aos ar-

tistas e produtores culturais do DF para colocá-los no circuito nacional através de um projeto prático de intercâmbio, que seria igualmente aplicado no campo internacional.

b) Plano Bial para a Cultura no DF

Como resultante da análise dos diferentes problemas expostos na Semana «Fala Brasília», ficou evidente o fato da descontinuidade real dos projetos da FCDF no correr dos anos.

Em decorrência deste fato, a FCDF propõe à classe cultural um Plano Bial 88/89 para a ação cultural no DF, que deve ser discutido e aprovado pela classe cultural, como sendo as recomendações básicas de uma ação cultural.

Para a efetivação deste plano, a FCDF atuará em duas etapas:

1. Levar o Plano Bial ao Governador do DF, juntamente com o Secretário de Cultura, para tentar viabilizar os recursos necessários à sua efetivação;

2. Convocar por setores as entidades de classe, posteriormente, para participarem das reuniões de trabalho visando à efetivação dos projetos, isto é, seu planejamento e realização.

Cinema

1. *Festival do Cinema Brasileiro* (com prêmio ao Melhor Filme de Brasília). Em OUTUBRO de cada ano.
2. *Concurso de Projetos de Filmes* (de curta e média metragem) para o DF.
3. Apoio à permanência definitiva do CEPROCINE no Anexo do TNB.
4. Apoio a projetos da ABD/DF (Associação Brasileira de Documentaristas/SeçãoDF):
 - Cursos teóricos e práticos
 - III Festival do Filme Brasileiro
 - Retrospectiva do Filme Brasileiro
 - Apoio à finalização de Filmes
5. Apoio a projetos do Con-

selho Nacional de Cineclubes/Regional DF:

- Consolidação dos cineclubes locais
 - Consolidação dos espaços para os cineclubes
 - Cineclubes nas Cidades-Satélites
6. Realização de mostras dos filmes apresentados no *Festival de Cinema* também e paralelamente na mesma época do Festival, em circuito nas Cidades-Satélites.

Música Popular

1. *Festival de Música Popular de Brasília*.
2. Apoio ao calendário básico de Música Popular nas Satélites.
3. *Rock in Brasília*: Festival das melhores bandas de rock no DF.
4. Equipamentos adequados e de boa qualidade para apoio aos grupos locais.
5. Apoio aos Projetos *Cabeça e Feira de Música* com atualização e reformulação em seus mecanismos quando necessário. Idem ao Projeto *Cara a Cara*.

Música Erudita

1. *Concertos para a Juventude* (Domingos, às 10 da manhã, na Villa-Lobos)
2. Intercâmbio Inter-regional: *Série Valores de Brasília e Circuito das Satélites* (o artista apresenta 1 concerto no TNB, repetindo-o nas Satélites, com cursos paralelos e *Concertos didáticos*).
3. *Concursos para Músicos Jovens no DF*
4. *Bolsas de estudos a Jovens Talentos* (convênio com Embaixadas, UNESCO, OEA).
5. Apoio à *OPERA no DF*
6. *V Encontro Nacional de Compositores*
7. *Co-edições de compositores do DF*

8. Apoio à *Orquestra Sinfônica do TNB*
9. Comemoração do Dia Internacional da Música (1º de outubro).

Artes Plásticas

1. Salão do DF
2. Salão das Satélites
3. Centro de Criatividade
4. Rediscutir os Salões existentes
5. Pautas dos Salões existentes: participação das entidades de classe.
6. Dentro da reforma do Centro de Criatividade, apoio efetivo ao *Grupo de Produção Serigráfica* e ao Núcleo de Fotografias.
7. *Mostra de Artesanato do DF*

Teatro

1. *Festival do Teatro de Brasília* (no mês de setembro)
2. Apoio aos projetos da APAC/FETADIF (Associação dos Produtores de Artes Cênicas do DF e Federação do Teatro Amador do DF).
 - a) Comemoração do Dia Internacional do Teatro (27 de março).
 - b) Fórum de debates com artistas e técnicos do DF e de outros estados.
 - c) Oficinas e cursos nas áreas de produção e criação.
 - d) Campanha de popularização do Teatro (Kombis).
 - e) Circuito teatral nas Satélites.
3. Apoio aos Projetos *SOS Ciência* (Apoio à Produção Teatral)/ *Jogo de Cena*.
4. Abrir espaço nos grupos de trabalho da FCDF não só às entidades representativas das classes teatrais mas também aos artistas, atores, técnicos, bailarinos independentes.
5. Apoio à *Mostra do Teatro Amador do DF* (a partir de 27 março de 1988).

Dança

1. *Corpo de Dança do TNB*
 - a) clássico
 - b) folclore
 - c) pesquisa

d) contemporâneo

2. Apoio aos grupos locais: espaço e infra-estrutura.
3. Cursos/oficinas nas Satélites e busca de novos talentos: bolsas e incentivo.
4. Realização do 1º Encontro Nacional de Dança (época melhor para realização: mês de julho).

Literatura

1. *22º Encontro Nacional de Escritores* com Seminário paralelo sobre a Problemática do Escritor brasileiro e brasileiro hoje. Privilegiar, além do DF, as regiões pouco apoiadas, p.ex. *Norte/Nordeste e Sul*
2. Repetição ou realização do Seminário, cada ano, em uma Cidade-Satélite diferente.
3. Apoio às Bibliotecas ambulantes junto com o INL.
4. *Concurso Anual de Literatura* (paralelo ao Encontro)

Temas:

1988 Conto/Ensaio
1989 Poesia/Novela
1990 Romance

Em 1988 o gênero *Ensaio* dividir-se-ia em 2 setores:

 - a) Um setor dedicado a ensaio sobre a história ou «pré-história» de Brasília.
 - b) Ensaio livre.
5. Apoio a um *Movimento Brasiliense em Prol da Leitura*: necessidade da Biblioteca Central do DF (SC)
6. Apoio ao Projeto Bibliotecas nas Satélites da SC.
7. Apoio ao *Encontro Nacional de Literatura de Cordel*
8. Realização da *Feira Nacional do Livro* paralelamente ao Encontro Nacional de Escritores.
9. Realizar o projeto *Superquadras de Leitura do DF*.

10. Participação de escritores independentes nas comissões de trabalho da FCDF.
11. *Série Documentos de Brasília* — publicação em colaboração com o Instituto Histórico, Arquivo Público, INL dos documentos/livros/etc. resgatando a memória cultural do DF.
6. Prestigiar os artistas locais nas Cidades-Satélites, através de apoio financeiro a concertos, apresentações, exposições, edições de livros de produtores regionais.

Comunidade da 3ª Idade

1. 1º Encontro Nacional da 3ª Idade (25/26/27 setembro).
2. Baile da Primavera da 3ª Idade.
3. Espaço para a 3ª Idade nos Centros Culturais do DF a serem construídos nas Satélites e no Plano Piloto (Centros de Convivência e Cultura).
4. *Feira de Artesanato e Manifestações de Arte da 3ª Idade*: Apoio da FCDF
7. Criação do *Círculo Cultural das Satélites* — Intercâmbio entre artistas das Satélites que apresentariam seus trabalhos nas outras cidades vizinhas (Projeto a ser discutido nas comunidades).
8. Criação de um Conselho Cultural Comunitário.
9. Semanas de Debates sobre Cultura Brasileira nas Cidades-Satélites.
10. Apoio às Liras (Bandas) de Música.

Posteriormente, os projetos viáveis financeiramente serão re-discutidos em detalhe, em reuniões de trabalho com as entidades representativas e seus delegados, para a efetiva realização dos projetos priorizados.

Comunidades Regionais

1. *Guia Cultural do DF*: publicação de um «Quem é quem» nas Artes e na Cultura do DF (um cadastramento geral a ser atualizado anualmente pela FCDF).
 2. Realização de Seminários/Encontros/Debates dos meios culturais do DF, sucessivamente nas diferentes Cidades-Satélites.
 3. Apoiar um Calendário Anual Cultural em cada Cidade-Satélite, com os Projetos próprios emanados da comunidade.
 4. Apoio aos Cursos/Oficinas nas Satélites com profissionais de todas as áreas culturais (Cinema, Música, Artes Plásticas, Teatro, Dança, Literatura).
 5. Participação efetiva dos agentes culturais nos Projetos de caráter comunitário da FCDF, evitando-se definitivamente a tentativa dos órgãos culturais de criarem e tentarem implantar projetos já prontos nas regionais.
- Qualquer projeto deve ser discutido amplamente nas comunidades, como medida prévia e única possível para sua efetivação.

O maestro Marlos Nobre, Diretor-Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, é ex-presidente do Conselho Internacional de Música, da UNESCO.

A

REVISTA BRASÍLIA

ESTÁ DE VOLTA

PARA PASSAR

BRASÍLIA EM REVISTA.

Depois de 25 anos, a revista Brasília — a primeira a ser editada na nova Capital — está de volta. Como faz em tudo o que acontece de bom para o DF, o Banco de Brasília é o primeiro a aplaudir, de pé. Afinal, Brasília, a revista Brasília e o Banco de Brasília têm muita coisa em comum, além do nome.



O Banco do Lucro Social.



Brasília vista e revista

Brasília foi criada para você ver, se encantar, e rever.
Brasília é a cidade que está e ficará na história.
Brasília é a revista que está voltando para contar as histórias dessa cidade.

Hoje, quando se comemoram os 28 anos desta cidade, já Patrimônio Cultural da Humanidade, e o relançamento desta revista, a Novacap, que ajudou a construir essa história, presta sua homenagem às duas "Brasílias". E deseja que todos os dias novos horizontes se abram para elas.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

NOVACAP

COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL

